



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

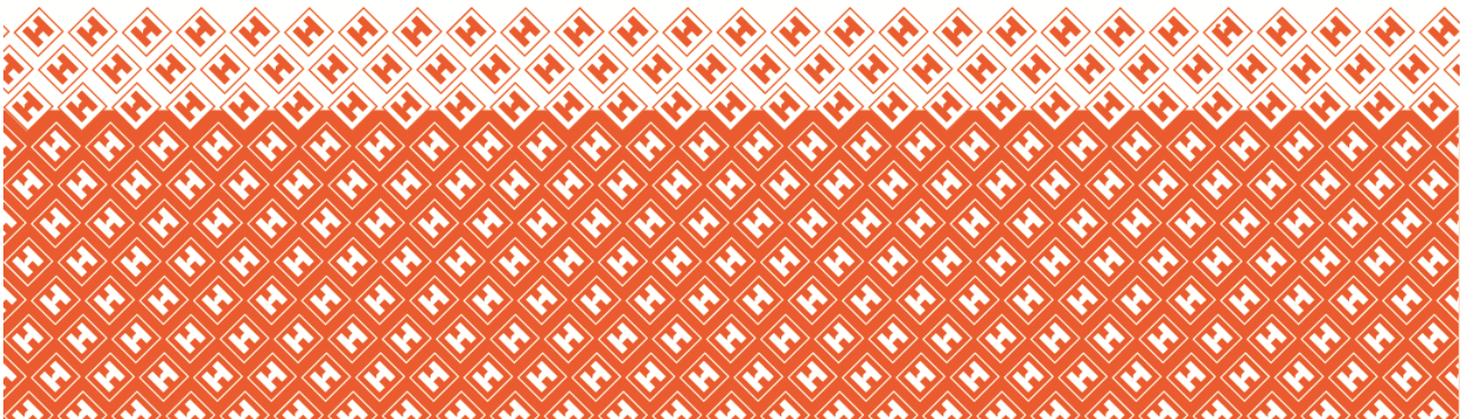


PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DEYVISON DOS SANTOS OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS DOCENTES: ESTRATÉGIAS PARA O
ENFRENTAMENTO DO NEGACIONISMO DA DITADURA
MILITAR EM SALA DE AULA.**





Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Deyvison dos Santos Oliveira

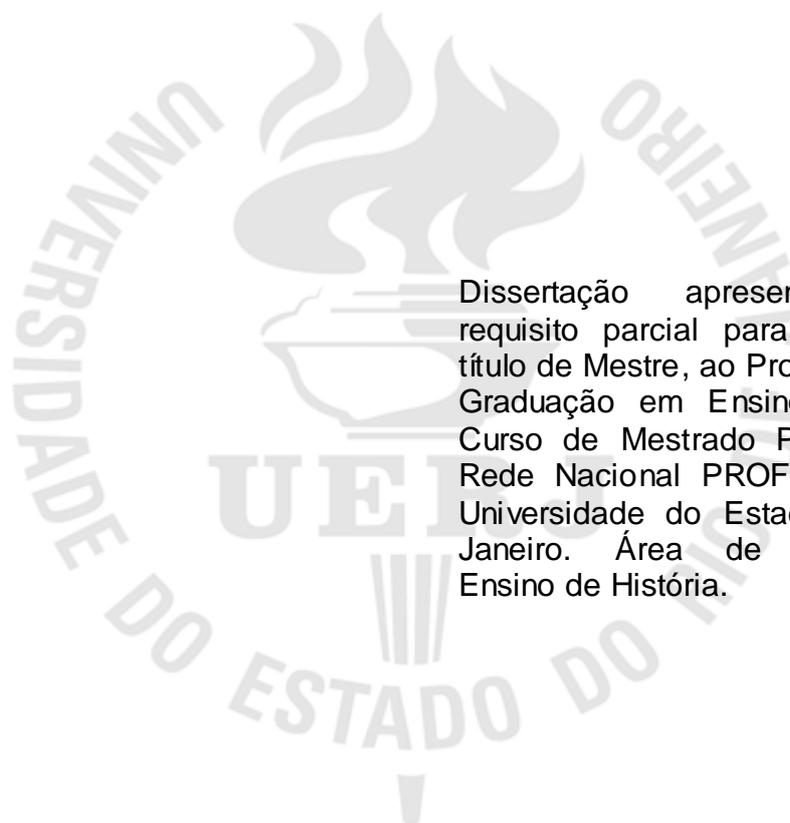
**Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do
negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula**

São Gonçalo

2022

Deyison dos Santos Oliveira

**Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da
Ditadura Militar em sala de aula**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

O48 Oliveira, Deyvison dos Santos.
Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula / Ana Carolina da Silva Andrade Deyvison dos Santos Oliveira. – 2022.
153f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Negação (Psicologia) – Teses. 3. Ditadura – Teses. I. Pinha, Daniel. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB7 - 4994

CDU 93(07)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Deyvison dos Santos Oliveira

**Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da
Ditadura Militar em sala de aula**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em 20 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Pinha (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Sônia Maria de Meneses Silva
Universidade Regional do Cariri

Prof^a. Dra. Verena Alberti
Faculdade de Educação – UERJ

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

Dedico a todas e todos que não compactuam com a barbárie, aqueles que resistem ao obscurantismo intelectual e humano em todas as situações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais e docentes do PROFHISTORIA, em especial ao professor Daniel Pinha, por toda atenção, auxílio e conhecimento ofertado ao longo do curso. Além destes, sou grato também aos amigos de curso e da vida, meus familiares e a minha companheira, que foram essenciais me dando refúgio em todos os momentos de dificuldade ao longo dos últimos anos. Obrigado por se fazerem presentes durante esta jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

OLIVEIRA, Deyvison dos Santos. *Perspectivas docentes: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula*. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

É percebida a proliferação de discursos negacionistas em diversos segmentos sociais, notavelmente, um reflexo da participação ativa de certos personagens expressivos do Brasil recente. Estes utilizam ferramentas, entre estas a internet, para desacreditar o conhecimento científico e atacar os docentes, disputando com estes a legitimidade para advogar sobre diferentes temáticas, entre estas, a ditadura militar brasileira. Através de práticas e discursos questionáveis a ação, a autonomia e o comprometimento profissional dos docentes vêm sendo vilipendiados no ciberespaço, de modo que consequências negativas oriundas destes ataques têm desencadeado problemas a estes em sala de aula. Com isso, o presente trabalho pretende se debruçar sobre o negacionismo da ditadura militar brasileira, sua disseminação através das redes virtuais e seus desdobramentos no ambiente escolar. Para tal, serão detalhadas obras desta natureza, expostos reflexos da ofensiva negacionista no espaço escolar e, por fim, elaborados planos de aulas que visam construir práticas docentes voltadas para o enfrentamento dessa questão problemática.

Palavras-chave: Ensino de História. Negacionismo. Ditadura militar. Internet. Autoritarismo. Docentes. Planos de aula, História do tempo presente.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Deyvison dos Santos. Teaching perspectives: strategies for coping with the denialism of the Military Dictatorship in classroom. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

The proliferation of denialist discourses in different social segments is perceived, notably, a reflection of the active participation of certain expressive characters in recent Brazil. These use tools, including the internet, to discredit scientific knowledge and attack teachers, disputing with them the legitimacy to advocate on different issues, including the Brazilian military dictatorship. Through questionable practices and discourses, the action, autonomy and professional commitment of teachers have been vilified in cyberspace, so that direct consequences have been shown to be increasingly frequent in the school environment. With this, the present work intends to look into the denialism of the Brazilian military dictatorship, its dissemination through virtual networks and the consequences in the school environment. To this end, works of this nature will be analyzed, detailed reflections of the denialist offensive in the school space and, finally, elaborate lesson plans that aim to build teaching practices aimed at facing this problematic issue.

Keywords: History teaching. Denialism. Military dictatorship. Internet.

Authoritarianism. Teachers. Lesson plans. History of the present time.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O NEGACIONISMO NA ATUALIDADE	12
1.1	O processo político	13
1.2	O papel da internet	22
1.3	Olavo de carvalho e olavismo	28
1.4	Revisionismo e negacionismo	35
1.5	Negacionismo e espaço escolar	42
2	NEGACIONISMO E DITADURA MILITAR	49
2.1	Guerra cultural e retórica do ódio	51
2.1.1	<u>Modus operandi do olavismo</u>	59
2.2	Sobre o Brasil Paralelo	61
2.2.1	<u>O negacionismo do Brasil Paralelo</u>	64
2.3	Sobre Brilhante Ustra	74
2.3.1	<u>O negacionismo de Ustra</u>	76
3	NEGACIONISMO E PERSPECTIVA DOCENTE	88
3.1	O inimigo comum	90
3.1.1	<u>Indefinição do sujeito</u>	93
3.1.2	<u>Superdimensionamento do sujeito</u>	96
3.1.3	<u>Perspectiva etnocêntrica</u>	106
3.2	Propostas para aulas	113
3.2.1	<u>Desconstruindo a imagem do inimigo desumanizado</u>	116
3.2.2	<u>O mito de que a ditadura só atingia bandidos</u>	120

3.2.3	<u>EUA e ditadura militar brasileira</u>	128
3.2.4	<u>O suposto apoio total à ditadura militar</u>	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE – Planos de aula: o negacionismo da ditadura militar em sala de aula	147

INTRODUÇÃO

Atualmente a ditadura civil-militar (1964-1985)¹ é um tema amplamente debatido na sociedade brasileira. A violência e a censura empregada, as justificativas para a sua implementação e até mesmo a utilização do termo “ditadura” para caracterizar este período da história brasileira são objetos de disputas controversas. O que podemos evidenciar é uma guerra de narrativas, assim como estas foram descritas por Laville (1999), onde um grupo busca de alguma forma sobrepor a visão do outro, com o intuito de fazer com que o seu discurso ganhe o status de oficial ou vencedor. Estas disputas de narrativas ainda podem ser concebidas enquanto usos políticos do passado, pois possuem por princípio norteador influenciar diretamente à formação de uma memória coletiva². Como exemplo, podemos citar a incitação do Presidente Jair Bolsonaro à comemoração do dia 31 de março, data de aniversário do golpe de 1964, buscando passar um olhar glorioso sobre aquele episódio, para que este fosse lembrado positivamente, utilizando-se do passado para atingir determinados fins.

Ao determinar que o golpe de 1964 fosse comemorado, o presidente procura manter ativo o ódio, convertendo o negacionismo como política de memória. Bolsonaro criou condições, “marcos sociais da memória”, para legitimar o discurso negacionista, formulando uma representação que enfatiza o grupo enquanto grupo, anterior ao indivíduo, o que permite compreender como tantos jovens nascidos duas décadas depois do fim da ditadura afirmem como era bom viver nesse período (BAUER, 2020, p.198).

Com relação às disputas de narrativas referentes ao período ditatorial militar brasileiro, podemos constatar que grupos de exaltação a esse regime têm se disseminado de maneira expressiva ao longo dos anos, utilizando sobretudo a internet como meio de proliferação de seus ideais. O que poderia ser uma voz

¹ Existe discussões por parte de alguns autores a respeito do conceito ditadura civil-militar. A utilização deste conceito aqui apoia-se na explicação de Fico (2017), onde fica evidenciado que entre 1964 e 1985 houve a participação de outros grupos que não os militares (o empresariado, por exemplo) atuando na manutenção daquele regime autoritário, embora esse mesmo autor considere como mais apropriada, por ser mais concisa, a definição de ditadura militar. Utilizaremos ditadura civil-militar, ditadura militar, ou ainda período ditatorial militar para se referir ao regime autoritário que se instalou no Brasil a partir do golpe de 1964, pois entendemos que a escolha por um ou outro conceito não traz prejuízos substanciais ao resultado final do presente trabalho.

² Albuquerque Júnior (2019) estabelece que alguns discursos, como o historiográfico, ou o das instituições religiosas, por exemplo, possuem inerentes a si a pretensão de estabelecer uma memória coletiva, existindo entre esses então uma disputa para “consagrar a versão consagrada” da história.

isolada, sem força e sem credibilidade, vem alcançando espaço e visibilidade na sociedade brasileira atual, fazendo com que as informações propaladas por esses sujeitos passem a ser vistas por uma legião de pessoas como uma “verdade indubitável”, esvaziando os aspectos ilegais do período em questão e omitindo as atrocidades cometidas por aquele regime.

Conforme evidenciado por Meneses (2019), na atualidade os discursos negacionistas sobre o regime em questão têm repercutido amplamente, não somente no cotidiano, mas também entre as autoridades brasileiras. Como exemplo, podemos citar o mencionado chefe máximo do Executivo nacional, que tem por hábito incitar os seus seguidores com discursos negacionistas inspirados na pseudociência de Olavo de Carvalho³, no suposto combate ao comunismo (inimigo da família e da moral, materializado no Brasil na figura do PT)⁴, e na exaltação de valores como o autoritarismo, a misoginia, a homofobia, o racismo e a intolerância. Bolsonaro tenta constantemente trazer a temática da ditadura civil-militar à tona, e lançar sobre esta um viés ufanista, em afirmações como “temos que conhecer a verdade sobre esse período”, ou “não houve de fato uma ditadura”. Podemos conceber que na atualidade o chefe do Executivo Nacional, junto a uma equipe de governo, composta por membros com atitudes e pensamentos semelhantes, utilizam o negacionismo como um instrumento de sustentação e manutenção dos seus interesses. Estes têm orientado os seus admiradores a seguirem propagando diversas negações⁵, muitas das vezes endossando a banalização da violência e a naturalização do autoritarismo ao flertar com o período ditatorial militar:

[...] Quando amplamente divulgado nas redes sociais e na esfera pública, esse tipo de negacionismo histórico desenvolve e dá forma a um sentimento de pertencimento a um grupo ou comunidade liderada por alguém que mobiliza o ativismo do negacionismo histórico para dar base de sustentação social para governos autoritários dispostos a desautorizar (eliminar) pessoas e falsificar narrativas. (VALIM e AVELAR, 2020, p.4)

³ Olavo de Carvalho é um autointitulado Filósofo, apontado como “guru intelectual do governo Bolsonaro”. O mesmo se notabilizou por defender teorias conspiratórias e por se contrapor a metodologia científica, pois segundo o mesmo, esta seria contaminada, desde suas fontes, por valores ideológicos marxistas e degenerados (Oliveira, 2020). Detalharemos melhor Olavo de Carvalho e algumas de suas postulações na segunda seção deste trabalho.

⁴ Bentivoglio e Brito (2020).

⁵ A socióloga Marcia Tiburi fala sobre o negacionismo e a utilização deste como uma estratégia de governabilidade por alguns políticos a partir do século XXI. Videoconferência com acesso em: < <https://tinyurl.com/37znu8wd> >. Acesso em: 29/11/2020.

Diante disso convém encaminhar algumas questões. O que faz com que os discursos negacionistas quanto à ditadura militar e os pedidos de intervenção militar ganhem espaço e sejam tão recorrentes nos dias atuais? No atual contexto brasileiro, quais vozes notabilizam-se por tentar descrever o que teria sido a ditadura militar (1964-1985)? Quais seriam as implicações da disputa de narrativas baseadas em visões negacionistas da memória ligadas ao período civil-militar brasileiro (1964-1985) no ambiente escolar? Responder a essas perguntas, esgotando todas as possibilidades de abordagem, ou ainda formando uma visão minimamente consensual sobre esta temática é uma perspectiva demasiadamente pretensiosa, e provavelmente inalcançável diante da realidade com a qual nos deparamos. No entanto, tais questões podem se apresentar como importantes eixos norteadores, colaborando na realização de exercícios reflexivos, que por sua vez, podem vir a proporcionar caminhos menos erráticos, tornando possível desemaranhar o problema de lidar com negacionismo da ditadura militar, expressivo em nossa sociedade, e que repercute frequentemente no espaço escolar.

Diante do evidenciado, a presente dissertação buscará: detalhar o atual discurso negacionista referente à ditadura militar; compreender a disseminação deste na sociedade brasileira; e estabelecer as consequências desencadeadas por este no trabalho dos docentes. Além destes, serão desenvolvidos planos de aulas que visam desmistificar o discurso negacionista da ditadura militar brasileira entre os dissentes. Nos capítulos que seguem serão abordados: primeiramente, uma descrição do negacionismo e seus aspectos mais relevantes para a presente empreitada; em seguida, o detalhamento do negacionismo da ditadura militar através da análise de algumas obras desta natureza; e por fim, enfatizaremos o negacionismo no espaço escolar desenvolvendo estratégias para lidar com esse nesse ambiente.

1 O NEGACIONISMO NA ATUALIDADE

Com o objetivo de apresentar uma contextualização histórica do nosso objeto de estudo, as seções que seguem abaixo descrevem os seguintes aspectos: o processo de acirramento do negacionismo na sociedade brasileira; o papel da internet como importante vetor de proliferação de visões negacionistas da atualidade; a instrumentalização do negacionismo pelo olavismo; as vozes que na atualidade se dedicam a discorrer a ditadura militar brasileira; e o impacto das iniciativas negacionistas no trabalho docente.

O que faz com que os discursos negacionistas ligados à ditadura militar e os pedidos de intervenção militar sejam tão recorrentes na atualidade? Para responder a este primeiro questionamento, faz-se necessário desenvolver dois pontos relevantes sob um prisma mais amplo. O primeiro é que, embora o negacionismo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) já esteja presente durante a vigência desse mesmo regime autoritário⁶, e também seja a visão predominante nos meios militares a que se tem conhecimento (Bauer, 2020 e Santos, 2016), podemos afirmar que na sociedade brasileira a perspectiva que exalta o regime ditatorial militar e rechaça os danos causados por este, ganhou maior espaço ao longo de um processo político intensificado por volta do ano de 2013. A partir desse ponto de ebulição as atitudes alicerçadas neste negacionismo em específico tornaram-se mais evidentes, passando a explicitar a cisão presente nesta sociedade quanto aos significados atribuídos a esse episódio recente da história nacional.

O segundo ponto relevante é que a popularização da internet e das redes sociais ao longo desse processo proporcionou a utilização do referido negacionismo como arma política, fazendo com que se atingissem os níveis de influência atuais. Em certos aspectos, estes dois pontos se apresentam de maneira correlata, pois, como evidenciaremos, alguns atores notabilizaram-se ao instrumentalizar os canais virtuais, utilizando-os como ferramentas de intensificação neste processo político.

Nos parágrafos que seguem detalharemos o processo político em questão, e o papel do ciberespaço na proliferação do negacionismo no Brasil recente. Ainda

⁶ Ao longo de todo o regime ditatorial os militares afirmavam que o golpe que destituiu João Goulart em 1964 tratava-se de uma revolução, e que esta visava afastar o perigo comunista, por exemplo. Além disso, como foi descrito por Rocha (2021), trabalhos redigidos como o Orvil já buscavam proliferar uma visão negacionista daquele período desde a década de 1990.

nestes, apresentaremos Olavo de Carvalho, uma figura com participação ativa nos dois pontos mencionados, e que, portanto, mostra-se relevante para compreensão da disseminação do negacionismo.

1.1 O processo político

Sobre o processo político que corroborou com a intensificação das ações negacionistas, podemos estabelecer que existem quatro momentos cabais para a compreensão deste, sendo eles: o fim da ditadura militar (1985), as atividades da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), o Golpe político (impeachment) que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e as eleições presidenciais de 2018.

Neste primeiro momento, pode-se afirmar que no caso brasileiro não houve uma ruptura brusca durante a transição da ditadura militar para o regime democrático, pois, encabeçado pelos militares à frente do regime ditatorial militar, o processo de abertura “lenta, gradual e segura” conduzido por estes, visou cimentar uma retirada impune do protagonismo político nacional. O que se estabeleceu foi uma negociação, e nesta por sua vez havia a tensão por ter de lidar simultaneamente com interesses opostos: de um lado os interesses dos grupos defensores dos direitos humanos, que naquele momento não possuíam poder para fazer pressão política a fim de acarretar medidas mais profundas; de outro a pressão das elites, com seu poder econômico e político, buscando defender seus interesses e manter as rédeas do jogo político nacional; e por fim os militares, que detinham a força das armas, e que por isso se colocavam como ameaça caso se sentissem lesados em algum momento.

Os responsáveis por conduzir a abertura política, diante das circunstâncias daquele momento, adotaram uma postura inicial que pode ser resumida como uma mistura de “amnésia e anistia”. O que se de fato ocorreu foi uma “*negociação sem ruptura*, forjou-se não só uma tentativa de apagamento do passado, mas permanências autoritárias, no presente, no interior do regime democrático’ (PINHA, 2020, p.211).

A partir do exposto podemos dizer que no caso brasileiro pós-ditadura, diferentemente de outros países⁷, houve uma supressão pública das memórias das vítimas desse regime e o confronto efetivo aos grupos envolvidos foi deixado de lado durante os momentos iniciais da redemocratização:

Diferentemente do Brasil de então, o cenário de Bevernage, contudo começou por volta da década de 1980, quando a “Virada cultural” na teoria política praticamente transformou em dogma a necessidade de confrontar a importância quase incontestável de se confrontar e revelar os traumas do passado. O direito à verdade passou a ser entendido como não apenas uma forma de reparação das vítimas, mas igualmente como índices de civilização, estando inclusive vinculado aos Direitos Humanos, e as qualidades e da cidadania nas sociedades em tela (FREIXO e ARAUJO, 2018).

O Brasil só veio a buscar resolver tais questões problemáticas de maneira mais incisiva, mais de duas décadas após a abertura política, por meio da Comissão Nacional da Verdade, que “soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988...” (CNV, 2014, p.20), e teve seu relatório entregue em 2014. Bauer (2017) e Fico (2012, p.50), evidenciam as diferenças nesses processos, como um fator relevante para uma análise do contexto atual. De acordo com este último “Diferentemente da Argentina, o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas sim a frustração das esperanças”.

Se por um lado a Lei da Anistia de 1979 excluiu do perdão os acusados de praticar atos como terrorismo, assalto, sequestro e atentados pessoais, por outro, uma reinterpretação posterior desta determinou a absolvição ampla e irrestrita das pessoas envolvidas em crimes políticos durante a ditadura civil-militar (1964–1985), ou seja, não poderia ocorrer qualquer punição aos militares imputadores de atos de

⁷ Neste caso é interessante a análise de Bevernage (2018, p.65-78) acerca da postura adotada na Argentina logo após a reabertura política, por ser esta uma nação geográfica e contextualmente próxima a realidade brasileira. Segundo o autor, tal país buscou lidar com a situação delicada entre as vítimas e perpetradores do regime ditatorial (1976-1983) ainda na década de 1980. Segundo Bevernage, o presidente eleito, Raúl Alfonsín (1983-1989), teve como medida inicial ao ser empossado, o estabelecimento de uma comissão de inquérito (dezembro de 1983), que produziu um relatório entregue ao presidente em 1984. Além disso, o mesmo presidente pouco tempo depois revogou através da “Lei de Pacificação nacional” (abril de 1983) a anistia e o “esquecimento” que haviam sido instituídos pelos militares pouco tempo antes. Após a transição presidencial, o governo Carlos Menem (1989-1999) assumiu uma postura de reconciliação nacional, e em outubro de 1989 emitiu uma série de decretos perdoadando mais de 300 pessoas julgadas por violações aos direitos humanos durante a ditadura sobre o indulto de “guerra justa”. Durante o governo Néstor Kirchner (2003-2007), eleito com uma campanha que enfatizava os direitos humanos, são revogadas as leis de Anistia e ocorre a retomada dos julgamentos que haviam sido arquivados por Menem.

violação aos direitos humanos durante o regime ditatorial militar (Fico, 2012, p.51). Pode se dizer que com a lei de Anistia de 1979, foi definido que a busca da reconciliação através do esquecimento era o caminho para o restabelecimento da democracia, e com isso “O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura ‘página virada’ e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia” (BAUER, 2014, p.153).

Neste mesmo bojo de frustração pode ser inserido o resultado da Campanha Diretas Já (1983-1984), pois a sua busca pela votação popular direta no pleito presidencial de 1985 não se concretizou, contrariando os anseios mais profundos de redemocratização. Embora a Campanha das Diretas Já tenha sido bastante impactante, com ampla mobilização popular e uma forte esperança de vitória, ela foi derrotada pela proposta dos militares, e a escolha do primeiro presidente civil pós-ditadura foi feita através de um colegiado eleitoral (FICO, 2012, p. 52). Ou seja, todas atitudes adotadas pelo Estado Brasileiro nesse momento de transição, traziam frustração àqueles que acreditavam em uma guinada substancial nos rumos da nação.

Ao adotar essa “ideologia da reconciliação”⁸ pode-se dizer que os militares ligados a atos de violência durante o regime ditatorial foram agraciados ao não serem culpabilizados. Tal impunidade se deve a uma interpretação da lei de anistia de 1979, que entendia que os referidos militares não poderiam ser condenados. Além desta, em 2010, o STF tomou uma decisão favorável a esta reinterpretação⁹, e devido a esta, os militares acusados de cometer crimes ao longo da ditadura acabaram não sendo penalizados. Mas somente isso não bastava para estes, faltava-lhes ainda as honras e glórias supostamente merecidas. Afinal acreditavam que haviam salvo o país do “comunismo”, e, portanto, tinha início ali uma batalha pela memória. Esse sentimento é evidenciado durante a década de 1980 quando ocorre a publicação do livro *Brasil: Nunca Mais*¹⁰:

⁸ Bauer afirma que tal política de transição traz consigo consequências como o estabelecimento da desinformação e do silêncio, e assim “a ‘ideologia da reconciliação’ pode ser considerada, nos termos de Hannah Arendt (2003, p. 288-297), como uma mentira organizada desde o Estado”. (BAUER, 2014, p.152)

⁹ Maiores informações em: < <https://tinyurl.com/2hyz3hp> >. Acesso em: 21/12/2022.

¹⁰ *Brasil: Nunca Mais*, foi um livro elaborado por um grupo fundado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, pela jornalista britânica Jan Rocha e pelo pastor Jaime Wright, com o apoio do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, entre os anos 1977 e 1984. O livro compilava 707 processos com acusações de tortura e violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. Este foi o livro mais vendido no Brasil em 1985 e nos dois anos seguintes (BAUER, 2017).

“É importante observar que muitos militares se ‘queixam’ justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘dono’ da história.” (D’ARAÚJO et. al., 1994: 3, Apud BAUER, 2017, p.15)

Através do trecho exposto por Bauer, podemos observar que durante a década de 90, já havia uma disputa de narrativas a respeito da Ditadura Militar, e além disso, naquele momento a negação do que de fato teria ocorrido ao longo daquele período já se fazia presente.

Outras inflexões quanto à memória social da ditadura civil-militar mostraram-se presentes durante o ano de 2010, quando Dilma Rousseff e José Serra disputavam a presidência da república, quando os então candidatos começaram a expor seus históricos ligados à Ditadura Militar, buscando evidenciar uma imagem de “resistência ao regime ditatorial”. Dilma saiu vitoriosa das eleições, no entanto, o seu passado, exposto por ela e sua equipe de imagem como algo positivo, posteriormente tornou-se uma fonte inesgotável para *fake news* que a associavam ao terrorismo, entre outras falsas alegações (BAUER, 2020, p.192-193).

Outro fator fundamental para a compreensão da ditadura civil-militar brasileira, assim como para entendimento do processo de recrudescimento das narrativas negacionistas quanto a esta, é a formação da Comissão Nacional Verdade (CNV), por meio de uma lei. A Comissão Nacional da Verdade foi um colegiado reunido temporariamente com o intuito de buscar, investigar e expor crimes, como mortes e desaparecimentos, ou seja, graves violações aos direitos humanos cometidas por agentes representantes do Estado brasileiro no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, dando prioridade àqueles ocorridos durante o período da ditadura militar (1964-1985). Além disso, a CNV apresentava a defesa de direitos fundamentais como o de justiça e de memória, pois tinha a pretensão de apontar as vítimas e os responsáveis por crimes ocorridos ao longo da ditadura militar (SCHLACHTA, 2017). A CNV foi estabelecida como uma política de Estado, devendo, portanto, perpassar os governos e cumprir um papel de reparação de memória que, no caso brasileiro, atende a pedidos dos atingidos pela violência e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Essas medidas, segundo Bauer, teriam por objetivo:

A reparação, objetivo primordial das políticas de memória, tem por objetivos que o Estado assuma a responsabilidade pelos crimes cometidos durante a ditadura e, desta forma, desenvolva ações de compensação, restauração e/ou indenização para a coletividade. Objetiva, ainda, realizar ações simbólicas que marquem diferenças com o passado autoritário, como um pedido de perdão público, ou a promoção de uma verdadeira reconciliação, como afirmado anteriormente. (2014, p.155)

Assim como boa tarde das comissões elaboradas dessa mesma natureza, a CNV brasileira teve fortes inspirações em suas homônimas elaboradas em outros países. No caso nacional, tratando-se de uma CNV “tardia”, essa influência era mais evidente, sobretudo no caso da CNV argentina. Não é por acaso que na CNV brasileira, o caso argentino é apontado diversas vezes, evidenciando assim a importância deste para o balizamento de suas ações e o foco em alcançar objetivos semelhantes. No entanto, essa influência não se materializou em resultados, já que a comissão brasileira não possuía poderes judiciais, pois ainda se submetia à lei de Anistia de 1979, e sendo assim, não julgava e condenava crimes. Por isso, o papel que desempenharia a CNV brasileira seria o de elucidar a população, elaborar documentos para estudos histórico-sociais com objetivo de amenizar a dor dos envolvidos no regime em questão e possivelmente responsabilizar os envolvidos diretamente em crimes de violação aos direitos humanos.

Somente em 2011 estabelecia-se a formação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil e foi apenas em 16 de maio de 2012 que esta mesma comissão foi instalada, “com os objetivos ‘de efetivar o direito à memória e à verdade história e promover a reconciliação nacional’” (BAUER, 2014, p.164). Juntamente a essa comissão foi aprovada em 2011 a Lei de Acesso à Informação Pública, sendo regulamentada pelo congresso em 2012, um ato de suma importância, pois possibilitou à CNV desenvolver seu pleno funcionamento¹¹. No dia 10 de dezembro de 2014 ficou pronto o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, contendo informações a respeito da ditadura militar como: número de mortos e desaparecidos (434); estimativas quanto ao número de indígenas, camponeses e negros atingidos pelo regime; o cálculo de pessoas torturadas (50.000); e a responsabilização de 377 pessoas por violações aos direitos humanos¹².

¹¹ Algumas informações acerca da CNV (2014), da Lei de Anistia e Lei de Acesso à Informação, são detalhadas e podem ser vista na videopalestra da Dr^a Andréa Queirós e do Dr Ricardo Mendes em < <https://tinyurl.com/2p9eju33> >. Acesso em: 22/11/2020.

¹² Para consulta direta e maiores informações a respeito, a consulta à Comissão Nacional da Verdade é aberta, disponível em: < <https://tinyurl.com/yx8b7t8f> >. Acesso em: 21/11/2020.

A partir do momento da elaboração da CNV a fratura social acerca da temática da ditadura civil-militar brasileira tornou-se mais exposta. As disputas de narrativas relacionadas a esse episódio se mostravam mais incisivas e a caracterização deste como um tema sensível, um passado vivo, mostrou-se mais evidente desde então. Se de certa forma o estabelecimento da CNV era essencial para alguns, pois buscava reconhecer a dor de parentes, pessoas próximas e/ou das próprias vítimas daquele regime, e todos aqueles que ansiavam por elucidações quanto aquele período, decerto desagradou a uma parcela da população. Havia aqueles que consideravam que a CNV estava revendo questões que deveriam “ficar enterradas”, “esquecidas no passado”, ainda que os militares acusados de crimes continuassem impunes devido à decisão tomada pelo STF em 2010. O negacionismo relacionado a eventos traumáticos pode ser visto como uma extensão dos atos violentos ocorridos, pois esforça-se em silenciar as vozes que descrevem tais atos, ambicionando ocultar a memória daqueles que foram vítimas e impossibilitar a responsabilização dos perpetradores das ações violentas (SELIGMANN-SILVA, 2008):

O negacionismo neste caso é apenas um caso particularmente radical de um movimento que acompanha o gesto genocida. O genocida sempre visa a total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime. Esta é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. (SELIGMANN-SILVA, 2008)

Foi durante a gestão do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014) que se instalou e estabeleceu-se a Comissão Nacional da Verdade. Mesmo esbarrando na limitação legal imposta pela decisão do STF de 2010, aquela que impedia a penalização dos militares acusados de cometer crimes ao longo da ditadura, quando os ânimos e disputas sociais afloraram nos anos posteriores, os temas autoritarismo e ditadura mostraram-se como estandartes a serem exibidos por negacionistas defensores da ditadura militar. Durante o governo Lula, quando o projeto para o estabelecimento da CNV foi apresentado¹³, passando então a tramitar na Câmara, já havia distensões internas a respeito da CNV:

Outrossim, devemos também visualizar que, todo esse clima propício às tensões e disputas por uma memória continuam a existir – vide o embate entre os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim

¹³ Mais informações sobre o referido ato em: < <https://tinyurl.com/4dkshh73> > Acesso em: 21/12/2022.

(Defesa), no qual este último chegou a ameaçar entregar a pasta e se demitir por acreditar que o projeto de uma comissão da verdade era “revanchista e provocativo” à honra e memória dos militares – e embora ocorrido ainda na época da instalação da Comissão, não desapareceram por completo em tempos atuais. (SCHLACHTA, 2017, p.282)

Entre as pautas presentes na série de eventos de caráter político-sociais que causaram a desestabilização do governo da presidenta Dilma, a questão da ditadura militar (1964-1985) fez-se presente nas manifestações de evocação ao referido regime, aparecendo como a imagem de um passado glorioso que poderia corrigir os problemas da atualidade (BAUER, 2020). Dentre a série de episódios que marcaram esse momento histórico recente, cabe destacar a homenagem tétrica feita pelo atual presidente da república, podendo esta ser interpretada como um claro *dog-whistle*¹⁴. Na época, o então deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, em tom saudosista, durante a sessão na câmara dos deputados em que ocorria a votação do processo que levou ao impeachment (golpe parlamentar) de Dilma Rousseff (concluído em 31/08/16), homenageou a figura do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra¹⁵ (1932-2015), ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, condenado por atos de tortura e violência contra diversas pessoas durante a ditadura civil-militar, incluindo a então chefe do Executivo nacional.

Ainda no desenrolar desse processo político, no ano de 2018 as eleições para presidência da república brasileira trouxeram ao poder o político nacional populista¹⁶ Jair Messias Bolsonaro. Ao longo de sua carreira parlamentar este se notabilizou por defender, entre outras coisas, a ditadura civil-militar brasileira, a prática da tortura, a defesa de outros regimes ditatoriais latino-americanos e a implementação de governos com moldes autoritários¹⁷. Enquanto presidenciável, Bolsonaro não escondia a sua admiração pelo autoritarismo, mostrando-se como um entusiasta da

¹⁴ Apito de cachorro, ou política do *dog whistle*, é uma mensagem política empregando linguagem em código que parece significar uma coisa para a população em geral, mas tem um significado mais específico e diferente para um subgrupo-alvo”. Informação disponível em: < <https://tinyurl.com/4m299n78> >. Acesso em: 29/11/2020.

¹⁵ Dedicaremos maior atenção a Ustra na próxima seção. A homenagem do atual presidente do Brasil ao General Brilhante Ustra pode ser vista em: < <https://tinyurl.com/y6uyvx2b> >. Acesso em: 12/07/2022

¹⁶ O termo nacional populista é usado amplamente por Da Empoli (2019) para descrever líderes de governo como o atual presidente brasileiro.

¹⁷ Levantamento realizado pelo jornal O Estado de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2018, evidenciam que o atual presidente brasileiro, enquanto deputado federal, mencionou a ditadura militar 250 vezes, geralmente em tom de celebração quanto ao aniversário do golpe de 64, a promulgação do Ato Institucional número 5, ou em memória de torturadores como Carlos Alberto Brilhante Ustra. (Pinha, 2020, p.206)

ditadura militar, chegando inclusive a forjar a própria Memória dentro deste contexto, ao se colocar como um daqueles que teriam ajudado a salvar o Brasil do comunismo¹⁸.

O capitão reformado do exército brasileiro conseguiu formar uma base de simpatizantes com um discurso fortemente balizado no negacionismo olavista¹⁹; repúdio aos direitos humanos, descritos pelo mesmo como “direito de bandidos”; no conservadorismo, descrito pelo então candidato à presidência como uma “defesa da moral e da família”; no ufanismo militar, alicerçado no saudosismo a ditadura iniciada em 1964²⁰; e sobretudo em um forte antipetismo²¹. A campanha de Bolsonaro foi marcada por diferentes abordagens negacionistas e pelas *fake news* disseminadas massivamente nas redes sociais. O até então deputado federal foi eleito por alegar travar uma batalha contra a esquerda e o comunismo – o inimigo comum, que trataremos adiante – prometer acabar com a corrupção, romper com a velha política e frear o que foi definido por ele como o “politicamente correto”²².

Bolsonaro contrastava com o comportamento habitual das pessoas ligadas ao meio político, apresentando atitudes polêmicas, agressivas e escrachadas (em muitos casos repletas de preconceitos raciais, de gênero e discursos autoritários), que fizeram com que uma parcela significativa da população brasileira enxergasse nesse, um cidadão “simples e autêntico”, o oposto dos demais políticos que seriam distantes da realidade popular por serem “artificiais e arrogantes”. Tal imagem pode ser vista como a construção de um personagem construído com base no olavismo, pois, a agressividade e simplicidade apresentada por Bolsonaro, vincularam o então

¹⁸ Jair Bolsonaro e a sua suposta participação no cerco a Lamarca no Vale da Ribeira estão disponíveis em: <<https://tinyurl.com/4e8ve4cp>>. Acesso em: 03/04/2022.

¹⁹ Negacionismo olavista é um termo ligado às teorias levantadas por Olavo de Carvalho, astrólogo e autointitulado filósofo, famoso por defender teorias conspiratórias, por se contrapor a metodologia científica e que tem forte ligação com o governo Bolsonaro (Rocha, 2021). Estes serão abordados diretamente à diante.

²⁰ Popolin (2019) faz uma ligação interessante do ufanismo pró-ditadura militar com o mito da era de ouro, um dos quatro conjuntos de mitos políticos descritos por Girardet (1987).

²¹ Um dos sentimentos preexistentes que foram canalizados por Jair Bolsonaro em sua campanha foi o antipetismo, ou ressentimento quanto aos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). Esse ressentimento ao Partido dos Trabalhadores (PT) era fortemente alimentado através dos seguintes fatores: contestação às medidas sociais desenvolvidas durante os governos petistas; repúdio às políticas inclusivas e antidiscriminatórias implantadas ao longo desse mesmo governo; e ênfase nas denúncias de corrupção que estavam ligadas aos governos presidenciais do PT.

²² Na utilização do termo “politicamente correto” adotada pelo presidente Jair Bolsonaro, que é de uso recorrente em narrativas negacionistas, podemos observar que esse se refere a um ataque direto às políticas inclusivas adotadas pela sociedade contemporânea, como o combate aos preconceitos diversos (homofobia, racismo e misoginia), a coibição quanto a prática do bullying e seus efeitos nocivos, e a atos ligados à política de defesa aos direitos humanos.

presidenciável a uma imagem de autenticidade, o que o aproximaram de um nicho específico da população brasileira (CALIL, 2021).

Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente e representante de uma parcela significativa da população brasileira, que se viu seduzida por seus discursos negacionistas, preconceituosos e autoritários. Essa parcela da população enxergou neste a legitimação para suas atitudes contrárias às ciências, truculentas e preconceituosas, renegando assim valores básicos da convivência civilizada, como o respeito à liberdade, à dignidade humana ou a integridade física de pessoas com ideias divergentes. Sendo assim, podemos dizer que no Brasil posterior às eleições de 2018, instalou-se um governo alicerçado em discursos negacionistas, saudosos à ditadura militar e ao autoritarismo, que por sua vez foi de encontro a um público-alvo pronto para consumir e compartilhar estas narrativas tendenciosas²³.

Ao longo do processo político descrito, ainda que desde a redemocratização os discursos negacionistas saudosistas, autoritários e conservadores quanto à ditadura militar (1964-1985) sempre estivessem presentes no Brasil²⁴, estes recrudesceram a partir do descontentamento oriundo dos defensores do referido regime com a elaboração da CNV, começaram a ressoar mais fortes ao longo da crise econômico-social que culminou com o golpe parlamentar²⁵ que destituiu o chefe do Executivo brasileiro em 2016, e tornaram-se insaciáveis após a eleição presidencial de 2018²⁶. O fato de boa parte da população brasileira eleger em 2018 um representante que nega abertamente a ditadura militar (1964-1985), mesmo diante das diversas evidências que comprovam a existência desta, pode ser

²³ Em seu trabalho, Schwarcz (2019) identifica em uma parcela da população brasileira a predisposição a aceitar o autoritarismo. Fatores histórico-sociais são apontados pela autora como sendo relevantes para compreensão desta predisposição.

²⁴ Desde a década de 60 as narrativas difundidas nos meios militares, a respeito da ditadura militar, foram marcadas pelo negacionismo, por caracterizar esse episódio da história do Brasil como glorioso e justificável (Bauer, 2020). Além disso, segundo Daniel Pinha, ao longo do processo de redemocratização e de elaboração da Constituição Federal de 1988, a negociação orientada por militares e pela elite política, foi marcado por esquecimento e continuidades, o que gerou uma fenda autoritária, por onde resquícios da ditadura se mostram presentes na democracia atual. Tal presença autoritária é exemplificada pelo autor através de pronunciamentos de Jair Bolsonaro, notavelmente reacionários, saudosistas ao regime ditatorial e críticos à atual democracia (2020).

²⁵ Carvalho (2020) destaca em seu texto o aumento de ocorrências influenciadas por discursos negacionistas em sala de aula entre o período do referido impeachment e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

²⁶ Meneses (2020, p.47), em pesquisa realizada com matérias do jornal A Folha de São Paulo, constatou que as primeiras citações ao termo Negacionismo no jornal surgem em 1993, no entanto, a primeira negação relacionada a um evento da história do Brasil, no caso a ditadura militar, só ocorreu em 2014, atestando os efeitos desse processo político na exacerbação das vozes negacionistas em contexto nacional.

associado aos valores defendidos por essa parcela populacional. Tais valores passam por uma forte predisposição à aceitação de discursos e lideranças autoritárias, atos violentos e narrativas infundadas que lhes sejam convenientes. Essa predisposição explica, ao menos em parte, a proliferação de discursos negacionistas sobre a ditadura militar no contexto atual.

1.2 O papel da internet

O principal canal de circulação das narrativas negacionistas na atualidade, como já mencionado, é a internet. Esta, diferentemente da grande mídia, possibilita a horizontalidade dos conteúdos disseminados. Enquanto a mídia tradicional (rádios, jornais e emissoras de TV), muitas das vezes, traz o conteúdo produzido de maneira vertical e o distribui ao seu público, sem uma maior participação deste no processo de elaboração, o ciberespaço, por sua vez, traz conteúdos de fontes diversas, produzidos, reproduzidos e remodelados por empresas, mas também por diversos "indivíduos comuns", distribuindo-os ao público por meio de uma espécie de rede que interliga sujeitos com interesse em assuntos em comum. O aumento do acesso à internet não só possibilitou a troca de ideias por parte de uma diversidade ampla de sujeitos, alguns que até então eram renegados do processo de produção e consumo de informação, como também, ao menos em tese, possibilitou uma liberdade maior de escolha por parte dos indivíduos, fazendo com que estes sejam direcionados aos conteúdos que mais lhes interessam, embora os algoritmos sejam importantes para compreensão desse aspecto. Por sua vez, no ciberespaço e na sociedade como um todo, jornalistas junto à grande mídia, assim como os demais especialistas (pesquisadores, professores, etc), passaram a ser questionados quanto a sua parcialidade e a veracidade das informações propaladas, como trataremos em momento adequado.

A popularização do acesso ao ciberespaço trouxe consigo a democratização do conhecimento, fazendo com que uma gama de sujeitos marginalizados quanto à produção e ao consumo de informações fossem inseridos nesse processo, através de uma "grande rede eclética de informação". Entretanto, por apresentar uma fiscalização menos rígida e eficiente, esse espaço de interação virtual abriu brechas

para a proliferação de alguns problemas relacionados a legitimidade da informação ofertada, pois associado a este, houve uma expansão massiva no número de grupos que disseminam narrativas negacionistas, teorias da conspiração, e *fake news* das mais diversas.

Embora a internet trouxesse em si algumas possibilidades, como ser um instrumento de real democratização da informação, uma legítima difusora da “vontade popular”, e/ou ainda se configurar como um importante vetor de troca de informações “verídicas” e livres de manipulação, na prática podemos observar alguns distanciamentos inerentes a essas postulações²⁷. O primeiro refere-se a vontade popular, pois a internet tornou-se interessante para alguns grupos (Santana e Maynard, 2017), que potencializaram a manipulação dos assuntos debatidos, orientando o que deve ser ou não debatido, o que deve ou não ser interpretado como verdadeiro, ou ainda decidir quem deve ser atacado ou protegido pelos *haters virtuais*²⁸. Ao coordenar e determinar o que é disseminado nas redes sociais a partir de seus interesses, assim como a grande mídia, alguns grupos configuram-se como controladores políticos, orquestrando o ciberespaço do topo, e sendo assim, nem sempre é a “vontade popular” ou são as escolhas individuais que determinam o que será ofertado ao indivíduo.

O segundo distanciamento dos postulados da internet, é que no início da popularização da grande rede, irradiava-se a crença de que o espaço cibernético seria um importante difusor de discursos divergentes, que por sua vez iriam proporcionar debates frutíferos entre os seus usuários. E nestes debates, através da sobreposição de dados e ideias, ocorreria o julgamento das teorias expostas, o que por sua vez culminaria na sublimação da versão mais plausível, aquela mais próxima da realidade. Havia a suposição de que o confronto de informações, que inegavelmente apresentam-se de maneira farta na internet, faria com que conteúdos

²⁷ Em dissertação de mestrado defendida em 2018, Élton Rigotto Genari (p.49-50) expõe essas duas aspirações que estavam inicialmente presentes naqueles que viam na internet um grande potencial quanto as possibilidades de difusão e democratização da informação.

²⁸ Odiador ou, em inglês, hater é um termo usado na internet para classificar pessoas que postam comentários de ódio ou críticas sem muito critério. Difere-se de um troll, que tem um comportamento diferente. Em: Wikipédia, disponível em: < <https://tinyurl.com/ydpdf8m> >. Acesso em: 27/05/2022

mais plausíveis fossem disseminados aos lugares mais distantes do mundo, enquanto os que seguissem a tendência oposta seriam negligenciados²⁹.

Na atualidade, a internet e as redes sociais atingem um número significativo de pessoas ao redor do mundo, cumprindo assim um dos seus papéis como difusora da informação, no entanto, não se pode dizer que isso a configurou como sendo um grande instrumento de difusão da verdade. Como mencionado, a internet e as redes sociais têm se apresentado como um meio extremamente profícuo para que teorias da conspiração, narrativas negacionistas e *fake news* sejam disseminadas indiscriminadamente. Essa prática ocorre primeiramente devido a programação dos algoritmos que distribuem o conteúdo na internet, e também está relacionada a utilização da internet como ferramenta de manipulação por grupos políticos.

Quanto à lógica de programação dos algoritmos criados pelos idealizadores das redes sociais, esta objetiva manter as pessoas constantemente conectadas por meio da disseminação massiva de informações dentro de sua área de interesse³⁰. Ou seja, depois de inserida em “uma determinada bolha”³¹ de conteúdos negacionistas, uma pessoa começa a ser “bombardeada” por conteúdos negacionistas com viés semelhante a este assunto, passando por sua vez a ser afastada de conteúdos que contestem a sequência silogística apresentada. Por exemplo, uma pessoa que acessa frequentemente conteúdos relacionados à planicidade da Terra, será afastada de conteúdos de caráter científico, ou seja, aqueles que defendem o formato esférico de nosso planeta (WAINBERG, 2018).

A internet favoreceu a formação de grupos com ideias semelhantes (POPOLIN, 2019), passando a estes a sensação de que eles não estão sós. “Antes, quando alguém tinha uma crença bizarra ou fora do esquadro, sentia-se acuada e desenvolvia formas de se conter; agora ela encontra parceiros para tudo na internet, inclusive para o pior”, e essa sensação de pertencimento empoderou os sujeitos que

²⁹ O professor e jurista Lenio Luiz Streck em videoconferência expõe essa falsa crença inicial de que o uso da internet traria a conseqüente disseminação da de discursos verídicos em detrimento dos mentirosos nas redes. Acesso em: < <https://tinyurl.com/2zzhn48u> l>. Acesso em: 27/11/2020.

³⁰ “O cliente ideal de Sean Parker, de Zuckerberg e de todos os outros é um ser compulsivo, empurrado por uma força irresistível para voltar à plataforma dezenas, centenas, milhares de vezes por dia, fissurado por essas pequenas doses de dopamina da qual se tornou dependente”. Da Empoli (2019, p.45).

³¹ De acordo com Branco (2017) usuários “assimilados” por redes virtuais negacionistas (*Facebook* e *WhatsApp*) são inseridos em uma espécie de bolha que os bombardeiam diariamente com conteúdo relacionado a seus interesses, crenças e valores, acabando fatalmente por manter os indivíduos municiados, convictos e presos a vários tipos de informações anticientíficas. Wainberg (2018) e Popolin (2019) trazem descrições semelhantes, embora com denominações semelhantes.

antes se sentiam isolados, passando a estes uma sensação de poder, ao ponto destes sentirem-se confortáveis para realizar linchamentos virtuais, disseminar preconceitos abertamente, ou apresentar discursos de ódio sem medo de represálias (DUNKER, 2021, p.31). Essa aglutinação de massas nas redes sociais deu a alguns sujeitos a sensação de que não haveria mais limites, um sentimento irregular e perigoso para a coletividade. O advento da internet favoreceu a formação de grupos virtuais balizados em pós-verdade, verdadeiras “bolhas virtuais” que aglutinam os sujeitos, ao mesmo tempo em que constroem barreiras para aqueles que pensam diferente, com uma lógica que funciona da seguinte forma, “Para os de dentro eu não preciso escutar, porque sei o que eles vão dizer, e, para os de fora, escutar é desnecessário, porque, afinal, eu já sei quem eles são” (DUNKER, 2017, p.32).

O segundo fator que favorece a proliferação de discursos conspiracionistas, narrativas negacionistas e *fake news* através do ciberespaço, tratando agora da utilização da internet como ferramenta de manipulação política, é o fato de a internet apresentar poucos filtros para fiscalizar, regular e frear a disseminação de informações de “natureza questionável”. Valendo-se disso, aqueles que orquestram as postagens nas redes sociais não levam em consideração a veracidade dos fatos, ou o risco de terem suas publicações “censuradas”, mas sim a maior probabilidade de disseminação maciça das suas postagens. A fim de atingir o maior número de pessoas, estes seguem uma lógica que funciona da seguinte forma: quanto mais radical, polêmica, absurda e extrema for uma postagem, maior será a probabilidade desta atingir a um número expressivo de pessoas. As publicações moderadas e equilibradas são desprezadas, pois têm menor impacto no público, e por sua vez, estas dão espaço para aquelas mais polêmicas e esdrúxulas, que atraem mais a atenção das pessoas e geram maior engajamento virtual, para questioná-las ou replicá-las, o que importa é ter repercussão. Sendo assim, é mais comum a disseminação de publicações absurdamente falsas, pois estas causam maior “alvoroço nas redes”, e apresentam maior probabilidade de serem reproduzidas, por uma motivação ou outra, enquanto as postagens mais sóbrias e contidas não o são.

Essa breve explicação é relevante, pois permite compreender como potencialmente o ciberespaço pode ser mobilizado abusivamente para fomentar a disseminação de discursos negacionistas. Pode-se compreender porque estes são constantemente replicados e estejam em evidência, pois, ainda que seus

argumentos sejam absurdos e falsos, e seu embasamento seja nulo, estes geram polêmica e repercussão pública quase que imediata, tanto por aqueles que o apoiam, quanto daqueles que o rechaçam.

Existem diversos vetores que podem ser apontados para a disseminação de discurso negacionistas, porém, na sociedade atual as redes sociais ocupam um lugar de destaque. Se por um lado a predisposição de certos segmentos da nossa sociedade colaborou com a proliferação das narrativas negacionistas, a popularização da internet e das redes sociais nos últimos anos potencializou essa disseminação a níveis estratosféricos. O ciberespaço, e por meio deste as redes sociais, é possivelmente o maior motor de proliferação de discursos diversos acerca do passado na atualidade, atingindo de maneira indiscriminada a uma gama expressiva de pessoas ao redor do mundo. Aqueles que disseminam discursos negacionistas e *fake news* apropriam-se dessas redes, pois estas proporcionam benefícios como: facilidade de acesso; velocidade de transmissão; número expressivo de pessoas atingidas; considerável liberdade de atuação; e impunidade proporcionada pelo anonimato. Qualquer publicação devidamente impulsionada no ciberespaço ganha enorme repercussão, adentra em diversos espaços sociais, ganha o status de “verdade” para grupos “desavisados” e faz com que esses mesmos “desinformados” venham a ser incorporados a uma legião de disseminadores de discursos negacionistas, conspiracionistas e *fake news*, ou seja, é uma rede que possibilita uma replicação *ad infinitum*.

Durante as últimas décadas, através da internet, narrativas negacionistas diversas, incluindo pedidos de implantação de governos autoritários, relativização de atos que violam os direitos humanos e discursos saudosistas enaltecendo a figura de assassinos/torturadores de regimes ditatoriais foram amplamente compartilhados nas redes. Esta disseminação ocorreu, em certos casos, sem nenhum tipo de controle de veracidade ou punição aos envolvidos, ganhando contornos preocupantes, por moldar a memória coletiva ao ponto de influenciar diretamente no rumo de países e suas eleições³². Segundo Da Empoli (2019, p.90)³⁵:

O *Facebook* e as outras redes sociais são plataformas publicitárias que põem à disposição das empresas instrumentos extraordinariamente avançados para chegar a seus clientes. Mas, uma vez criada, fica claro que essa máquina pode igualmente ser utilizada para fins políticos, como

³² Mais informações sobre a influência de *Fake News* nas eleições podem ser obtidas em <<https://tinyurl.com/2cdvbj9h>> Acesso em: 12/10/2020.

realmente ocorreu nos últimos anos. E, considerando que são simples motores comerciais, as redes sociais não são equipadas – e não têm interesse algum em ser – para impedir os desvios e os abusos.

Assim como na descrição de outros países feita por Da Empoli (2019), no Brasil pode ser observado a presença marcante das redes sociais em todas esferas da sociedade, das últimas décadas até os dias atuais e, assim através da disseminação de *fake news* e discursos negacionistas, essas influenciaram/influenciam de maneira decisiva os rumos políticos e sociais, podendo ser apontadas como determinantes e, portanto, fundamentais para a compreensão do processo histórico recente no qual ainda nos encontramos³³. Durante todo o processo político de expansão das narrativas negacionistas referentes ao regime ditatorial militar brasileiro, em meio à crise democrática contemporânea, as redes sociais se fizeram presentes e tiveram uma forte influência. Por exemplo, diversas *fake news* foram usadas pela oposição para desestabilizar o segundo governo Dilma Rousseff (BAUER, 2020, p.194; POPOLIN, 2019, p.5), e as diversas manifestações que ocorreram ao longo dos últimos anos, incluindo aquelas que culminaram no golpe contra Rousseff, em 2016, foram organizadas por meio das redes sociais³⁴. Ainda sobre esse ponto, nas eleições brasileiras de 2018, as redes sociais foram amplamente movimentadas, podendo inclusive ser apontadas como um dos, se não o fator determinante, que levou à eleição do nosso atual presidente da república³⁵.

A soma do processo político descrito, junto ao poder de disseminação do ciberespaço, nos possibilita compreender a proliferação do negacionismo no Brasil atual, assim como a influência e a indução dos rumos de nossa sociedade por meio dessa correlação. Esta forte influência de informações de cunho duvidoso e deturpado em nosso meio social, faz com que as pessoas que prezam por valores inerentes a uma sociedade democrática, pautada nos direitos humanos e no respeito

³³ Pesquisa do Senado brasileiro aponta que ao votar, 45% dos eleitores são influenciados por *fake news*. < <https://tinyurl.com/bdkfvezh> >. Acesso em: 27/03/2021.

³⁴ Com relação às manifestações de 2013, BENTIVOGLIO e BRITO (2020, p.172) afirmam que “Foram lá naqueles movimentos de rua, que começaram a ressurgir manifestações e grupos de apoio e defesa explícita à ditadura militar. Deve-se ainda lembrar da importância que as redes sociais tiveram nesse momento, de grupos no *Facebook*, *WhatsApp*, de *hashtags* e perfis no *Twitter*, algo que tem sido considerado um marco na mudança radical na esfera pública brasileira.”

³⁵ Sobre as suspeitas de influência das *Fake News* nas eleições brasileiras, Meneses (2020, p.53) afirma que: O bolsonarismo não inventou a prática de notícias falsas, mas elevou essa experiência a um novo patamar, a ponto da Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmar, logo após o processo eleitoral de 2018 que “o fenômeno observado no Brasil de uso massivo de *fake news* para manipular o voto por meio de redes privadas ‘talvez não tenha precedentes’” (90% dos eleitores de Bolsonaro acreditam em *fake news*, diz estudo. Folha de São Paulo, 02/11/2019).

mútuo, de ideias e de indivíduos, se mantenha em estado de alerta, preocupados com o aprofundamento deste diagnóstico.

1.3 Olavo de carvalho e olavismo

Ao falarmos de negacionismo e conspiracionismo, enquanto instrumentos mobilizados pela extrema direita brasileira, faz-se necessário destacar uma figura que se empenhou exaustivamente na disseminação destes em nossa sociedade, um indivíduo que soube aglutinar forças no processo político anteriormente descrito e potencializar seus impactos através do ciberespaço: o astrólogo e autointitulado filósofo, Olavo de Carvalho. A compreensão do que chamaremos de olavismo e seu espectro de orientação são fundamentais, para tecermos observações acerca das obras negacionistas que trataremos adiante. É importante frisar que em 24 de janeiro de 2022, Olavo de Carvalho veio a óbito, porém a influência do olavismo segue presente no Brasil, ou seja, é uma estrutura que opera independente da figura em que seu nome é inspirado.

Apontado por muitos como o “guru intelectual” do governo Jair Bolsonaro, Olavo de Carvalho, figura reverenciada entre grupos conservadores e negacionistas, é um *youtuber, escritor e influenciador digital*. O “guru intelectual” do chefe máximo do Executivo brasileiro pode ser apontado como um dos pioneiros na disseminação de diversas linhas argumentativas que hoje predominam nas correntes negacionistas, imperando entre a direita e extrema direita conservadora do Brasil na atualidade.

Antes da formação de uma atmosfera favorável para a eclosão de movimentos expressivos de direita conservadora no Brasil, ao longo das últimas décadas, Olavo de Carvalho desempenhava um papel central de base, escrevendo livros e publicações na mídia, ministrando cursos online, e influenciando multidões, que assim como este, passavam a ser disseminadores de teorias conspiratórias e negações das mais diversas. Ao longo das últimas décadas, antes da explosão atual de manifestações de carácter negacionistas, Olavo de Carvalho se fazia presente, militando e semeando pautas generalizantes que atacavam o comunismo, a esquerda, o globalismo, os Direitos Humanos, o mundo acadêmico, entre outras

coisas. Esses ataques ao longo dos anos foram aglutinando novos elementos e sendo incorporados por outras correntes, convergindo para o amálgama de preceitos que são atualmente compartilhados nos meios negacionistas e conspiracionistas (ROCHA, 2021). O conteúdo irradiado pelo “guru da direita conservadora”, bem como o seu “método argumentativo para lidar com esquerdistas”, aos quais chamaremos de olavismo, ao longo dos anos foram assimilados, disseminados e replicados pela direita conservadora e por consequência pelos círculos negacionistas brasileiros, podendo ser apontados como relevantes na construção de suas retóricas de diferentes naturezas, merecendo assim uma particular atenção.

Compreender conceitos chaves, difundidos através dos canais do próprio Olavo de Carvalho, ou de outros vinculados às ideias deste, é relevante para o detalhamento das estruturas discursivas do negacionismo associado à Ditadura Militar. Embora o “professor Olavo” não se dedicasse exclusivamente, ou ainda de forma mais intensa a esta negação em específico, a base de afirmações sobre esta temática, bem como os métodos argumentativos das diversas negações feitas por ele, são apropriadas e replicadas por sujeitos que se dedicam mais pontualmente ao negacionismo do regime ditatorial militar, apresentando assim fortes “traços de olavismo”. Por exemplo, um número considerável de discursos negacionistas da ditadura militar (inclusive algumas obras aqui trabalhadas) apoiam-se na concepção de que há uma *guerra cultural* sendo travada ao longo das décadas entre esquerda e direita, uma batalha simétrica e oposta, quase um embate entre o bem e a personificação do mal, ideia essa expressa exaustivamente por Olavo de Carvalho. Além deste, características da *retórica do ódio*, podem ser observadas nas obras negacionistas aqui analisadas, como trataremos em momento pertinente.

O olavismo é um movimento que potencializa o alcance e a influência de Olavo de Carvalho. De uma maneira geral, Olavo de Carvalho não trouxe conceitos novos ao discurso negacionista e conspiracionista já existente. Na realidade, o autointitulado filósofo não desenvolveu um conhecimento próprio ou mesmo uma corrente metodológica/argumentativa inédita para o pensamento conservador de direita brasileiro. De fato, o que o “guru intelectual da direita” fez foi buscar, aglutinar e difundir a um grupo significativo de pessoas os preceitos e métodos de argumentação negacionistas, alguns voltados para temáticas brasileira, mas muitos outros com inspiração evidente na direita cristã e conservadora estadunidense (caso

do anti-islamismo), uma das influências de Olavo de Carvalho (GUIMARÃES, 2021). Assim como os demais negacionistas, Olavo de Carvalho utiliza uma metodologia que se aproxima da pós-verdade, ao priorizar os seus desejos pessoais aos fatos na abordagem dos diversos assuntos, ao explorar os preconceitos de seus seguidores (racismo e islamofobia, por exemplo) e quando busca afastar esses das ideias conflitantes com as suas. Sendo assim, Olavo de Carvalho pode ser descrito como um reprodutor e transmissor de informações - assim como boa parte dos sujeitos influenciados por ele – o que não reduz o seu papel na disseminação do negacionismo atual, papel este que se mostrou bastante efetivo nos rumos da política, levando inclusive a eleição de um presidente notavelmente negacionista em 2018, e é efetivamente este aspecto de influenciador massivo que torna o olavismo relevante para a nossa análise.

Devido ao aspecto pouco inovador do autointitulado filósofo, o olavismo não é tratado por alguns autores como uma corrente de pensamento, e Olavo de Carvalho é questionado como filósofo, e, como evidenciou Calil, “De fato, seria inútil e infrutífero estruturar uma pesquisa que tivesse como objeto a investigação de sua contribuição intelectual ao pensamento social brasileiro, dado o evidente primarismo de suas manifestações” (2021, p.65). Esse posicionamento, por parte de alguns autores, não se dá apenas pelo fato do “professor Olavo” não possuir formação acadêmica³⁶, mas sim por este adotar uma particular postura anticientífica, e influenciar os seus seguidores a adotarem uma espécie de apatia reflexiva. O que é defendido por aqueles que seguem por esse prisma, é que, o olavismo e os seguidores deste “movimento”, passam a se guiar por uma série de afirmações e premissas, que por sua vez, são adotadas e replicadas, seguindo as orientações do astrólogo, sem utilizarem o senso crítico, agindo assim de uma maneira quase dogmática. Sendo assim, quanto ao seu funcionamento, o olavismo pode ser descrito como uma espécie de rede, que se notabiliza por replicar e difundir sistematicamente informações e comportamentos sem se importar com a sua procedência.

³⁶ Algumas fontes indicam que o “professor Olavo” não chegou ao ensino médio, outras que o autor não concluiu este. Devido a imprecisões e falta de informações oficiais é prudente evitar ser incisivo quanto a esse aspecto. Além da prudência, evitar esse aspecto é um ato também sensato, pois nesse caso, compreendemos que a desqualificar uma pessoa, utilizando como critério apenas a formação escolar/acadêmica pode caracterizar uma espécie de elitismo educacional.

Além da replicação de informações, alguns autores avaliam que a postura adotada por Olavo de Carvalho, e também a de seus seguidores, aproxima-se mais de uma espécie de “devoção dogmática”, do que de um conjunto de princípios filosóficos, ou ainda de uma corrente de pensamento propriamente dita. A alegoria da caverna de Platão é metaforicamente válida para exemplificar o olavismo neste ponto. De acordo com essa parábola, ao sair da caverna, alguns cegam-se momentaneamente ao deparar-se com a luz da razão, passando depois a assimilar e lidar com a realidade desconfortante no primeiro momento, já outros se recusam a reconhecer que existe um mundo além daquele que estes foram ensinados a crer, e simplesmente escolhem ignorá-lo.

Observa-se no olavismo que toda contradição lógica, abandono do rigor metodológico, fragilidades evidenciadas nas narrativas defendidas, ou seja, fatos que poderiam gerar questionamento ou abalo no ânimo dos seguidores, aparentemente quando veem de Olavo de Carvalho ou de um aliado deste, são assimilados de maneira pouco impactante, não refletindo significativamente na perspectiva daqueles que seguem esse “movimento”. De fato, o que se observa como recorrente nos meios onde predomina o olavismo é a replicação de ideias terceirizadas, a apropriação destas como se fossem construtos do próprio sujeito, e a falta de olhar crítico quanto a realidade que os cercam acompanhada de uma certeza inabalável. Além disso, Olavo e seus seguidores realizam ataques à pesquisa e àqueles que se dedicam a essa, classificando pejorativamente esse tipo de trabalho, negando-os como possíveis lapidadores do conhecimento válido³⁷. Os sujeitos “envoltos na rede olavista” continuam disseminando os conteúdos ministrados nos canais orientados por este viés sem apresentar significativos abalos.

Vale destacar que esta apatia reflexiva consiste em um comportamento um tanto quanto contraditório, pois, Olavo de Carvalho é apontado por alguns como sendo um “farol da direita conservadora”, o filósofo que irradia conhecimento e conduz os seus alunos à libertação das “mentiras entranhadas na sociedade atual”. Nessa perspectiva era de se esperar que, o autointitulado filósofo poderia (ou talvez devesse) conduzir a si e aos indivíduos que o seguem a autonomia da razão, estimulá-los a uma reflexão crítica e fundamentada da realidade onde vivem, dando

³⁷ No olavismo defende-se uma postura quase inatista, como se o conhecimento fosse atribuído a alguns em forma de dom. Embora este seja um traço muito interessante, não o aprofundaremos aqui, por questão de tempo e espaço.

a si próprios o benefício da dúvida, ou ainda ressaltar a relevância do empirismo na construção do conhecimento; no entanto, na prática, o que ocorre é o afastamento deste e dos seus seguidores destes exercícios fundamentais para a atividade filosófica.

Quanto aos autores que se debruçam sobre essa “falta de senso crítico” do olavismo, Rocha (2021) trata desta maneira particular a qual estes indivíduos negacionistas se comportam, como sendo um “conjunto de crenças”. Segundo análise do autor, ao aderir ao olavismo, o sujeito abandona a razão, a lógica e a materialidade dos fatos, passando-se assim a seguir os preceitos ali estabelecidos de maneira voluntária e incauta, seguindo a metodologia que prioriza a confirmação das conclusões preestabelecidas, distorcendo ou negligenciando as premissas, fazendo com que a transmissão da mensagem seja mais relevante do que os caminhos tortos aos quais essa transcorre. Nos termos de Rocha (2021, p. 102):

Não falta nada mais para caracterizar o *sistema de crenças Olavo de Carvalho*, que confere inteligibilidade aos delírios usuais da militância bolsonarista. Reúna anticomunismo paranoico com a ideia mofada de alta cultura, acrescente teorias conspiratórias de dominação mundial com atribuição raivosa de analfabetismo funcional para todo aquele que discorde do “seu mestre mandou”, associe a lógica da refutação ao emprego consciente do mecanismo bode expiatório, relacione a retórica do ódio com palavras de baixo calão e, se ainda assim houver algum contratempo, o mágico tira da cartola uma arrojada tentativa de tomada do poder—como reza o subtítulo-manifesto de Orvil.

Ainda que a análise de Rocha (2021) tenha sustentação material palpável, e possa soar condizente com a prática de sujeitos imbuídos com o olavismo, a pecha de fanáticos, ou mesmo de devotos alucinados por um movimento, aproxima-se bastante de um dos aspectos do olavismo, descrito por este próprio autor, a desqualificação nulificadora (a rotulação de “fanático” é bastante utilizada por Ustra, inclusive). Além disso, a ideia de crença carrega em si um cunho religioso, e por tal motivo pode soar desrespeitoso para àqueles que se guiam pela religiosidade, pois tal postulação pressupõe existir uma hierarquia entre a fé e a razão, o que faz com que tal termo ganhe mais uma conotação de ataque, afastando-se conseguinte de uma categorização objetiva. Por carregar em si um cunho pejorativo para com esses sujeitos, creio que o termo *conjunto de crenças*, não seja o mais adequado para caracterizar o olavismo, esse modo particular de enxergar a realidade.

O que Rocha (2021) destacou como sendo um *conjunto de crenças*, Rosa, Resende e Martins (2018), em artigo, tentaram descrever como sendo uma espécie

de *cosmologia*, um conceito que tenta explicar a maneira como Olavo de Carvalho e seus apoiadores retratam e veem o mundo onde vivem. A ideia de cosmologia defende que, os seguidores do olavismo apresentariam uma tendência a construir seu universo particular, isolarem-se dentro deste, e ignorar a realidade sensível onde se inserem, adotando uma perspectiva própria, um mundo alheio ao que é visto por aqueles que não se guiam pela sua corrente de pensamento.

De certa forma a ideia do olavismo visto como uma espécie de *cosmologia* defendida por Rosa, Resende e Martins (2018), materialmente aproxima-se do que é observável quanto ao comportamento de alguns sujeitos guiados por esse movimento, mas sem ligar esses a rotulações taxativas e excludentes. Por isso, creio que *cosmologia*, possa ser um termo mais adequado para se referir a maneira a qual Olavo de Carvalho e os seguidores do olavismo lidam como a realidade, ou seja, a maneira particular em que estes edificam e enclausuram-se em uma realidade própria.

Em seu artigo Rosa, Resende e Martins (2018) utilizam o exemplo do presidencialista Cabo Daciolo (PMB), em 2018, quando em debate na rede Bandeirantes, este questionou o também presidencialista, Ciro Gomes (PDT), sobre o porquê daquele se omitir a respeito da existência da URSAL – União das Repúblicas Socialistas da América Latina. O episódio foi ridicularizado por muitos na internet, devido ao fato do termo URSAL ter sido satiricamente criado por uma professora, Maria Lucia, especificamente para provocar o ex-presidente Lula sobre seu posicionamento sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Aquele momento pode ser visto como um exemplo prático da *cosmologia* tratada aqui, pois, um termo intencionalmente criado para satirizar uma pessoa, estava sendo tratado com o status de verdade, em rede nacional, sendo debatido por candidatos ao cargo máximo do Executivo nacional, demonstrando uma convicção inabalável somada a alienação quanto aos fatos em um dos integrantes do debate (ROSA, RESENDE e MARTINS, 2018, pp.173). Esse fato traz em si uma série de premissas do olavismo, sendo as principais destas a incitação ao perigo comunista e a acusação de uma ameaça global, ignorando para se chegar a sua conclusão lógica objetivada a origem das premissas levantadas. A posição de Daciolo reflete de maneira emblemática essa visão *cosmológica* do mundo pelo olavismo, essa que faz com que a realidade seja modelada de acordo com a conclusão lógica desejada, e,

independente das evidências, faz com que este seja o “mundo real” para aquele sujeito.

Quando a temática abordada é a ditadura militar, essa visão cosmológica pode ser observada repetidamente em diversos pontos das quatro obras aqui analisadas. Como exemplos podemos citar: quando reduzem os sujeitos a uma análise binária – comunistas e não comunistas – que omite as inúmeras particularidades que fazem com que essa dicotomia se afasta da realidade; quando superdimensiona a influência comunista, seu real poder de mobilização nos rumos da sociedade brasileira; ou ainda quando atrelam as forças ditatoriais a uma ação de orientação exclusivamente interna. Pode-se dizer que boa parte do negacionismo carrega em sua essência esse tipo de particularidade, pois nesse negligencia-se fatos, evidências e outros aspectos sensíveis que não corroborem com a confirmação da negação pretendida, ou seja, constrói-se um universo particular e adota-se uma *cosmologia*.

Finalizando esta exposição inicial de questões relacionadas ao olavismo, vale destacar que, por mais que possamos questionar os métodos utilizados, ou mesmo os ideais transmitidos por este³⁸, é inegável que o “professor Olavo” influenciou direta ou indiretamente uma gama enorme de pessoas que seguem as suas premissas. Até o momento de seu falecimento. Carvalho possuía nas principais plataformas de redes sociais os seguintes números: 1,4 milhões de seguidores no Youtube³⁹; 588.853 seguidores no Facebook⁴⁰; 710,800 Seguidores no Twitter⁴¹; e uma plataforma permanente de cursos⁴². Somado a estes números podemos ainda contabilizar a “rede de compartilhamento da sua cosmologia”, que atuam replicando e retransmitindo os ensinamentos negacionistas/conspiracionistas vindos do “guru intelectual da direita”.

³⁸ A obra do autointitulado filósofo é cercada de polêmicas e amplamente questionada por especialistas, como evidenciou Calil, pois “É compreensível que poucos pesquisadores tenham se interessado em investigar a obra de Carvalho. Trata-se de um autodeclarado filósofo que afirma que abandonou a faculdade por não ter nada a aprender, que usa sistematicamente ofensas e palavrões como recurso argumentativo, que tem por hábito processar criminalmente seus críticos, que tem uma trajetória controversa como místico e astrólogo [...], que rompeu com a maior parte de seus ex-seguidores, que tem como distração caçar ursos e que se notabilizou por posições como a recusa em admitir a influência humana na mudança climática, para não mencionar afirmação absurdas [sic] como a de que “[...] a Pepsi Cola está usando células de fetos abortados como adoçante nos refrigerantes” (Calil, 2021, p.65).

³⁹ Disponível em: < <https://tinyurl.com/yc6m3vuh> >. Acesso em: 31/10/2021.

⁴⁰ Disponível em: < <https://tinyurl.com/bdhdh6kf> >. Acesso em: 31/10/2021.

⁴¹ Disponível em: < <https://tinyurl.com/5yedbj3> >. Acesso em: 31/10/2021.

⁴² Disponível em: < <https://tinyurl.com/2ecp6u8r> >. Acesso em: 31/10/2021.

Podemos definir o olavismo como uma *rede que compartilha uma visão cosmológica da realidade*, e que tem origem, mas não se encerra na figura de Olavo de Carvalho, pois o olavismo vai além daquele que lhe dá nome, e não cessa mesmo com a ausência deste sujeito. As obras negacionistas aqui abordadas, conscientemente ou não, ancoram-se em várias estruturas argumentativas comuns ao olavismo, podendo assim ser vistas como um padrão, uma estrutura argumentativa que se repete, como evidenciaremos a posteriori.

O “olavismo” na nossa sociedade e nas redes sociais é notável, e por isso defendemos aqui que este possa ser apontado como um fator expressivo para a proliferação de discursos negacionistas no Brasil recente. Ademais, o olavismo e suas características serão retomados na próxima seção.

1.4 Revisionismo e negacionismo

Retomaremos nessa subseção a indagação sobre quais narrativas se debruçam sobre o tema do regime ditatorial militar (1964-1985). A produção historiográfica, ao tratar das interpretações quanto a esse período, geralmente mencionam três correntes narrativas que buscam se dedicar ao período ditatorial militar, sendo essas: a produção historiográfica, com o seu revisionismo característico; o revisionismo ideológico⁴³; e o negacionismo. Discorreremos brevemente aqui sobre a delimitação de cada uma dessas perspectivas, para ao fim estabelecermos o caminho a ser trilhado nas próximas seções.

Antes de adentrarmos nessas delimitações é importante destacar que embora existam trabalhos que tentam se dedicar à delimitação do que seria o revisionismo ideológico e o negacionismo, a definição destes termos, assim como a sua utilização apresenta certas variações de acordo com cada autor. Com isso, na bibliografia consultada encontramos autores que estabelecem uma diferenciação do que seria

⁴³ Na bibliografia consultada o revisionismo ideológico também apareceu sob os rótulos de revisionismo histórico, revisionismo historiográfico, ou simplesmente revisionismo. Em todos os casos este foi sumariamente afastado do revisar comum ao ofício do historiador, e caracterizado como uma prática prejudicial para a construção do conhecimento. Para distanciar o referido revisionismo do seu homônimo próprio do fazer historiográfico, inicialmente trataremos deste fenômeno como revisionismo ideológico, nomenclatura atribuída por Napolitano (2021).

cada uma destas formas de narrativas, assim como nos deparamos com aqueles que tratam de todos casos como sendo apenas negacionismo. Há ainda autores que utilizam composições contendo ambos os termos, revisionismo e negacionismo, sem muita precisão quanto à definição de um ou outro. De antemão, o que podemos estabelecer a partir da bibliografia consultada é consensual que quanto aos objetivos, revisionismo e negacionismo coincidem, pois ambos não têm a pretensão de aprofundar ou mesmo revisar (no sentido historiográfico do termo) o conhecimento do passado, pelo contrário, estes buscam esfacelar esse conhecimento, valendo-se de falsificações e explicações nitidamente enviesadas (NAPOLITANO, 2021).

É importante estabelecer que ao se prestar ao conhecimento histórico, assim como ocorre nos demais ramos das ciências, não é objetivo dos historiadores estabelecerem uma “verdade engessada”, uma versão incontestável dos fatos (SANTANA e MAYNARD, 2017). Com relação ao conhecimento historiográfico, este faz uso da revisão do passado como uma prática comum e necessária para o seu funcionamento salutar, e, sendo assim, os fatos e eventos tidos como fundamentados pela comunidade historiográfica são passíveis de indagações e podem ser revisitados, sendo sempre questionáveis à luz de novas evidências, afinal “a História nunca é capaz de dar conta de tudo que aconteceu na história[...] como em todos os ramos do saber humano, nosso conhecimento da realidade é limitado” (FICO, 2021, p.32).

Tão importante quanto se afastar dessa visão que pressupõe que seja possível estabelecer uma verdade objetiva da história, é que a historiografia não corrobora com nenhuma perspectiva que defenda uma espécie de relativismo ou ceticismo radical. O conhecimento historiográfico, assim como todo o conhecimento científico, não corrobora com narrativas que defendam a prerrogativa de que todas as versões da história, inclusive as opinativas, são aceitáveis e que não existem meios para comprovação e delimitação daquilo que seria o mais próximo da verdade. Ou seja, na historiografia, defende-se que é possível estabelecer a veracidade dos fatos, ainda que esta se apresente, como em todas as demais áreas de conhecimento, configurada como uma verdade passível de questionamentos e atualizações (MOTTA, 2020). O historiador toma o passado como objeto, tentando através do estudo deste responder a problemas do presente, ou seja, projeta sobre os fatos e eventos ocorridos um olhar atual que pode ocorrer em diferentes épocas e lugares (BLOCH, 2001). Sendo assim, existe a possibilidade de que ocorram

diferentes interações e/ou mais de um olhar sobre o mesmo objeto que podem ser aceitos como plausíveis, porém estes olhares devem ser submetidos a verificação dos seus pares, devendo ser apresentados de maneira crível dentro do rigor teórico-metodológico próprio do fazer historiográfico (FICO, 2021).

Segundo Carlos Fico (2017, p.6) “O bom debate teórico e historiográfico depende da maturidade que advém de muitas leituras e do discernimento que nos permite identificar autores relevantes”, assim como afirma Albuquerque Júnior (2019, p.30) “o passado não possui uma verdade fechada [...]”, na realidade ele está sujeito a anseios do presente que influenciam na reestruturação de sua inteligibilidade, estando assim sempre sujeito a revisitações e aberto a leituras de fontes diversas e em certos casos, divergentes. Sendo assim, revisar em si é uma prática pertinente e inerente da própria historiografia, e de maneira alguma deve ser vista em sua essência como algo nocivo, pois toda a produção historiográfica é passível de aprofundamentos que preenchem lacunas ou devidas atualizações diante de novas evidências que atestem equívocos, preenchem lacunas ou ainda de acordo com Knauss (2005, p.286):

[...] O que se evidencia com o caráter histórico do conhecimento científico e a constatação da sua diversidade é que a ciência não se define como dado, mas como construção intelectual [...] Resulta daí que todo o conhecimento científico se sustenta na sua capacidade de demonstração lógica.

Ao falar sobre o negacionismo relacionado ao atentado de 11 de setembro, aquele que tombou as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, nos EUA, Santana e Maynard (2017, p.31) afirmam que “As interpretações sobre as causas e este momento histórico podem, indubitavelmente, variar. Todavia, não há de se duvidar que este atentado tenha ocorrido”. Conforme trataremos adiante, é este aspecto que distancia o negacionismo do revisar próprio do conhecimento científico, e, por conseguinte, do historiográfico.

O que é chamado por alguns autores (NAPOLITANO, 2021) de revisionismo ideológico se caracterizaria por apresentar aspectos acrílicos e parciais, buscando ocupar espaços em nossa sociedade ao disputar espaço com a produção historiográfica acadêmica (NAPOLITANO, 2021). Embora apresente desvios intencionais quanto ao fazer historiográfico contemporâneo, em sua abordagem, a narrativa revisionista ideológica tenta emular a produção historiográfica ao seguir certos rigores teóricos metodológicos, como: buscar seguir os padrões de redação

preestabelecidos pela norma acadêmica; ao tentar indicar as fontes utilizadas que supostamente atestam a validade de suas afirmativas; quando tentam submeter seus argumentos e trabalhos ao crivo de especialistas; entre outros. Contudo, esta produção apresenta problemas substanciais no seu material final, ao cometer inversões na relação causa/consequência, ao apresentar critérios tendenciosos quanto a seletividade das fontes e informações apresentadas, ao superdimensionar alguns aspectos enquanto minimiza outros, entre outros, com o intuito de favorecer a sua perspectiva e deslegitimar aquelas que são contrárias a esta.

Alguns casos de revisionismo ideológico, quanto a ditadura militar (1964-1985), por exemplo, seguem premissas questionáveis quanto a este regime, evidenciando-se: o abrandamento dos efeitos nocivos deste regime ao compará-lo a outras ditaduras militares latino-americanas semelhantes; a redução do espaço temporal em que esse regime seria efetivamente uma ditadura; a busca por justificação das atitudes violentas, como se fossem respostas aos avanços da esquerda; ou na descrição do golpe militar de 1964 como um contragolpe, e da ditadura implantada posteriormente a este, seguindo uma lógica que segue a premissa dos “males, o menor”. Fico (2017), Fernandes (2016), Napolitano (2014), por exemplo, evidenciam e contestam interpretações revisionistas ideológicas que seguem essas tendências danosas em trabalhos como os do historiador Marco Antonio Villa (2004 e 2014), ou os do jornalista Élio Gaspari (2002 e 2014), entre outros.

Analisando por este prisma, observa-se que o revisionismo ideológico da ditadura civil-militar brasileira não nega cabalmente os acontecimentos (a ditadura, a tortura, ou a censura, por exemplo), mas comete outros desvios ao tentar relativizá-los, reduzir o seu real alcance e as proporções de suas ações danosas, ou buscar justificação aos excessos cometidos por esse regime ao culpabilizar outros. A problemática central neste revisionismo estaria ligada a sua orientação ética, ao sobrepor interesses pessoais ao fazer historiográfico fundamentado visando legitimar suas narrativas, enquanto abandona premissas básicas do método de pesquisa (NAPOLITANO, 2021). Trabalhos como o de Fico (2017), o de Vidal-Naquet (1998), e o de Fernandes (2016), entre tantos outros, embora tratem de casos distintos de revisionismo, expõem essa fragilidade, essa predisposição à orientação da narrativa analisada.

Tratando-se do revisionismo quanto a ditadura militar brasileira (1964-1985) em específico, podemos evidenciar ainda que, ao tentar relativizar ou justificar o uso da violência, valendo-se de métodos argumentativos questionáveis, tais autores renunciam valores éticos fundamentais que compõem a cultura historiográfica contemporânea⁴⁴. Por exemplo, ao minimizarem os crimes cometidos por sujeitos ligados ao regime ditatorial militar, ou ao classificarem esses mesmos crimes como sendo justificáveis, os autores revisionistas legitimam esses crimes, silenciam e negligenciam o sofrimento das pessoas que foram vítimas daquele regime, ao mesmo tempo em que diluem neste processo a responsabilidade dos sujeitos envolvidos diretamente na perpetração desta dor. Segundo Vieira (2020, p.46) “distinguir vítimas de perpetradores é crucial para a compreensão e elaboração do processo histórico-traumático [sic]”, sendo assim, podemos conceber que ao inverter a lógica de quem seriam perpetradores e vítimas durante a ditadura civil-militar, as análises revisionistas estariam de certa forma atravancando a construção do conhecimento historiográfico, e silenciando a dor das vítimas.

Tratando do negacionismo, este termo foi originalmente utilizado para descrever a negação do Holocausto judeu perpetrado durante a segunda Guerra mundial (1937-1945), no entanto, ao longo dos anos passou a ser de uso mais amplo, sendo atualmente usado para se referir a outros eventos históricos que têm sua veracidade também negada. Todo conhecimento pode vir a ser submetido ao viés negacionista, bastando para tal a utilização da mesma fórmula empregada inicialmente no caso do Holocausto, que seria a desqualificação das testemunhas, acusação de que as fontes utilizadas e aceitas pela historiografia são falsas, a afirmação de que inexistem provas materiais para a conclusão do ocorrido e a supervalorização dos documentos que comprovem as teses negacionistas, sem que esses se submetam a uma devida crítica documental (NAPOLITANO, 2021).

⁴⁴ Beatriz Vieira (2020) aponta a importância de se usar a dor como prática de resistência que deve lidar com o sofrimento de sujeitos históricos ativos ou passivos. Em seu artigo a autora trabalha com questões relevantes da cultura historiográfica contemporânea, que possui por sua vez um olhar diferenciado quanto a posição do historiador diante de eventos traumáticos. Na cultura histórica “pós-moderna” a história dos “de baixo” e a dor que até então havia sido subalternizada passam a ganhar destaque. Após meados do século XIX e início do século XX, devido a eventos catastróficos (Primeira Guerra mundial e política imperialista desumana, bombas atômicas...), há uma ressignificação que colocou em xeque o olhar hierárquico e evolucionista ocidental. Inicialmente pode-se observar mudanças ligadas às artes, em seguida ocorrem reflexos diretos na empiria dos estudos históricos e no pensamento de todo o mundo.

O negacionismo é denominado por alguns autores como uma espécie de revisionismo que nega, ou revisionismo negacionista (VIDAL-NAQUET, 1988; SANTANA e MAYNARD, 2017). Pereira (2015, p.866), por sua vez, o descreve como “Negacionismo: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato.” O discurso negacionista pode ser visto como um abuso da ideia de verdade, uma busca por fundamentar ou justificar uma interpretação. Napolitano diferencia revisionismo e negacionismo da seguinte forma:

A primeira distorção é o recurso à mentira pura e simples sobre um fato histórico comprovado por fontes e consenso dos historiadores (independente das interpretações que se possam fazer com suas causas e desdobramentos), conhecido pelo nome de negacionismo. A segunda distorção é a apropriação seletiva de fatos igualmente comprovados, sem a devida complementação de informações, para reforçar a tese negacionista. A isso chamaremos de revisionismo ideológico. (2021, p.86)

O negacionismo, ou a negação, possui vícios intencionais em sua origem, assim como o revisionismo ideológico, que o impede de ter qualquer aspecto positivo na construção do conhecimento historiográfico, pois este se concentra na tarefa de contestar fatos e evidências sistematicamente. Além disso, esse não apresentaria a menor pretensão de emular ou dialogar com o conhecimento historiográfico. Diante da impossibilidade de refutar a veracidade das fontes ou contra-argumentar a visão historiográfica contrária a sua, o “negacionista” apela adotando uma postura inflexível, nega a existência de um passado sensível ou se recusa a aceitar toda e qualquer evidência que não corrobora com a sua visão. Segundo Frigotto (2017, p.9):

“[...] Há alteração dos critérios de verdade em favor do que é visto, ouvido, sentido, interpretado pelos sujeitos[...]O critério de verdade é abandonado em favor de rumores e opiniões que ajudam na difusão de inverdades e na organização das forças sociais com base em suposições”.

A negação em si seria a contestação pura e simples da realidade, de um fato ou acontecimento levando a ilusão, a distorção e o embaralhamento do sentido real expresso neste. Podemos conceber que as narrativas negacionistas em si podem mover-se de acordo com os anseios das comemorações (Albuquerque Júnior, 2019). As narrativas dessa natureza tendem a evocar um discurso épico e heroico (como no caso do negacionismo presente na produtora Brasil Paralelo, que trataremos na próxima seção), visando glorificar uma determinada figura ou momento do passado,

negando neste percurso qualquer aspecto que não atenda ao seu objetivo de monumentalizar o que estão rememorando.

Nos casos negacionistas quanto à ditadura militar no Brasil (1964-1985), por exemplo, a posição adotada frequentemente por estas narrativas é a de afirmar que tal período não foi uma ditadura, mas sim um passado glorioso. É construído uma visão mítica do período ditatorial militar, e passa-se a negar e negligenciar todo testemunho ou evidência que não corroborem com essa perspectiva ufanista daquele momento histórico. O professor Marcos Napolitano⁴⁵ aponta que o negacionismo presente em nossa sociedade, referente a ditadura militar brasileira, acima de tudo, alicerça-se em três pilares: não houve golpe (1964); não houve ditadura (1964-1985); e não houve mortes/tortura. Além destas postulações negacionistas, somam-se: alegações que defendem a inexistência de qualquer forma de corrupção ao longo do período ditatorial militar; a inexistência de atos violentos advindos das forças oficiais do governo que possam ser classificados como desnecessários ou que tenham atingido a inocentes ao longo do referido período⁴⁶; que durante a ditadura militar não havia criminalidade; que o período ditatorial em questão foi caracterizado por apresentar uma longa e constante prosperidade econômica; entre outras.

Como mencionado, embora existam interpretações que tratem negacionismo e revisionismo ideológico como fenômenos diferentes, existem também abordagens que tratam destes como sendo apenas negacionismo, e ainda que não apareçam de forma mais detalhadas neste trabalho, essas também são válidas. Tomando ciência destas, é importante reafirmar que independente da nomenclatura utilizada para descrevê-lo(s), podemos observar que há um consenso por parte dos autores analisados quanto às consequências negativas trazidas por este(s) tipos de narrativas, pois em todos os casos, negacionismo ou revisionismo ideológico foram tratados como sendo perspectivas prejudiciais a produção e disseminação do conhecimento histórico em nossa sociedade.

⁴⁵ Afirmação transmitida em videopalestra, vista em: < <https://tinyurl.com/2cvtuta6> >. Disponível em: 26/11/2020.

⁴⁶ Neste sentido, forjou-se durante esse processo a chamada 'ideologia da reconciliação', baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitiria responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio." BAUER, Caroline Silveira. Quanto passado nos restará. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura militar. In: Dimensões, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869

Concluindo, ainda que esta discussão seja pertinente, e a delimitação desses conceitos possa vir a ser relevante em momentos específicos, dentro dos objetivos do presente trabalho a divisão de revisionismo e negacionismo em conceitos distintos não traz contribuições significativas, e ao contrário, pode trazer problemas substanciais, sendo, portanto, contraproducente para futuras inserções⁴⁷. Diante de tal, priorizando a execução da presente dissertação, seguindo critérios pragmáticos, adotaremos uma linha discursiva que trata negacionismo e revisionismo ideológico como sendo um único fenômeno narrativo, e com isso, nas próximas seções e subseções, trataremos todos os casos de narrativas que apresentem as características descritas nessa subseção, objetivando se contrapor a produção historiográfica acadêmica, como sendo negacionismo ou negações. Indo além, vale reafirmar que a próxima seção se voltará para o detalhamento do negacionismo da ditadura militar brasileira, analisando algumas obras desta natureza em específico.

1.5 Negacionismo e espaço escolar

Retomando a última das questões levantadas, buscaremos estabelecer a influência das narrativas negacionistas no ambiente escolar e na atuação docente. Conforme evidenciaremos, pode-se identificar a ação de alguns sujeitos negacionistas focados diretamente neste ambiente em específico, em certos casos buscando direcionar a ação dos professores, tentando condicionar a maneira como estes devem abordar determinados temas, ou ainda, questionando se de fato algumas temáticas devem ser abordadas em sala de aula.

A ditadura militar brasileira é considerada um tema sensível a ser trabalhado em sala de aula, e insere-se na linha de temas socialmente controversos no ensino de história (PEREIRA e SEFFNER, 2018). Trata-se de um tema social vivo, ou seja,

⁴⁷ Não foi possível estabelecer critérios para delimitar precisamente as obras negacionistas analisadas na segunda seção como sendo revisionistas e negacionistas. Quanto à busca por emular a escrita acadêmica, as obras de Ustra (1987 e 2007), em certos aspectos, aproximam-se do revisionismo, enquanto as do Brasil Paralelo (2018 e 2019) afastam-se deste ao dar uma abordagem “não acadêmica” às suas obras. Por outro lado, ao negar a ditadura militar brasileira, o Brasil Paralelo, em suas obras, aproxima-se mais do que seria o revisionismo, pois visa suavizar e justificar os efeitos danosos desta no país, enquanto Ustra, por sua vez, é enfaticamente negacionista, ao negar abertamente uma série de fatos ligados a esse regime. Essas nuances trariam contradições e problemas epistemológicos a posteriori, sendo assim, recomendável evitá-las.

um daqueles que ainda possuem demanda social identitária na sociedade do presente, estando assim exposta a recorrentes revisões e disputas⁴⁸, podendo desencadear problemas aos docentes durante a sua abordagem. De acordo com Fico (2012, p.44) esta temática pode ser tratada como evento traumático inserido na dinâmica da história do tempo presente:

[...] O tema envolve questões que ultrapassam o campo de atuação do historiador, interessando o cidadão em geral, inclusive as vítimas do regime militar que necessitam de documentos outrora sigilosos para fundamentar pedidos de anistia [...], a ditadura militar brasileira pode ser pensada em conjunto com outros 'eventos traumáticos' característicos do século XX, o que situa esse tema no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente.

Abordar a temática da ditadura militar brasileira é uma tarefa amparada legalmente, sustentada por documentos que prezam prioritariamente pela defesa dos Direitos Humanos, devidamente assegurados no Brasil a partir da promulgação da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito ao direito à verdade⁴⁹. Embora exista o respaldo legal para abordar tal temática, e o grande número de produções que tratam desta comprova isso, ainda existe “má vontade” e resistência por parte de alguns grupos, que por interesses próprios, são contrários a análises mais profundas do período. Com isso, pode ocorrer morosidade e/ou dificuldade de acesso a determinados arquivos que tratam desta temática⁵⁰.

Tendo em vista que o regime ditatorial brasileiro foi um período traumático relativamente recente da história de nosso país, pode-se sustentar que neste caso sujeito e objeto de estudo estão inseridos na mesma temporalidade, e isso certamente desencadearia consequências epistemológicas, porque são temas e projetos que ainda estão se desenrolando. Podemos afirmar que ao tratarem de temas ligados a uma “história viva” e ao questionarem marcadores tradicionais (ou mesmo silenciamentos intencionais) “a docência em geral, principalmente em história, está sob a mira de grupos e movimentos negacionistas que procuram

⁴⁸ Delgado e Ferreira (2013) abordam de maneira ampla em sua obra, esse aspecto da história do tempo presente, uma “história ainda em construção”.

⁴⁹ “A verdade também tem sido vista como uma forma de ‘justiça como reconhecimento’ ou ‘justiça compensatória’, que restabelece o sentido de justiça outrora quebrado. As comissões de verdade oficiais também já têm sido valorizadas como peças centrais nos ‘processos de refundação histórica’ quando existe uma ruptura simbólica e moral com um passado obscuro. Elas podem contribuir para ‘estabelecer um consenso sobre os limites do intolerável’”. (BRITO, 2009, p.77, apud Bauer, 2014, p.158).

⁵⁰ Como descrito por Fico (2012, p.55-58), ao falar sobre sua dificuldade encontrada em um longo processo para ter acesso a arquivos sigilosos referentes à ditadura militar brasileira.

questionar o caráter ético e político da educação e da formação do historiador” (PEREIRA e SEFFNER, 2018, p.16).

Ainda com relação a temas sensíveis e ao “passado vivo” no ambiente escolar, é possível destacar que o educador ao lidar com temas desta natureza acaba por romper com a ideia de um passado morto e objetificado, a educação seguindo por este prisma passa a ter um papel onde as demandas do presente são atendidas através do passado. Sendo assim, as gerações atingidas por esse modo de ver a história têm a possibilidade de produzir mudanças em seus sucessores. Deste modo, tratar de temas sensíveis, ou neste caso específico, trabalhar com a ditadura militar brasileira (1964-1985) em sala de aula, traz em si também significativas dificuldades, por problematizar e questionar marcadores tradicionais, podendo vir a desencadear transformações substanciais na ordem social defendida como natural por alguns grupos.

Neste sentido, é essencial reforçar que o professor não deve “suavizar” ou se privar de abordar temas sensíveis a fim de evitar “complicações” cotidianas no espaço escolar, pois é importante lidar com a dor desencadeada por eventos traumáticos como os da ditadura militar (VIEIRA, 2020), por mais que esses sejam temas difíceis de se trabalhar no cotidiano escolar. Além disso, os atos perpetrados pelos militares à frente do regime ditatorial configuram crimes, e como tal, devem ter sua natureza condenada. Cabe ao professor e à escola, o dever de conhecer e respeitar os saberes que os educandos possuem ao chegar nesta instituição (FREIRE, 1996). No entanto, é de suma importância a desconstrução destes, quando os mesmos veem fundamentados em concepções carregadas de elementos nocivos para o bom convívio social, como é o caso das narrativas negacionistas.

Principalmente por meio do ciberespaço, ao longo dos últimos anos a opinião pública vem sendo influenciada por grupos negacionistas para desacreditar o conhecimento científico, através de ataques generalizados à produção científica e a especialistas de diversas áreas no Brasil. Pesquisadores, jornalistas, cientistas, e professores são colocados em xeque, para assim perderem o status de capacitados a realizar trocas de informações verídicas, enquanto, por sua vez, outros canais de informação, notadamente negacionistas, excludentes e conservadores, ganhem espaço e possam coordenar o que é ou não legítimo (MENESES, 2020).

Manter as pessoas alheias aos estudos científicos sobre diversos temas é uma prática recorrente adotada pelo discurso negacionista, conforme observado no

olavismo. De maneira sucinta, cabe-nos aqui dizer que para sustentar suas concepções de verdade, as narrativas negacionistas atacam sistematicamente a produção acadêmica e/ou o parecer de profissionais especializados nas diversas áreas, acusando-os de serem parciais, orientados ideologicamente ou corrompidos por uma formação acadêmica tendenciosa. Em contraposição a isso, as narrativas negacionistas transmitem aos sujeitos a ideia de que existem outros meios “não tendenciosos” para se informar/aprender sobre qualquer assunto, sendo esses meios geralmente páginas ou canais virtuais ligados a teorias conspiratórias, ao negacionismo, e outras informações de cunho duvidoso.

Além do citado, outros problemas ligadas ao negacionismo que afetam o meio científico e a prática docente são: o ataque a políticas educacionais voltadas ao combate ao preconceito; a distorção da relevância da educação sexual nas escolas; a descredibilização do trabalho docente e a sua responsabilização pelo baixo rendimento da educação nacional; a orientação dos alunos a fiscalizar e atacar os docentes que se posicionarem contra prerrogativas negacionistas; a descredibilização do livro didático; a manutenção dos sujeitos inseridos em bolhas negacionistas em um estado constante de letargia e passividade; e a orientação dos sujeitos envolvidos no negacionismo à aceitação de práticas voltadas para o autoritarismo, violência e preconceitos diversos. Visando atender estritamente aos objetivos desta dissertação, nos parágrafos que seguem, apenas os problemas centrais que remetem aos docentes de história, principalmente aqueles ligados à ditadura militar, serão aqui abordados.

Os discursos negacionistas sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) são um fator de frequente preocupação para os docentes, causando o aumento do questionamento ao trabalho desses ao lidar com essa temática, conforme expresso por Carvalho (2020). A autora destaca que tal aumento se deve à existência de grupos externos ao ambiente escolar, como por exemplo o movimento Escola Sem Partido (ESP), que reforçam tal prática. É evidenciada a inquietação por parte dos docentes, que se voltam para a elaboração de estratégias que os auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, visando frear os efeitos danosos do negacionismo quanto à ditadura militar no espaço escolar⁵¹.

⁵¹ O criador do movimento ESP, Miguel Nagib, declarou o fim deste como um grupo organizado em 1º de agosto de 2019, utilizando como justificativa, para tal, a falta de financiamento por parte do governo Bolsonaro. Entretanto, debates ligados aos princípios defendidos pelo movimento criado em

Retomando o texto de Laville (1999), podemos apontar duas acusações tendenciosas usadas frequentemente por grupos negacionistas com relação ao ensino de história: primeiro que a História ensinada nas escolas, supostamente se desviaria do conteúdo “oficial e relevante” para tratar de temas externos a esses, como são as críticas feitas, por exemplo, pelo já citado movimento Escola Sem Partido. Segundo o movimento em questão, o professor atenderia a interesses de uma agenda ideológica ligada à esquerda e ao “petismo”, manipulando por isso a mente dos alunos, configurando-se assim como uma doutrinação política. O movimento ESP representa nos dias atuais um risco real para o trabalho docente, pois visa cercear e coibir a liberdade de expressão dos professores, fazendo com que os alunos sejam usados como ferramentas de controle docente, denunciando seus professores em casos de “discursos ideológico-partidários⁵²”.

Há questionamentos sobre quem teria legitimidade ou não para advogar sobre determinados assuntos, e com relação à História, podemos destacar o questionamento se esta teria credibilidade para se pôr como uma difusora da visão hegemônica do que teriam sido diversos temas, como por exemplo a “ditadura militar”. Como já citado, o negacionismo, desqualifica constantemente o *modus operandi* científico, acusando-o de ser ideologicamente orientado (no caso das ciências humanas pelo marxismo/comunismo), o que comprometeria a veracidade de suas constatações. Após tais postulações, as narrativas negacionistas disseminam a ideia de que existiriam outras fontes de informação mais “qualificadas” para se “aprender história” do que a escola, como por exemplos *youtubers*, blogs, grupos em redes sociais, entre outros meios (CARVALHO, 2020, p.3).

Lidar com discursos negacionistas caracteriza-se como uma tarefa complexa a qual exige extrema maestria e paciência por parte do docente, pois pessoas influenciadas por esse tipo de narrativa, tendem a adotar posturas violentas e ofensivas quando têm seus princípios e argumentos confrontados. O sujeito influenciado pelo negacionismo, em seu modo de agir, muitas vezes se aproxima da chamada pós-verdade, relegando a veracidade dos fatos, em favor do quanto esses validam os argumentos e se aproximam do que o locutor quer acreditar que seja a verdade. A pós-verdade, conforme a caracterização de Dunker (2021), explora: em

2004 ainda podem ser observados em diversas casas legislativas ao redor do país. Sobre o fim do ESP: < <https://tinyurl.com/562sutyr> >. Acesso em: 23/07/2022.

⁵² Mais informações sobre o Escola Sem Partido podem consultados em Frigotto (2017).

sua maneira de se apresentar, a prevalência das fórmulas e métodos ao conteúdo que está sendo abordado; em seu caráter discursivo, o distanciamento dos sujeitos de ideias que não corroborem com as suas; e em sua estrutura cognitiva, explora os preconceitos dos sujeitos, levando estes a conclusões tendenciosas. Nesses aspectos “o negacionista”, e os sujeitos guiados pela pós-verdade aproximam-se, pois, os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião do que as emoções e as crenças pessoais, e sendo assim em ambos os casos os sujeitos fecham-se em suas bolhas de afinidade. Vale destacar que a pós-verdade não necessariamente nega o conhecimento científico ou os especialistas desta natureza em sua abordagem, como é o caso do negacionismo, mas por sua vez pode atribuir às ciências o rótulo de única portadora ou validadora da “verdade”, anulando algumas de suas características, como a permeabilidade desta quanto a revisões, reprodução e atualização por seus pares diante de novas evidências (FICO, 2021). Em suma, no discurso da pós-verdade tudo pode ser vendido como uma verdade única, “a opinião pública compra qualquer coisa, inclusive ‘conhecimento verdadeiro’” (DUNKER, 2021, p.19).

Retomando os problemas presentes nas narrativas negacionistas, as pessoas influenciadas por estas tendem a possuir um repertório vasto de falácias, ofensas e conhecimentos baseados em pseudociências, que é constantemente alimentado através do ciberespaço e da sua capacidade excepcional de realizar trocas de informações ⁵³. Esse “arsenal de falácias” é amplamente utilizado pelos negacionistas para encerrar eventos dos mais diversos, como aulas, seminários ou palestras, ao causar desconforto e indisposição em pessoas atacadas.

Outro problema desencadeado pelas narrativas negacionistas seria a tendência à manutenção dos sujeitos seguidores destas em um estado de letargia e passividade, assim como descrito por Meneses (2019). Sem desenvolver nos indivíduos um senso crítico apropriado para lidar com as diversas situações que os cercam, as narrativas negacionistas proporcionam a manutenção da ordem social instituída e a perpetração de preconceitos diversos.

Como último problema aqui elencado, quanto às narrativas negacionistas, principalmente aquelas voltadas para a negação da ditadura militar, é o fato delas exaltarem valores e práticas que banalizam a violência, a intolerância, a privação da

⁵³ A definição de “bolha” de compartilhamento de informações, descrita por Sérgio Branco (2017) é válida para compreensão deste ponto.

liberdade e a perseguição às minorias⁵⁴. Faz-se importante repensar a maneira de lidar com os discursos negacionistas em todas as situações, inclusive em ambiente escolar, pois muitas vezes esses discursos incitam ao autoritarismo e o ódio como formas de solução para problemas cotidianos. É importante combater às narrativas negacionistas a fim de evitar a formação de sujeitos que banalizam práticas violentas e autoritárias, afinal, “Quem ainda insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu e, sem dúvida, seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo (ADORNO, 2006, p.7).”

Por tudo que foi aqui explicitado é mister reforçar a importância de desenvolver no espaço escolar uma educação voltada para a formação plena dos discentes, possibilitando-os desenvolver o pensar historiográfico, capacitando-os como sujeitos críticos e pensantes acerca da realidade em que estão inseridos (CERRI, 2011). Também é relevante reforçar a importância da efetiva atuação dos docentes, reforçando o quanto é essencial que estes confrontem o negacionismo no espaço escolar.

No terceiro e último capítulo desta dissertação retomaremos a discussão do negacionismo da ditadura brasileira (1964-1985) no espaço escolar, apresentando algumas possibilidades de mediação que podem ser utilizadas pelos docentes. Antes disso, buscaremos compreender, no próximo capítulo, as engrenagens que articulam e fazem circular a retórica negacionista da ditadura militar brasileira em nossa sociedade. Desta maneira serão analisados: a compreensão dos meios operacionais da retórica negacionista referente à ditadura civil-militar; e ao desenvolvimento de meios que possibilitem a desmistificação de alguns elementos do negacionismo do período ditatorial militar em sala de aula.

⁵⁴ Vinícius Ávila da Silva (2018) expressou a recorrência de frases como “Bandido bom, é bandido morto!”, “Direitos humanos para humanos direitos!”, “Antes ele (morto, ferido) do que eu”, e “Sou a favor dos verdadeiros direitos humanos!” no ambiente escolar, durante suas aulas no ensino médio.

2 NEGACIONISMO E DITADURA MILITAR

Para compreensão da retórica negacionista é relevante estabelecer alguns pontos recorrentes ligados a esta, identificar as principais sequências lógicas e pontos chaves que são evocados pelos sujeitos negacionistas em suas argumentações, enfim, estabelecer os caminhos que apontem como estes operam em suas abordagens. Além disso, este exercício pode ser relevante para o entendimento do porquê as narrativas dessa natureza conseguem se disseminar e são aceitas de maneira incontestada por uma parcela considerável da população brasileira. Ciente da vastidão de objetos de análise e meios que poderiam ser úteis para a compreensão do método de atuação destes sujeitos, das diferentes abordagens possíveis e da impossibilidade (por questão de tempo e espaço) de esgotar todos os recursos disponíveis para atingir esses fins, faz-se necessário delimitar meios de atuação que irão nos auxiliar nessa compreensão.

Diante de tal, decidi optar por uma metodologia amparada na pesquisa exploratória (GIL, 2010)⁵⁵, que se desdobrará em dois momentos cabais, sendo estes: uma análise expositiva ampla de pontos chaves do discurso negacionista da ditadura militar; e uma análise descritiva mais específica, centrada no detalhamento da figura do inimigo comum, o comunismo, e como esse é explorado pela perspectiva negacionista. Nessa pesquisa documental (GIL, 2010), teremos como objeto de análise quatro produções idealizadas e difundidas por sujeitos negacionistas, que, nessas obras especificamente, dedicam-se ao negacionismo da ditadura civil-militar brasileira.

Nas subseções que seguem ocorrerá a descrição, acompanhada de comentários e comparações pertinentes, de obras idealizadas pela produtora e distribuidora de conteúdo negacionista, Brasil Paralelo, mais precisamente o filme/documentário *1964: O Brasil entre armas e livros*⁵⁶ (2019), e o livro digital *Entre mitos e verdades: a história do regime militar* (2018). Além destas, os registros textuais de Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A Verdade Sufocada* (2007), também servirão como documento a ser analisado no presente trabalho.

⁵⁵ “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de novas instituições”.

⁵⁶ Disponível em: < <https://tinyurl.com/2rsx5ea8> > Acesso em 11/10/2021.

Algumas destas obras e sujeitos já foram devidamente abordados por outros autores, e o trabalho destes nos servirá como base de análise, trazendo perspectivas relevantes das destas obras que enriquecerão a atual empreitada.

Como mencionado, por se tratarem de obras e autores de naturezas distintas, é esperado que sejam identificadas diferenças de abordagem entre estas. Dois dos referidos textos (USTRA, 1987 e 2007) são anteriores ao processo de acirramento do negacionismo na sociedade brasileira (2013 até os dias atuais) descrito aqui, e podem ter sido pouco ou nada influenciados pelo processo de ascensão da internet. Por sua vez, dois destes trabalhos são posteriores (Brasil Paralelo, 2018 e 2019) a este mesmo processo, e têm ligações expressivas com o ciberespaço, abastecendo-o e nutrindo-se deste através de publicações que favoreçam a sua narrativa. As produções que se apresentam em diferentes contextos têm traços próprios do momento histórico em que se inserem, e como é de se esperar, buscam dialogar com episódios específicos do momento de sua elaboração, mas nem por isso deixam de apresentar argumentos centrais e estruturas lógicas que se repetem, podendo portanto ser apontados como pontos-chave do discurso negacionista voltado ao regime ditatorial implantado no Brasil em 1964.

A análise comparativa destas obras nos possibilita observar pontos em comum deste tipo de produção, o que será fundamental para mapearmos certos caminhos percorridos pelos sujeitos negacionistas na construção de seus argumentos. Por outro lado, esse mesmo exercício comparativo nos possibilita identificar algumas mudanças de direção, rupturas por parte destes sujeitos, como a busca por inserir novos recursos narrativos para construir sua retórica, trazer inovações na forma em que seu conteúdo é apresentado, adaptações que fazem com que esse se encaixe melhor ao perfil do público com o qual dialoga naquele momento. Há, por exemplo, a possibilidade de identificar se os sujeitos negacionistas idealizadores destas obras dialogam entre si e com outros sujeitos negacionistas contemporâneos a sua realização, buscando através desse exercício de interação aprimorar seus resultados.

Como citado, os mencionados exercícios de análises de obras negacionistas têm por objetivo identificar e expor as construções argumentativas e os meios utilizados pelos sujeitos negacionistas para tornar o seu discurso, e por conseguinte as suas afirmações, mais atrativas a uma parcela da população brasileira. Através desse exercício espera-se compreender, ao menos em parte, os mecanismos que

conectam e sustentam esse tipo de produção e os fazem ganhar um espaço significativo no Brasil atual.

É relevante destacar que ao longo da execução desta empreitada serão frequentes os momentos em que nos depararemos com afirmações negacionistas recorrentes sobre a ditadura civil-militar - não houve ditadura, não foi golpe, ou o Brasil corria o risco de se tornar um país comunista, são alguns exemplos, entretanto, ao menos nesse primeiro momento, o presente trabalho não pretende despende seus maiores esforços na busca por desmistificar essas afirmativas, amplamente questionáveis. Tal escolha não se dá por negligência ou por subestimar a importância desse tipo de abordagem, mas sim por entender que outros autores já se dedicaram a esta empreitada contestatória (MOTTA, 2021 e FICO, 2014, por exemplo), com obras robustas e bem fundamentadas sobre a temática em voga. Com isso, buscar-se-á aqui evitar repetições extensas, que embora sejam relevantes, fariam o presente texto perder concisão, e sendo assim, a desqualificação das afirmações negacionistas do regime ditatorial militar terá pouco aprofundamento neste trabalho, pois este irá se apoiar essencialmente em produções historiográficas existente sobre esta temática, visando assim trazer maior dinâmica e fluidez para o resultado final desta dissertação.

Na atual seção realizaremos o exercício de identificação e de análise inicial da retórica negacionista acerca da ditadura civil-militar brasileira, percorrendo os seguintes pontos, ao longo das subseções que seguem: apresentação de estruturas argumentativas pertinentes do olavismo; e uma breve descrição dos autores negacionistas aqui trabalhados, trazendo em seguida a análise das respectivas obras negacionistas produzidas por cada um deles.

2.1 Guerra cultural e retórica do ódio

É um descaso o que acontece nas livrarias do Rio de Janeiro, você entra bem na entrada é livro, né, de pauta LGBT, né, e aqui a gente tem um montão de livro de esquerda. Capitalismo em Quarentena, Pandemia e Pandemônio, Governo Bolsonaro, Política é para todos de Gabriela Prioli [...], um stand só da esquerda, Miriam Leitão. Ai como eu falei, bem no início tem o Paulo Freire já, ó, um estande dele [...] Aqui um stand só de luta social, né [...] sobre racismo, tudo de esquerda, né, Djamila.

Agora se você quer ler um livro conservador, sobre guerra cultural, você tem que subir mais escadas [...] calma, tô fazendo de fone pra vocês me ouvirem melhor. Andar, andar, andar, aí você sobe, você anda, chega aqui tem uma fileira só de Marx. Esse livro aqui foi eu que coloquei, porque o que tá atrás é o Capital [...] ai só de Marx, e aqui tem uns livrinhos, que, já são bem melhores né, com autores muito bons, inclusive Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, Luiz Philippe de Orleans e Bragança [...] esse livro aqui é incrível, Hayek, mas só aqui em cima e na entrada, lá, e ai, como eu falei, Marx tem uma fileira gigante aqui, bem no alto para todo mundo ver. Quer ler Olavo de Carvalho, você tem que vir aqui e procurar aqui embaixo numa prateleira que fica no cantinho, bem escondida [...] e o livro do Rodrigo também fica aqui [...]

Aí depois vem gente dizer que não existe guerra cultural, que é tudo teoria da nossa cabeça, tudo teoria da conspiração. Existe sim galera.⁵⁷

No dia 11 de outubro de 2021 o vídeo do qual foi retirado o texto transcrito acima “viralizou” nas redes sociais. Neste episódio, uma mulher com diálogo negacionista, possivelmente uma simpatizante do olavismo, adentra uma livraria e reclama da localização de livros produzidos por autores considerados conservadores, como Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino. Ignorando outros fatores que poderiam explicar a disposição dos livros em uma livraria, como o apelo mercadológico, a existência de autores e editoras que pagam por maior exposição de suas obras, ou ainda critérios estéticos internos da própria livraria, a influenciadora questiona e critica em seu vídeo o fato daquela livraria colocar livros atribuídos a “autores de esquerda” (mesmo que entre esses estejam livros como o de Míriam Leitão⁵⁸) estarem na frente da loja, sendo assim mais vistos, enquanto outros livros, de “maior qualidade” segundo esta, estariam “escondidos” no fundo da loja (ela não questiona o fato dos livros de Karl Marx, de esquerda, também estarem no fundo da loja, escondidos, demonstrando evidente contradição). De acordo com a influenciadora estaria sendo travada no Brasil uma *guerra cultural*, ainda que alguns se neguem a admitir isso, e como resultado desse embate haveria um suposto domínio da esquerda em diversos setores estratégicos de nossa sociedade.

Retomando uma das estruturas argumentativas olavistas citadas na primeira seção, a ideia de guerra cultural, podemos evidenciar que em grupos conservadores de direita, em diversas esferas, é frequentemente sustentada a ideia de que desde no início do século passado está sendo travada uma guerra contra o comunismo, uma batalha que ocorreria em nível nacional e internacional, ao longo das décadas de maneira ininterrupta. Segundo estes grupos, o domínio e influência cultural da

⁵⁷ Disponível em: < <https://tinyurl.com/ymtxrum3> >. Acesso em: 14/10/2021.

⁵⁸ Jornalista e apresentadora de televisão brasileira, com uma visão político-econômica notavelmente liberal e de direita.

esquerda estaria presente em diversas esferas imagináveis e inimagináveis de nossa sociedade, como na disposição de livros nas livrarias, exemplificado no início desta subseção, personificado na figura do atual líder máximo da Igreja Católica⁵⁹, determinando os rumos de uma das maiores redes de *fast & food*, símbolo do capitalismo mundial⁶⁰, ou ainda influenciando diretamente nas diversas esferas da produção cultural⁶¹, levando estas a incluírem constantemente temáticas de esquerda entre as suas pautas⁶².

A linha silogística que defende a existência de uma “guerra cultural”, no contexto brasileiro, fundamenta-se na ideia de que ao longo da ditadura militar⁶³, os militares no comando institucional do país cometeram “o pecado capital” de permitir que a esquerda tomasse o controle de setores estratégicos, o que acabou por levar a difusão massiva da “ideologia esquerdista” aos brasileiros. Por setores estratégicos estes classificam os sindicatos, as universidades, a mídia, igrejas e outros segmentos, que segundo a retórica negacionista/olavista, foram essenciais para a dominação cultural e para o controle da mentalidade dos cidadãos brasileiros nas gerações atuais.

Tantos, hoje, dizem querer o Brasil de volta, e em vista disso gritam: “Bolsonaro 2018”. Não quero ser estraga-prazeres, mas os comunistas não começaram a nos tomar o Brasil pela presidência da República. *Tomaram primeiro* as universidades, *depois* a Igreja Católica e várias protestantes, depois os sindicatos, especialmente de funcionários públicos, *depois* a grande mídia, *depois* o sistema nacional de ensino, *depois* o sistema judiciário, *depois* os partidos políticos todos, e por fim, *depois* de quarenta anos de esforços, a cereja do bolo: a presidência da República. Vocês acham REALMENTE que tomando a cereja de volta o bolo inteiro virá junto.⁶⁴

⁵⁹ Para saber mais sobre as acusações de que o Papa seria “comunista”: <<https://tinyurl.com/mr2febdr>>. Acesso em: 15/11/2021.

⁶⁰ Para saber mais sobre a polêmica envolvendo “banheiros transexuais” em redes de *fast food*: <<https://tinyurl.com/5n6vy6ch>>. Acesso em: 15/11/2021.

⁶¹ Para saber mais sobre episódio polêmico envolvendo “beijo bissexual em revista de quadrinhos”: <<https://tinyurl.com/3z6ee267>>. Acesso em: 15/11/2021.

⁶² Embora pautas identitárias sejam causas civilizatórias e de modo algum deveriam ser tratadas como uma questão de posicionamento político, seja ele de esquerda ou direita, no Brasil atual, sobretudo nos meios negacionistas orientados pelo bolsonarismo e olavismo convencionou-se a tratar estes temas como pautas exclusivas da esquerda.

⁶³ Segundo Olavo de Carvalho no documentário do Brasil Paralelo (2118, (aproximadamente aos 1:38:40 de vídeo) “As ideias de Antonio Gramsci chegaram no Brasil a partir de 1964 e 1965, graças ao Enio Silveira”. Gilberto Calil (2021, p.68) estabelece que a teoria de dominação gramscista empreendida por Olavo de Carvalho, tornou-se oficial com a publicação do livro *A nova era e a Revolução Cultural* (CARVALHO, 2014), embora outros autores, citados por Calil, sustentem que o autointitulado filósofo utiliza esta teoria desde 1987.

⁶⁴ CARVALHO, Olavo de. Publicado no Twitter, em 29 de novembro de 2016. Twitter: @OdeCarvalho. Disponível em: <<https://tinyurl.com/37h4n94p>>. Acesso em: 18/07/2022.

Mesmo que esta suposta guerra cultural possa ser amplamente contestada através de meios simples, como a contraposições de afirmativas ou pesquisas simples, ela é utilizada exaustivamente como combustível para manter uma massa de seguidores mobilizada e disposta a entrar em confronto prontamente, a fim de combater uma força onipresente, quase metafísica, que vem dominando com os seus tentáculos invisíveis o mundo das ideias e destruindo os valores considerados essenciais (ROCHA, 2021). Essa ideia de guerra cultural, amplamente difundida nos meios negacionistas, é amparada constantemente por discursos que defendem o combate a inimigos que seriam incessantes e em diversos casos irrealis, como é o caso da figura do comunismo anacrônico, frequentemente evocado por conservadores de direita na atualidade. Esta concepção defendida pelo olavismo e compactuada pelos sujeitos negacionistas torna ainda mais ingrata a tarefa de definir o que viria a ser “um comunista” para esses sujeitos, já que essa estende a atuação do inimigo comum a uma dominação ideológica amorfa e mutável. Como trataremos em outro momento, a ideia de guerra cultural atende a alguns aspectos pragmáticos dos discursos negacionistas da ditadura civil-militar, pois possibilita superdimensionar a figura do inimigo comum através da indefinição e da exploração do aspecto imaterial atribuído a este.

Tratando da retórica do ódio, podemos compreendê-la como uma construção argumentativa que busca intimidar, desqualificar e anular toda e qualquer possibilidade de contraposição de ideias advindas do outro com quem se está interagindo. O outro nesse caso é tratado como um inimigo, passando a ser desumanizado/demonizado, e todas as informações proferidas por este se tornam inválidas. O título é autoexplicativo, ou seja, nessa linha argumentativa tem-se a ideia de uma guerra ou um combate por via dialética, e nesse sentido como o outro é visto como um suposto inimigo, este deve ser exposto a todo tipo de discurso depreciativo a fim de ser calado, ou como é normalmente utilizado em jargões do negacionismo olavista, eliminado⁶⁵. A retórica do ódio em si, como construção

⁶⁵ A quem possa interessar, o canal de podcast *Retrato Narrado Bolsonaro*, traz em seu sétimo episódio da série, *transmitido no dia* 18 de outubro de 2020, um exemplo bem interessante da retórica do ódio envolvendo Olavo de Carvalho. A repórter Letícia Duarte relata fatos ocorridos ao longo de duas entrevistas, com o auto-intitulado filósofo, na residência deste, na Califórnia, Estados Unidos. Após a divulgação da primeira reportagem, onde a jornalista tece algumas considerações contestatórias quanto a Olavo, Letícia relata como o astrólogo lidou com essas críticas, e como foi a sua recepção na segunda entrevista. Embora não use o termo retórica do ódio, ou outros que estamos tratando aqui, a descrição que a jornalista faz do “método argumentativo” utilizado por Olavo de Carvalho, se encaixa perfeitamente nessa categoria. Com gritos, palavrões e ofensas, ou seja,

argumentativa em sua aplicação prática mais notável, a oral, em primeira instância, não se mostra como objeto de análise pertinente ao presente trabalho, contudo, alguns artifícios argumentativos usados pelos adeptos desta “técnica” mostram-se relevantes, como trataremos a seguir.

Em sua manifestação prática a retórica do ódio, caracteriza-se pela aspereza no tom de fala e pelo uso frequente de palavrões, visando descredibilizar, intimidar e calar o outro depoente (ROCHA, 2021). É importante destacar que nos meios onde predomina o olavismo a agressividade no tom de fala e o uso de xingamentos são defendidos como ações acertadas ao se lidar com “esquerdistas”. O próprio Olavo de Carvalho defende abertamente o uso desses “recursos” para desestabilizar o outro, encerrar debates e não deixar esse sequer falar (CALIL, 2020)⁶⁶.

Além da aspereza na fala e do uso de xingamentos, negacionistas adeptos do olavismo e da retórica do ódio, valem-se de outros artifícios em suas linhas argumentativas, sendo os mais pertinentes para o nosso atual exercício a desqualificação nulificadora⁶⁷ e a hipérbole descaracterizadora.

Na desqualificação nulificadora busca-se a plena demonização do outro, a desumanização e a construção de um inimigo comum, ao qual não se deve nenhum tipo de comedimento ou espaço para a resposta. É construída a imagem de um embate binário, uma espécie de “nós contra o outro”, onde o outro é tratado como um sujeito externo àquela sociedade, e por isso tem revogado todo e qualquer direito⁶⁸. Conforme destacou Olavo de Carvalho:

Mas isso quer dizer que o único debate eficiente com esquerdistas é aquele que não consente em ficar preso nas regras formais num confronto de argumentos, mas se aprofunda num desmascaramento psicológico completo e impiedoso. Provar que um esquerdista está errado não significa nada. Você tem é de mostrar como ele é mau, perverso, falso, deliberado e

atitudes intimidatórias que objetivam calar aquele com quem está debatendo, são usadas por Olavo de Carvalho seguidas vezes, conforme demonstrou a jornalista. Além disso, há outros aspectos interessantes neste episódio de podcast que utilizaremos aqui. Revista Piauí & Spotify Studios. *RETRATO NARRADO BOLSONARO*. episódio Bônus: Como o olavismo explica o bolsonarismo. Disponível em: < <https://tinyurl.com/32zantnx> >. Acesso em: 17/02/2022.

⁶⁶ O episódio (18/10/2020) do já citado podcast Retrato Narrado: Bolsonaro, traz um áudio muito explicativo de Olavo de Carvalho, onde este afirma como “não se deve dialogar com esquerdistas”.

⁶⁷ Rocha (2021) Classifica a desqualificação nulificadora em três níveis, sendo eles: desqualificação pelo nome, a estigmatização do outro, tomando-o em uma caricatura e por último a desumanização do sujeito propriamente dito. (Rocha, 2021, 164-169)

⁶⁸ “o ‘estranho’ é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir.” Hannah Arendt p.411. A figura do inimigo comum e deste sendo tratado como um sujeito externo à sociedade, assim como outras estruturas argumentativas aqui evidenciadas, serão aprofundados na próxima seção.

maquiavélico por trás de suas aparências de debatedor sincero, polido e civilizado. Faça isso e você fará essa gente chorar de desespero, porque no fundo ela se conhece e sabe que não presta. Não lhe dê o consolo de uma camuflagem civilizada tecida com a pele do adversário ingênuo.⁶⁹

A desqualificação nulificadora vale-se da construção de um arquétipo de inimigo comum, buscando gerar em seus simpatizantes uma maior tolerância ou indiferença para com atos violentos e autoritários, ao difundir a sensação de urgência e inevitabilidade do uso destes como sendo o único meio possível para impedir um “mal maior”, que seria personificado na figura do outro. Sintetizando, tais prerrogativas sugerem que é válido tomar “medidas preventivas” violentas, para impedir uma suposta agressão que viria a posteriori de outrem. A falsa certeza de que existe um inimigo comum demonizado e desumanizado, abre brechas para que sujeitos impelidos por discursos desta natureza pratiquem, ou sejam permissivos, com atos contrários às diretrizes estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), por não verem “o outro” como um semelhante e, portanto, entender que estes não mereçam tratamento digno.

Quanto ao segundo traço que compõe a retórica do ódio (Rocha 2021), a hipérbole desqualificadora, podemos resumir que esta consiste em generalizar e exagerar em suas construções argumentativas, geralmente atribuídas ao retratar o inimigo comum. Frases como “nunca se viu um esquema de corrupção tão grande na história da humanidade”, “o comunismo que se infiltrou em todas as arestas do Estado brasileiro”, ou “uma infestação de médicos/guerrilheiros cubanos invadindo o país” exemplificam esse tipo de construção argumentativa e são comumente usadas por indivíduos guiados pelo negacionismo, sejam estes ligados ao olavismo ou não. Essas construções argumentativas aumentam no leitor/espectador a sensação de urgência e iminente perigo descomunal.

O mais vasto, robusto e monstruoso sistema repressivo de todos os tempos, e de escala mundial, perto do qual as ditaduras da URSS e da Alemanha nazista parecerão apenas ensaios desajeitados, está começando a ser construído agora mesmo, na América. (grifo meu)⁷⁰.

O trecho acima evidencia o exagero como forma de construção argumentativa, além disso, a gradação de alguns termos claramente reforça a ideia de que algo

⁶⁹ Olavo de Carvalho, 2007, disponível em: < <https://tinyurl.com/ypvrysjy> >. Acesso em: 19/02/2022.

⁷⁰ CARVALHO, Olavo de. Publicado no Twitter, em 26 de janeiro de 2021. Twitter: @OdeCarvalho. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2c96kn4w> >. Acesso em: 01/11/2021.

extremamente danoso está por vir, expondo a intenção de conduzir o leitor por um raciocínio preestabelecido. É importante destacar que além destes recursos argumentativos, a repetição de termos na redação de textos ou em construções orais negacionistas também é comum e intencional, funcionando ativamente dentro dos objetivos do negacionismo olavista. Longe de ser um vício de linguagem, tal redundância apresenta-se mais como “um truque de manipulação da consciência do leitor,” que pretende antecipar qualquer possível posicionamento questionador que possa vir por parte deste.

O cacoete da redundância pretende manipular a consciência do leitor, já que a reiteração sistemática do que se acabou de dizer condiciona a recepção, que, assediada pelo mesmo sentido, uma e de novo outra vez e ainda outra, não pode senão aceitar o argumento *inteiro*, confundindo reflexão filosófica com experiência enigmática (ROCHA, 2021, p.176).

A hipérbole desqualificadora do olavismo apresenta ainda uma característica fundamental em sua construção narrativa, que é a rápida tramitação entre diversos temas, localidades e datas, indo do micro para o macro, ou vice e versa, sem pausas intermediárias necessárias para assimilação e processamento das afirmações apresentadas (ROCHA, 2021). Tal forma de argumentação causa nos leitores uma sensação de embaralhamento/vertigem, favorecendo a aceitação daquele discurso por não conseguir acompanhar e contrapor as informações ali contidas⁷¹. No trecho expresso a seguir observa-se como se transita de maneira rápida entre temáticas distintas, do macro ao micro, exigindo um conhecimento vasto e profundo sobre acontecimentos diversos, dificultando assim qualquer contestação mais simples às questões abordadas.

Os comunistas mataram mais gente do que duas guerras mundiais somadas a todas as epidemias e desastres naturais do século XX. Quando um deles chama alguém de “genocida” está apenas ocultando seus próprios crimes por trás de uma careta de ofendidinho. (grifos meus)⁷²

Como último adendo, podemos observar que os ideais expressos pela retórica do ódio, e pela guerra cultural, possuem em si o potencial para transpor as barreiras de uma suposta violência simbólica, convertendo-a em atos violentos

⁷¹ No mencionado episódio (18/10/2020) do podcast Retrato Narrado Bolsonaro, a jornalista Letícia Duarte destaca como Olavo de Carvalho transita entre temas e datas, citando várias informações, dificultando qualquer refutação que poderia vir por parte desta.

⁷² CARVALHO, Olavo de. Publicado no Twitter, em 01 de agosto de 2021. Twitter: @OlavoOpressor. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yckmvhez> >. Acesso em: 01/11/2021.

explícitos. Termos como varrer, eliminar, apagar, ou limpeza são recorrentemente utilizados na linguagem negacionista/olavista, sendo relacionados a ações que devem ser tomadas ao lidar com o outro, o inimigo comum, o que evidencia uma possível incapacidade de lidar com a diferença. Ao tentar identificar tendências psicológicas autoritárias ligadas ao antissemitismo pós segunda guerra mundial (1939-1945), na sociedade norte-americana, Theodor W. Adorno (1975)⁷³ identificou uma predisposição em sujeitos com tais iniciativas a tomarem atitudes violentas, pois evidenciou-se que a acusação sistemática e reiterada de que o outro, o inimigo comum, representaria perigo iminente de agressão estaria ligada a intenção do acusador em realizar práticas violentas contra este.

Se um indivíduo insiste que alguém tem desígnios hostis sobre ele e não podemos encontrar nenhuma evidência de que isso seja verdade, temos uma boa razão para suspeitar que o nosso sujeito tem intenções agressivas e está buscando justificá-las por meio de projeções [...] igualmente, pareceu que, quanto maior a preocupação de um sujeito com as 'forças do mal' no mundo – como mostrado sua prontidão para pensar e acreditar na existência de fenômenos como excessos eróticos selvagens, complôs e conspirações e o perigo de catástrofes naturais-, mais fortes seriam seus próprios anseios [urges] inconscientes de sexualidade e destrutividade. (ADORNO, 1975, p.157)

Como último adendo, citamos o uso político do golpe de 1964 por grupos negacionistas, em seu momento de execução e na atualidade. Frequentemente este é erroneamente apontado por tais discursos como um ato legítimo, que visava impedir a eclosão de um golpe comunista inexistente, encabeçado pelo então presidente João Goulart (MOTTA, 2021 e FICO, 2014). Parte da sociedade brasileira à época, assim como grupos negacionistas da atualidade, mostram-se permissivos com atos violentos praticados durante o golpe e ao longo do regime implantado com este evento, sob o pretexto de afastar o “perigo comunista”, ou seja, se mostraram coniventes com práticas como tortura, desaparecimentos e assassinatos, pois tratavam/tratam tais ações como um mal necessário.

⁷³ Embora Adorno, assim como Arendt, dediquem-se ao autoritarismo ligado a regimes totalitários, em contextos que divergem muito do presente trabalho, os exemplos e análises dos mesmos dialogam bastante com regimes ditatoriais de uma maneira geral. Embora a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) não possa ser definida como um regime fascista, ainda que possua ligações com o integralismo, esta apresenta traços que são comuns a esse tipo de regime (MOTTA, 2021).

2.1.1 Modus operandi do olavismo

Em grande parte dos discursos proferidos por sujeitos embasados na retórica olavista observa-se a repetição intencional de uma série de jargões associados à “esquerda”, o que pode ser entendido como uma marca estilística e um recurso argumentativo. Muitas das vezes a presença destes termos é aleatória dentro da comunicação negacionista, sejam estas construções orais ou textuais, passando às vezes uma sensação de desorganização para aqueles que não fazem parte do público-alvo deste tipo de conteúdo, afinal, muitas das vezes não é possível estabelecer uma conexão lógica desses com os diversos temas tratados.

Termos-chave do discurso olavista sempre retornarão, esclarecendo a origem dos desarrazoados ilógicos, por exemplo, da prosa torta de um Carlos Bolsonaro: esquerdismo, globalismo, analfabetismo funcional, Nova Ordem Mundial, maçonaria, desonestidade intelectual, gramscismo, ideologia de gênero, PT e PSDB como duplos miméticos que cooperam para a vitória comunista no Brasil, entre tantas outras e inúmeras estultices. (ROCHA, 2021, p. 49)⁷⁴

Se por um lado essa estrutura textual possa parecer sem sentido para aqueles que não são guiados pela cosmologia olavista, esses termos chaves dialogam diretamente com os anseios daqueles que são seguidores dos postulados estabelecidos pelo autointitulado filósofo Olavo de Carvalho (ROCHA, 2021). Como já ponderado, os discursos fundamentados no olavismo não buscam estabelecer uma estrutura interna coerente ou mesmo apresentar um caráter explicativo sobre todas as nuances que são apresentadas em seu conteúdo, pelo contrário, tais termos cumprem o intuito de pontuar que a figura destacada, o tema abordado ou a situação ali descrita deve ser tratada como um inimigo comum⁷⁵. Em grupos negacionistas ou olavistas a associação a tais termos corresponde a ser apontado como aquele que deve ser desumanizado e demonizado, tal qual descrito na subseção anterior, e de maneira geral e indiscriminada, a presença destes termos

⁷⁴ Aos termos aqui citados gostaria de acrescentar outros que também são bastante recorrentes como lacração, trotskistas, bolcheviques, o Brasil virar “Cuba ou Venezuela”, foro de São Paulo, revanchismo, “mimimi”, direitos humanos, Paulo Freire, vitimismo, entre outros.

⁷⁵ Retomando o conceito apresentado na primeira seção, tal recurso funciona como uma forma de “dog whistle”.

em uma narrativa sinaliza, aos seguidores desse tipo de discurso, que, o objeto ali evidenciado não deve ser visto como alguém que mereça atenção ou respeito.

Outro traço relevante no olavismo (se faz presente em algumas das narrativas negacionistas que serão aqui abordadas) é a simplificação extrema dos assuntos abordados. O termo simplificação aqui empregado não se refere ao fato destas obras dedicarem-se a temáticas pouco complexas, limitarem-se a poucos temas em cada trabalho, ou mesmo se dedicarem a contextos temporais e/ou territoriais de pequena extensão, já que na prática ocorre o oposto, como ficará evidente adiante. Quando falamos de simplificação, nestes casos, nos referimos a construção de narrativas com estruturas binárias, com contextualizações pouco estabelecidas, sem historicização da temática abordada, sem problematizações, comparações, aprofundamentos, detalhamento de fontes ou apresentação de evidências para embasamento das questões levantadas. De fato, o que ocorre são narrativas unilineares, seguindo sequências lógicas baseadas no esquema causa/consequência, sem margens para outras interpretações, que fazem transparecer aos leitores/espectadores que a realidade e os fatos são de mais simples compreensão do que outros meios de informação tentam fazer parecer.

A produção negacionista/olavista afasta-se conscientemente da produção acadêmica, ainda que cite essa frequentemente em tom de escárnio/repúdio, e se apresenta para o público na forma de “uma verdade simples e sedutora”, afastando-se de uma visão detalhista da realidade, cheia de problematizações e aprofundamentos. Desta forma o negacionismo olavista consegue uma grande repercussão em um público significativo que por razões diversas, prefere optar por abordagens menos aprofundadas de diversos temas.

Como último ponto, é importante destacar que assim como nas obras negacionistas analisadas (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019), no olavismo, utiliza-se um silogismo inverso, partindo-se das conclusões, que se apresentam como inquestionáveis, para a elaboração das premissas, que portanto devem se moldar de acordo com o resultado. Assim como no negacionismo da ditadura militar (1964-1985), a visão cosmológica olavista, conforme frisou Rocha, “[...] *parte sempre da conclusão* - ‘o perigo vermelho’ [...] - e, desse modo, pouco importa o conteúdo das proposições, que, logicamente, deveriam anteceder à conclusão” (2021, p.179).

2.2 Sobre o Brasil Paralelo

A produtora Brasil paralelo, responsável pela produção e distribuição do filme *1964: O Brasil entre armas e livros* (2019)⁷⁶, e do livro digital *Entre mitos e verdades: a história do regime militar* (2018), tem seu conteúdo inserido no que podemos chamar de história pública, e dialoga com um público específico, respondendo aos anseios de uma determinada parcela da população. Ao mesmo tempo, representa o programa de seus idealizadores, formando assim uma via de mão dupla. Fundada no ano de 2016, no Rio Grande do Sul, a produtora descreve o seu conteúdo como sendo voltado para o entretenimento e educação. Além disso, afirma “Somos orientados pela busca da verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo”⁷⁷. Complementando essa auto apresentação, Carvalho (2021, p. 16) descreve:

Como independente, apartidária e imparcial, comprometida com uma análise “puramente historiográfica”, ao contrário do que ocorreria na produção universitária, que seria ideologicamente influenciada pela esquerda e, portanto, deslegitimada como interlocutora.⁷⁸

Observa-se que a produtora tem a sua imagem ancorada em uma espécie de pós-verdade com viés publicitário/mercadológico (TIBURI, 2017). Utilizando-se de um vasto repertório audiovisual e imagético, o Brasil Paralelo apresenta narrativas com estruturas novelescas, verdadeiras jornadas épicas livres de conflitos internos que exploram habilmente preconceitos e estereótipos, tornando seu conteúdo mais palatável ao público-alvo. O Brasil Paralelo tenta se colocar como um portador da verdade, mas como trataremos, esta é uma auto rotulação questionável.

Esta atitude de se autodeclarar “neutra ideologicamente” diante certas situações, enquanto acusa os demais sujeitos de seguirem uma agenda ideológica ligada à esquerda, adotada pela produtora Brasil Paralelo, é comum em narrativas negacionistas (CARVALHO, 2019; AVILA, 2021). Trata-se de uma estratégia que visa deslegitimar o outro e a sua capacidade de fazer uma análise válida, alegando

⁷⁶ Disponível em: <<https://tinyurl.com/2rsx5ea8>>. Acesso em 11/10/2021.

⁷⁷ Disponível em: <<https://tinyurl.com/5n9x993x>>. Acesso em 31/01/2022.

⁷⁸ CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistoria. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0103, maio/ago. 2021.p.13.3

que este estaria comprometido por interesses escusos. Enquanto aponta o enviesamento em terceiros, O Brasil Paralelo atribui a si um status de único capaz de representar com fidedignidade os fatos, pois evoca a sua suposta “inexistência de interesses políticos” como fator decisivo para qualificar as suas ponderações. Tal perspectiva é infundada, pois, ignora completamente o fato de que todo sujeito, e consequentemente os discursos construídos por estes, serem formados a partir de uma orientação político-ideológica⁷⁹, o que faz com que na prática, essa suposta neutralidade converta-se em uma tentativa de conduzir os sujeitos orientados por esta postura ao erro.

Essa suposta neutralidade mostra-se frágil e é facilmente contestada ao analisarmos as produções em questão, onde é possível identificar discursos voltados claramente para um espectro político conservador de direita, com aproximações com o liberalismo econômico e flertes constantes com o autoritarismo. A produtora apresenta afinidade com o governo Jair Bolsonaro, que conforme o descrito, possui um evidente viés conservador de direita e fortes inclinações para o autoritarismo. Dentre outros meios, o Brasil Paralelo receber incrementos para o seu funcionamento advindos deste, fato este que evidencia outra contradição frequente em auto descrições da empresa, a defesa orgulhosa por parte desta de que esta se manteria completamente livre de “dinheiro público”⁸⁰.

Falando particularmente do documentário do Brasil Paralelo em voga (2019), este traz em seu conteúdo figuras como Olavo de Carvalho, o autointitulado filósofo já apresentado, que conforme foi descrito, é famoso por afirmar amplamente seu alinhamento ideológico como conservador de direita, assim como por se autodeclarar publicamente, por inúmeras vezes, como um “inimigo da esquerda”⁸¹. Devido ao contexto em que se inserem, podemos estabelecer uma correlação lógica entre o olavismo e as produções do Brasil Paralelo, pois, além dos diversos aspectos comuns compartilhados por ambos, o contato direto com o autointitulado filósofo é evidenciado ao longo de várias obras, e portanto, pode se afirmar que a produtora faz parte da rede olavista.

⁷⁹ Freire (1996).

⁸⁰ A proximidade do Brasil Paralelo com o governo Bolsonaro e o financiamento público desta empresa já foram tema de reportagens, como: < <https://tinyurl.com/2j53ndft> >, e < <https://tinyurl.com/5n7w7tf3> >. Acesso em: 23/07/2022.

⁸¹ Nicolazzi evidencia essa forte ligação do Brasil Paralelo com um espectro político de direita ao analisar o livro desta produtora (2018). Disponível em: < <https://tinyurl.com/2edjch3y> >. Acesso em: 30/10/2021.

Sendo assim, neste caso não podemos projetar que a alegação de inexistência de orientação política seja um desconhecimento de sua própria natureza ou um erro de análise dos idealizadores do Brasil Paralelo, trata-se de uma estratégia deliberada, com a finalidade evidente de manipular a sua imagem como sendo a de um sujeito apolítico, o que lhe atribuiria supostamente uma credibilidade indubitável aos olhos do público. Diferente de outros discursos negacionistas que objetivam o esvaziamento da discussão acerca de determinados temas a partir da relativização dos acontecimentos, enumerando esses apenas como pontos de vistas ou opiniões, eventos passíveis de infinitas interpretações ao bel-prazer daqueles que as analisam, o Brasil Paralelo se porta diferente, deixando evidente a intenção de desqualificar as outras fontes de conhecimento e se alçar ao status de única portadora da verdade. Podemos conceber essa atitude como uma estratégia onde o Brasil Paralelo busca utilizar a lógica de uma guerra cultural, para se apropriar da produção da história popular e instrumentalizá-la "a fim de alcançar o controle da opinião política" (MOTTA, 2021, p.14).

Junto a alegação de neutralidade e apartidarismo político, a produtora Brasil Paralelo busca construir para si a imagem de única portadora da verdade, e algumas vezes estes se "equiparam a cruzados, ou seja, confirmam um (suposto) sentido divinamente sancionado aos seus intuitos de 'resgatar' o passado da mão de seus antagonistas ideológicos" (ÁVILA, 2021, p.165). Como mencionado, o Brasil Paralelo busca construir em suas várias narrativas negacionistas, enredos heroicos repletos de saudosismos, que vão de encontro com o gosto de seu público alvo, grupos seduzidos por um nacionalismo autoritário, narrativas épicas, e que se sentem ameaçados por um suposto avanço das minorias.

Além disso, a empresa apresenta uma busca obsessiva por construir uma "imagem positiva" do Brasil, projetando este como um país detentor de um povo cordial e historicamente livre de conflitos (ÁVILA, 2021). O Brasil Paralelo tenta silenciar fatos que sujariam a harmoniosa história brasileira, como a escravidão, representado pela empresa como a "grande mancha no passado brasileiro", ou ainda os atos de violência cometidos pelas forças oficiais do governo ao longo da ditadura militar (os atos violentos atribuídos às forças que resistiam ao regime não são omitidos, mas, como veremos adiante, são tratadas pela empresa como ações externas).

A produtora Brasil Paralelo, na atualidade apresenta os seguintes números nas principais redes sociais: 2,42 milhões de inscritos em seu canal do *Youtube*⁸²; sua página no *Facebook* conta com 600.261 mil curtidas e 721.809 mil seguidores⁸³; já o seu *Instagram* conta com 1,2 milhões de seguidores⁸⁴. O ciberespaço é instrumentalizado como principal canal de divulgação das obras do Brasil Paralelo, que se vale dos recursos disponibilizados por este para disseminar um conteúdo notavelmente carregado de negacionismo conservador de direita, apresentado em diferentes formatos e explora diferentes recursos audiovisuais, mostrando-se assim de maneira mais atrativa ao público atual.

2.2.1. O negacionismo do Brasil Paralelo

O livro *Entre Mitos e Verdades: A História do Regime Militar* (2018) e o videodocumentário *1964: O Brasil entre Armas e Livros* (2019), da produtora Brasil Paralelo, têm como objetivo a descrição do período compreendido entre os anos que antecedem o golpe que destituiu João Goulart em 1964 e o período de redemocratização, não chegando a tratar diretamente do período atual, mas deixando indícios de que existiria uma relação direta de causa/consequência, meticulosamente orquestrada pelo “comunismo”⁸⁵, que teria conduzido o Brasil ao momento atual, um país dominado culturalmente pelo “comunismo gramsciano”⁸⁶. Foi observado que a estrutura narrativa das duas produções se aproxima muito, e o livro (2018) pode ser descrito como uma espécie de roteiro para o vídeo (2019), que por sua vez, dispondo dos recursos extras que possui, potencializa a atuação deste primeiro. No vídeo *1964: O Brasil entre Armas e Livros* (2019), de acréscimo ao livro

⁸² Disponível em: < <https://tinyurl.com/4dcppuh2> >. Acesso em: 31/01/2022.

⁸³ Disponível em: < <https://tinyurl.com/5ywwtxch> >. Acesso em: 31/01/2022.

⁸⁴ Disponível em: < <https://tinyurl.com/ys38wxw5> >. Acesso em: 31/01/2022.

⁸⁵ Relacionado na narrativa ao PT.

⁸⁶ No documentário (2018) é afirmado que os grupos comunistas brasileiros, após perceberem que a estratégia de luta armada para implantação do comunismo não lograria êxito no país, resolveram adotar uma estratégia de guerra cultural, supostamente desenvolvida por Antônio Gramsci, e transmitida através de suas obras, *Cadernos do Cárcere*. Segundo o documentário a esquerda passa a dominar os meios culturais ainda durante a ditadura, passando então a disseminar o comunismo e minar as estruturas sociais brasileiras por meio da difusão de sua ideologia em universidades, meios musicais, emissoras de TV, entre outros.

Entre Mitos e Verdades: A História do Regime Militar (2018), temos apenas as falas dos sujeitos que o compõem, utilizadas como recurso de autoridade para validar as afirmações ali propaladas, intercalados pela voz de um narrador, com falas que coincidem em vários pontos com o texto do livro *Entre Mitos e Verdades: A História do Regime Militar*.

Observa nas obras da produtora Brasil Paralelo (2018 e 2019) a tentativa evidente de culpabilizar os opositores do regime ditatorial militar brasileiro, e com isso, justificar as ações violentas perpetradas pelos agentes das forças estatais naquele período. Para atingir esse fim, a produtora dedica-se a narrar de forma sequencial uma série de atos, que são atribuídos por esta aos “terroristas”. São descritos vários episódios, que segundo seus idealizadores, teriam sido realizados por “esquerdistas”, sem que fossem apresentadas nenhuma outra motivação a não ser a implantação do comunismo no Brasil. Nessas obras, os “terroristas” são pouco ou nada detalhados, não apresentam sentimentos, não possuem familiares, trajetórias particulares, ou traços valorosos que despertem respeito ou empatia, ou seja, seguindo as premissas do cosmológicas do olavismo, estes são apresentados de maneira desumanizada. De fato, o que o Brasil Paralelo busca fazer em suas obras (assim como Ustra) é imputar culpa a todos aqueles que poderiam ser apontados como vítimas das forças repressivas estatais e impedir que o seu público estabeleça qualquer traço de compaixão para com estes.

Embora o enfoque das produções seja tratar do que seus produtores chamam de “contrarrevolução de 1964” e do “regime militar”, outros temas nacionais que fogem muito desse recorte temporal (1964-1985), como a fundação do PCB (1922) ou a Intentona Comunista (1935), são levantados de maneira breve e leviana, tentando superdimensionar o perigo comunista e sua esfera de influência no Brasil. As produções trazem ainda em seu início uma descrição sucinta e binária do que foi a Guerra Fria, em uma narrativa maniqueísta com estrutura novelesca, pois apresenta uma análise extremamente parcial que superdimensiona em diversos aspectos a influência da União Soviética no Brasil e no mundo, enquanto apenas cita os EUA, passando a falsa impressão que a influência sociopolítica em outras nações ou o poder bélico deste último fossem pequenos diante da URSS.

Tudo é apresentado na narrativa como se fossem fatos unidimensionais e consolidados, seqüências causais com apenas um resultado possível e sem lacunas interpretativas. Temas e conceitos complexos como Guerra Fria, Ditadura civil-militar,

ou Comunismo são expressos de maneira dual, sem margens para análises diversas ou maiores problematizações, só existindo um lado naturalmente detentor do bem e de todas as virtudes (os valores judaico-cristãos ocidentais, a democracia e a liberdade) e o outro portador de todos os males imagináveis e inimagináveis da humanidade. Os EUA e tudo ligado ao mundo capitalista (a ditadura militar brasileira, por exemplo) são associados diretamente ao lado “correto da história”, enquanto tudo ligado ao comunismo e a URSS é apresentado como o “mal a ser combatido”.⁸⁷

Uma das estratégias mais exploradas em ambas as produções do Brasil Paralelo para alimentar o medo do comunismo é a generalização, e nesse sentido, toda pessoa que não está inserida “na luta contra o comunismo” é logicamente enquadrada pela produtora como sendo terrorista/comunista. E além dessa generalização de quem seria o inimigo, a abordagem de ambas as mídias (2018 e 2019) buscam de maneira incisiva vincular a imagem deste a elementos externos a sociedade brasileira, enquanto, os valores associados aos que se contrapõem aos “comunistas” são apresentados como sendo inerentes e naturais de nosso país⁸⁸. Esse aspecto identificado como uma espécie de etnocentrismo é relevante, e será aprofundado na próxima seção.

Retomando a questão da generalização dos opositores da ditadura militar como sendo comunistas, toda argumentação construída em ambas as obras é resumida a um embate entre as forças militares e os guerrilheiros, o que obviamente impossibilita a compreensão desse período da história como um todo⁸⁹. Como anteriormente exposto, a simplificação de assuntos complexos é um dos traços recorrentes observados no olavismo, e tende a tornar o conteúdo acessível e palatável para um gama maior de espectadores, sendo assim podemos pressupor que a construção dessa abordagem binária é intencional, e segue os padrões “técnicos da guerra de narrativas”, tendo por objetivo arrebatrar um público específico, aquele sem tempo para se aprofundar nos diversos assuntos acaba optando por conteúdos prontos e simplificados.

⁸⁷ O que observamos aqui são dois exemplos onde é construída a figura de um inimigo comum, assunto que será posteriormente melhor explorado, pois faz parte de um recurso argumentativo presente nas quatro obras negacionistas da ditadura civil-militar aqui tratadas (Brasil Paralelo, 2018 e 2019; USTRA, 1987 e 2007), além de perpassar por outras esferas negacionistas mais amplas.

⁸⁸ Esses dois aspectos, a generalização do inimigo comum, e a ideia de que os problemas que cercam a ditadura militar seriam externos àquela sociedade, são questões problemáticas, como trataremos em momento oportuno.

⁸⁹ Sônia Meneses discute os problemas gerados por esse binarismo na compreensão da ditadura militar em: < <https://tinyurl.com/5n88f5x8> >. Acesso em: 22/09/2021.

As obras analisadas buscam suscitar no público o sentimento de medo e ódio aos opositores do regime ditatorial militar. Especificamente, o livro do Brasil Paralelo (2018), constrói uma atmosfera de perigo e urgência a partir dos recursos literários que dispõe. Ao longo das 67 páginas redigidas, a preocupação maior é descrever (descrição simplista, superdimensionada e caricata) a ação do comunismo no Brasil, as guerrilhas, e personalidades “subversivas perigosas”. O documentário 1964: Brasil entre armas e livros (2019), por sua vez, atendendo às suas pretensões, vale-se dos recursos de que dispõe (imagens, vídeos e trilha sonora) para intensificar no espectador a sensação de medo diante do “terror comunista que se aproximava do Brasil”. Recursos digitais, como trilha sonora voltada para a dramaticidade e tensão, ou paleta de cores usando tons de vermelho para ressaltar elementos ligados ao comunismo, são utilizados em grande escala para um sentimento iminente de perigo e guerra. Sendo assim, pode-se conceber, que, embora ambas as obras utilizem o superdimensionamento da figura do inimigo comum e, constantemente, acionem a teoria do perigo comunista, estes pontos são mais evidentes e potencializados pelo audiovisual, pois este dispõe de meios mais expressivos para inferir as sensações almejadas no público.

O uso do audiovisual, de certa forma, também pode ser entendido como uma tentativa de atingir novos grupos, que por razões próprias, preferem assistir diversos tipos de conteúdos por meio de vídeo e evitar o hábito da leitura. Embora na atualidade existam outros recursos digitais mais efetivos para a proliferação de informações (postagens em formas de “memes” nas redes sociais, ou vídeos curtos disparados massivamente, por exemplo), um vídeo/filme, com certeza representa uma inovação e pode ser visto como uma tentativa de atingir outros segmentos alheios a leitura. O documentário se apresenta como algo mais dinâmico e atrativo para o público, por explorar diferentes zonas sensoriais humanas, além disso, exige um intervalo de tempo relativamente menor do que o normalmente dedicado a leitura de uma obra escrita (não que o livro desta mesma produtora, aqui abordado, seja uma leitura densa ou demorada).

A utilização de imagens que corroboram com o ponto de vista que é explicitado no vídeo é evidente, como na descrição do regime socialista soviético sendo um “reino do terror vermelho” enquanto exibe uma imagem onde aparecem Stalin, Lenin e Trotsky. Nesta a paleta de cores traz um contraste entre o preto e o vermelho gritante, fazendo uma referência evidente ao sangue e ao perigo que deve

representar esses personagens naquele contexto. O vermelho é uma cor muito utilizada na fotografia do documentário, geralmente associada ao comunismo e à URSS. Conforme descreveu Martinelli (2020, p.20), a maneira que as imagens são utilizadas para modelar a percepção do público deixa evidente a parcialidade da produtora quanto a seleção destas:

Para tanto, foram analisadas as imagens associadas a narração [sic] e aos depoimentos relacionados a esse país. Enquanto as imagens vinculadas aos EUA e seus aliados mostravam imagens de cidades em movimentos, demonstrando progresso e desenvolvimento, as imagens relacionadas a URSS são imagens bélicas, de conflitos, atentados, explosão de bomba atômica e lançamento de mísseis, de civis se manifestando contra o comunismo ou vítimas de genocídio. (MARTINELLI, 2020, p.20)

Retomando a questão da ditadura civil-militar brasileira, pode-se observar que a representação dos militares apresentada nas obras do Brasil Paralelo (2018 e 2019) seria a de figuras quase inocentes, despreparadas, sem planos, indivíduos ingênuos que atendiam aos anseios da população que clamava por uma solução para um problema quase incontornável. Se por um lado atributos como meticulosidade, planejamento, onipresença e onisciência quase metafísica são atribuídos aos grupos apontados como comunistas, o oposto é estabelecido quanto aos militares. Segundo as afirmações contidas no documentário, esses representavam apenas a vontade inerente ao todo da população brasileira, agiam de maneira espontânea, quase natural, e livres de maiores ambições. Ao longo das mais de duas horas de vídeo existe a explicitação de que em momento algum, ao longo das mais de duas décadas de implantação e manutenção do regime ditatorial brasileiro iniciado em 1964, segundo os idealizadores do documentário, os militares a frente do regime quiseram ou ao menos tiveram a intenção de chegar e/ou se perpetuar no poder.

O movimento de 1964 não foi um movimento militar. Ele começa com um movimento civil. Os líderes eram, sobretudo, governadores de Estado. Os militares foram entrando um pouquinho na coisa. Só que no final, quer dizer, eles se precipitaram. Aliás, eles nem queriam dar o golpe, foi o Mourão Filho que se precipitou e obrigou os outros generais a entrar depois. Eles estavam tudo quietinho [sic] no canto, daí o Mourão Filho que era um doidão, botou os tanques na rua, começou a ir em direção ao Rio de Janeiro, daí todos tiveram que se mobilizar.⁹⁰

⁹⁰ Brasil Paralelo (2019). Declaração de Olavo de Carvalho em 1:05 de vídeo.

A ação dos militares descrita no livro *Mitos e verdades: a História do Regime Militar* (2018), adota a mesma abordagem evidenciada acima. Ao assumirem o controle das instituições nacionais, os militares atenderiam aos anseios da população brasileira, descrita como sendo homogênea, inocente e indefesa⁹¹. A atuação dos militares é em certos casos descrita como um ato quase involuntário:

[...] Castelo Branco era apoiado tanto pela sociedade brasileira quanto pela imprensa e contava com a aprovação dos setores da Igreja Católica e de grandes líderes políticos.

Intimidado com as possíveis consequências de manter limitações reduzidas aos direitos políticos, o Presidente ordenou a promulgação do Ato Institucional n.º 2 no dia 27 de outubro de 1965 [...]

[...] Ao mesmo tempo em que elaboravam uma nova Constituição, os militares eram progressivamente impelidos a recrudescer as opressões impostas pelo regime, para se protegerem das articulações dos movimentos de esquerda que visavam à chegada ao poder. (Brasil Paralelo, 2018, não paginado, grifos meus)

Vale destacar ainda que, como trataremos adiante, os produtores do Brasil Paralelo, em ambas as obras (2018 e 2019), tentam ao máximo possível evitar citações que envolvam os militares, e tendo em vista que as ações advindas deste segmento foram decisivas para os rumos do país naquele período, esta é uma decisão bastante questionável.

Retomando pontualmente o último trecho transcrito, a afirmação de que o golpe de 1964 e a ditadura que foi implantada subsequente a este contavam com respaldo social, é uma afirmação parcial e pouco fundamentada. Se por um lado houve grupos civis que participaram de forma ativa, através de apoio social, financiamentos, ou estruturais que favoreciam aos militares na execução do golpe de 1964 e na manutenção do regime ditatorial, decerto existiram outros grupos civis que se mostraram contrários, e há indícios significativos que apontam que os militares estiveram longe de conseguir um apoio popular significativo o suficiente para se estabelecer no poder sem o uso dos dispositivos de coerção que dispunham (MOTTA, 2021; FICO, 2017; CAMPOS, 2019; NICOLAZZI, 2019).

A parcialidade e a relativização quanto a aspectos cruciais para a descrição e a compreensão de um momento histórico são utilizadas diversas vezes ao longo das mídias aqui abordadas. As obras do Brasil Paralelo (2018 e 2019), dedicam seus

⁹¹ Em certos trechos do Livro e do documentário da produtora Brasil Paralelo, além de ser homogênea, a sociedade brasileira seria ingenuamente ludibriada pelo “poder de manipulação dos comunistas”. A sociedade brasileira é descrita por essa abordagem como sendo “inocente”, “facilmente enganada”, e incapaz de tomar qualquer atitude de autopreservação contra a “ameaça comunista”.

maiores esforços atacando e desqualificando os opositores da ditadura civil-militar, enquanto privam-se de descrever ações ligadas aos sujeitos relacionados ao regime ditatorial militar, sejam estas negativas, ou mesmo as que poderiam ser realçadas como sendo “positivas”. São diversos momentos que explicitam esta seletividade evidente, deixando transparecer que o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) foi caracterizado por incessantes ofensivas armadas da esquerda, enquanto, por sua vez, neste mesmo período, os militares não tinham alternativa além de se defenderem passivamente, em momentos pontuais usando de violência, e esta seria a dinâmica que resumiria o período. Ávila, referindo-se ao vídeo (2019), afirma que neste “temos uma inversão: a democracia seria, na realidade, uma ditadura mascarada, controlada por comunistas, e a ditadura seria uma democracia, porque teria ‘libertado’ o país de seus inimigos e controlado a ameaça vermelha (2021, p.170)”.

Em certos momentos, especificamente no vídeo da produtora Brasil Paralelo (2019), apresenta dubiedade quanto a sua tolerância referente aos atos que contrariem as diretrizes estabelecidas pelos Direitos Humanos. A produtora evidencia que não compactua com práticas violentas, em trechos como “A Tchecoslováquia, de 1948 a 1989, foi uma república socialista, um regime autoritário, que atualmente é condenado por crimes contra os direitos humanos”⁹², ou nos diversos trechos em que critica atitudes violentas atribuídas aos opositores do regime ditatorial militar. No entanto, a mesma produtora relativiza ou se omite em casos em que esta foi praticada pelos militares ou mesmo pelos EUA⁹³, isso em ambas as obras (2018 e 2019). Toda forma de censura ou repressão perpetrada pelos agentes da ditadura é minimizada ou ignorada intencionalmente, como no trecho em que o cientista político Silvio Grimaldo afirma que:

A repressão, de vez em quando, a polícia entrava na universidade, prendia ali um estudante ou um professor que estava ligado a guerrilha, mas nunca teve um movimento de repressão violenta das universidades, de fechar cursos, proibir publicação de livros, etc. Isso nunca teve⁹⁴.

Ou ainda no trecho em que a descreveu o jornalista e escritor Lucas Berlanza:

⁹² Brasil Paralelo (2019). Declaração de Renor Filho, apresentado como pesquisador StB no Brasil, por volta dos 29 minutos do vídeo.

⁹³ Por não se tratar da temática central aqui abordada, não irei me adentrar nesta questão, pois, está por si só, exigiria uma longa abordagem.

⁹⁴ Brasil Paralelo (2019), em 1 hora e 46 minutos de vídeo.

Tinha gente que de vez em quando era presa, porque fazia alguma confusão, aprontava alguma confusão, depois era liberada. Tinha comunista na universidade na época do regime militar, como hoje, que está há anos na faculdade, repetindo de ano, só pra ficar pregando porcaria nos estudantes. Isso já existia na época. Então essa ideia do terror da repressão é muito exagerada.⁹⁵

Se a repressão e a censura realizada pelos agentes do regime militar é “suavizada”, por outro lado, todo ato mais violento (não que censura e repressão não sejam em si formas de violência, mas aqui nos referimos especificamente à violência física) cometido por esses é ignorado⁹⁶. Toda forma de violência física quando atribuída aos “comunistas” recebe grande destaque, e explorada pelos idealizadores da produção como algo amplamente repudiável, no entanto, esta quando é executada pelos colaboradores do regime ditatorial militar e outros sujeitos relacionados a este mesmo regime, simplesmente desaparece, e é ignorada de maneira sistemática. Ao longo do vídeo não há nenhuma citação aos 434 mortos e desaparecidos políticos apontados no 3º volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade, assim como também não são sequer mencionados os cerca de 20 mil brasileiros que passaram por sessões de tortura segundo o Human Rights Watch⁹⁷.

Com relação a validação das informações trazidas nas produções do Brasil Paralelo, o livro (2018) não faz esforços nesse sentido, pois as informações são lançadas ao longo das páginas sem preocupações maiores para se chegar a este fim. Neste aspecto, seguindo a mencionada ideia de simplificação comum ao olavismo, pois no livro da produtora Brasil Paralelo (2018), a falta de preocupação nesse sentido é evidenciada em detalhes, como a ausência de identificação e detalhamento das fontes, ou a inexistência de um referencial bibliográfico suficiente para embasar as afirmações ali são apresentadas. Com isso, a partir de um olhar crítico entende-se que, assim como no filme (2019), não existe ali nenhuma tentativa de revisar o que se sabe sobre a ditadura (1964-1985), mas sim a tentativa de remodelar a imagem daquele período baseada em opiniões (NICOLAZZI, 2019).

⁹⁵ Brasil Paralelo (2019). Declaração emitida por volta de 1 hora e 47 minutos de vídeo.

⁹⁶ Citando Ventura (1998, p.205), Martineli (2020) expõe como a censura realizada pelos militares era “pouco profissional”, pois, atingia produções culturais de forma indiscriminada, mesmo que os motivos que os militares apontavam para tal, o suposto “perigo comunista”, não fossem identificados nestas: “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”.

⁹⁷ Dados disponíveis em: < <https://tinyurl.com/4wu957ua> >. Acesso em: 06/02/2022.

Se o livro do Brasil Paralelo (2018) carece de sustentação empírica, o videodocumentário (2019) vai além, acrescentando outro problema ao tentar validar a sua visão cosmológica dos fatos. Nota-se, no vídeo em questão, que os produtores buscam utilizar discursos de autoridade como meio de validação das informações ali propaladas. Tal qual no livro, ao longo do documentário não são disponibilizadas as fontes necessárias ou referências bibliográficas suficientes para se chegar às conclusões ali apresentadas, com isso, a veracidade das informações ali proferidas é assentada na presumida autoridade construída em torno das pessoas que vão se pronunciando ao longo da obra. Sobre esse aspecto, é essencial destacar que, no vídeo em questão, não são narrados eventos em primeira pessoa, ou seja, os sujeitos ali apresentados não estão contando o que vivenciaram pessoalmente, um fato que por si só não validaria as perspectivas destes⁹⁸, mas ao menos lhes atribuiria um lugar particular de fala, o de testemunhas. Entretanto, os validadores das informações apresentadas neste vídeo não compartilham ali as suas experiências, mas sim as suas opiniões particulares acerca daquele período, ambicionando alçá-las a status semelhantes ao de pareceres baseados em estudos realizados por especialistas, que se dedicaram efetivamente para estabelecerem uma visão sistemática e embasada daquele período.

Ao valerem-se deste recurso argumentativo, o da figura de autoridade, os idealizadores do vídeo induzem aos que assistem ao vídeo à falsa crença, de que as falas ali evidenciadas são as de especialistas nas temáticas abordadas. Sem nenhuma problematização e contextualização, os depoimentos são apresentados pelos depoentes e pelo narrador ao longo do vídeo (2019), construindo uma percepção no telespectador de que todas as informações ali apresentadas são indubitáveis, e de que os silogismos ali arrolados são os únicos possíveis, o que, como sabemos, não o são. Os acontecimentos sucedem-se em sequências naturalizadas, como se não houvesse nenhuma outra possibilidade para os fatos se desenrolarem além da maneira que foi ali exposta⁹⁹.

Vale destacar que o maior problema presente nesta abordagem do vídeo documentário do Brasil Paralelo (2019) não repousa no fato dos sujeitos que ali se

⁹⁸ Conforme Sacks (2017) discorreu, ter vivenciado um acontecimento não garante a plena consciência deste, pois a memória individual é falível. Além disso, seria necessária uma análise contextual para estabelecer o quanto os fatos relatados correspondem a uma perspectiva mais ampla da época (CERRI, 2011).

⁹⁹ Essa mesma ausência de problematizações e matização foram sentidas por Ávila (2021)

apresentam emitirem suas opiniões acerca dos assuntos abordados, pois em uma sociedade democrática, dentro das limitações legais, este é um direito assegurado constitucionalmente. O problema está no fato de seus idealizadores tentarem atribuir às declarações dos sujeitos ali em destaque um status de “verdade inquestionável”, como se os mesmos fossem especialistas nos assuntos abordados, o que não o são. O historiador Thomas Giulliano, por exemplo, não tem nenhuma especialização ou trabalho de pesquisa voltado para a temática da ditadura civil-militar, mas é apresentado no vídeo como se fosse uma autoridade no assunto¹⁰⁰. O jornalista William Waack, e o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, que também fazem declarações no filme, não possuem credenciais que nos possibilitam identificá-los como sujeitos com amplo conhecimento daquela temática, e sendo assim, o que é expresso ali como sendo “a verdade”, na prática são opiniões fundamentadas no senso comum, nos preconceitos daqueles sujeitos.

Assim como analisaram Martinelli (2020) e Nicolazzi (2019), as produções do Brasil Paralelo são problemáticas e não se sustentam como produções historiográficas sérias, assim como ambicionam os seus idealizadores. A ideia de imparcialidade é facilmente contestada, pois ao observamos a seletividade e a construção dicotômica escancarada nas citadas obras fica evidente a orientação política conservadora e de direita. Além disso, as obras apresentam problemas técnicos metodológicos (omissões de fontes, generalizações, super detalhamento e dimensionamento de alguns eventos enquanto negligência outros, por exemplo) que fazem com que a credibilidade das informações ali inseridas seja, no mínimo, questionável.

Como último aspecto dessas duas obras, é interessante destacar que, em ambas, as produções adotam uma postura negacionista comedida com relação aos eventos ocorridos ao longo da ditadura militar brasileira. Os idealizadores do Brasil Paralelo e as pessoas que aparecem no vídeo não negam diretamente os eventos que ocorreram nesse contexto, o que é feito é um trabalho de relativização, minimização ou omissão dos eventos, passando por diferentes caminhos, mas que em todos os casos deixam evidente que o objetivo é construir a ideia de que a ditadura civil-militar (1964-1985) e tudo que ocorreu ali foi um “mal necessário”, ou o

¹⁰⁰ Formação de Thomas Giulliano, disponível em:
< <https://tinyurl.com/4me736w4> >. Acesso em: 07/11/2021.

“mal menor” se comparado a “outra face da moeda”. Essa visão destoa substancialmente da abordagem de Ustra, como demonstraremos a seguir.

2.3 Sobre Brilhante Ustra

Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um militar brasileiro, que em parte de sua carreira atuou como coronel do exército, tendo maior reconhecimento devido a sua participação à frente do DOI-CODI, durante o período da ditadura militar (1964-1985). Acusado de cometer e encobrir uma série de crimes contra os direitos humanos, já reformado pelo exército, Ustra foi o único ex-militar brasileiro condenado por crimes cometidos contra os direitos humanos durante o regime ditatorial civil-militar brasileiro, a partir de uma ação civil declaratória aberta por algumas de suas vítimas, com efeitos apenas simbólicos (Motta, 2021; Meneses e Melo, 2019). Ustra tem se tornado um símbolo dos saudosistas e defensores da ditadura militar há alguns anos, sendo inclusive homenageado por figuras influentes na política como fora por Jair Bolsonaro, no episódio da votação do processo de impeachment/golpe de Dilma Rousseff, descrito na primeira seção deste trabalho.

Além de seu histórico diretamente ligado à ditadura civil-militar (1964-1985), Ustra também se insere como um dos militares reformados que passaram a produzir conteúdo deste período, compartilhando e formando uma visão específica dos meios militares acerca deste período histórico¹⁰¹. As obras de Brilhante Ustra *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A Verdade Sufocada* (2007), possuem ampla aceitação e disseminação nos meios negacionistas da ditadura civil-militar. Sob o prisma de um sujeito ativo, influente e diretamente ligado a casos de tortura e assassinato ao longo da ditadura civil-militar, passíveis de punições em uma sociedade que preza pela defesa dos direitos humanos, as produções textuais de Ustra trazem outras nuances a serem abordadas em nossa análise.

¹⁰¹ A dissertação de mestrado de Clarissa Santos dos Santos (2016) é bastante informativa quanto a essa questão. Além dos trabalhos de Ustra, a autora analisa a literatura de outros ex-militares, que coincidem em pontos centrais da construção da memória militar a respeito da “contrarrevolução de 1964” e dos “generais presidentes” que o sucederam. Santos destaca aspectos como o descontentamento com a imprensa, com o exército, e com membros da Igreja; o protecionismo quanto aos jovens; o anticomunismo; a estratégia de enumerar “os vitimados pelos terroristas”; entre outros pontos comuns por parte da literatura produzida por esses sujeitos.

A atuação de Brilhante Ustra durante a ditadura, longe de ser desconhecida, era festejada dentro de círculos militares e de políticos conservadores no País. Estima-se que dezenas de pessoas tenham sido assassinadas nas dependências do DOI-CODI entre os anos de 1970-74, período em que ele esteve à frente do órgão. (MENESES e MELO, 2019, p.42)

Diferente do Brasil Paralelo que busca se posicionar como “neutro” perante aos fatos aos quais se propõe a analisar, por sua ligação direta com o regime ditatorial, o referido coronel reformado do exército brasileiro, não pode apelar para este recurso, e sendo assim resta-lhe adotar algumas estratégias distintas (outras nem tanto) para construir as suas “negações do passado”, como acusar os seus críticos de serem vingativos e revanchistas. Na prática o que Ustra faz em suas obras é apontar o ressentimento como fator que levariam aos detratores do regime ditatorial (1964-1985) a agirem, e sendo assim Ustra os acusa de estarem buscando vingança ou mesmo sendo traidores (caso da Imprensa).

Devido ao contexto de produção, é imprudente estabelecer uma espécie de inserção implícita dos trabalhos de Ustra no bojo de produções típicas do olavismo¹⁰², no entanto, há algumas relações explícitas¹⁰³ e pontos chaves¹⁰⁴ que são comuns em um dos trabalhos (2007), o que dificilmente seria mera coincidência. Ustra faleceu em 15 de outubro de 2015, por isso aspectos como seguidores e a influência digital ativa deste na atualidade não se aplicam a este sujeito, fazendo assim com que a sua influência resuma-se ao saudosismo por parte de grupos conservadores, que reverenciam a participação deste à frente da ditadura civil-militar e utilizam a sua literatura negacionista relacionada a este período para embasar suas argumentações.

¹⁰² Devido ao fato das obras de Ustra serem em um caso anterior e em outro contemporânea com a estrutura que descrevemos aqui como o olavismo, pode-se sustentar tanto que Ustra se apropriou da estrutura narrativa olavista em suas obras, quanto que Olavo de Carvalho se apropriou das afirmações e estruturas narrativas de Ustra, e por isso qualquer convicção nesse sentido é imprudente.

¹⁰³ Ustra cita diretamente Olavo de Carvalho em seu segundo livro (2007) demonstrando ciência do trabalho do pseudo-filósofo.

¹⁰⁴ Gramscismo, por exemplo.

2.3.1 O negacionismo de Ustra

Antes de iniciarmos a descrição dos registros textuais de Ustra, faz-se necessário contextualizar o momento de confecção destas. Diferentemente das obras do Brasil Paralelo, que foram realizadas com um curto intervalo de tempo entre elas (entre 2018 e 2019), os documentos redigidos por Ustra foram produzidos em um intervalo de aproximadamente duas décadas (1987-2007) de diferença, tendo assim motivações e contextos bem distintos para a sua elaboração. De antemão é importante destacar que em nenhum momento em suas produções, Ustra demonstra algum tipo de arrependimento, tenta se desculpar, ou reconhece os atos condenáveis cometidos pelos militares relacionados ao regime ditatorial (1964-1985). Pelo contrário, o que Ustra faz, em seus registros textuais, na prática, é negar fatos já reconhecidos como consolidados por especialistas da ditadura militar, além de enumerar supostos sujeitos ligados a grupos terroristas atuantes ao longo do período. Podemos observar nesse exercício uma contradição lógica simples, pois, Ustra nega veementemente os eventos violentos decorrentes das forças de repressão e censura do regime ditatorial militar, mas em seu trabalho dedica-se a justificar esta mesma violência que antes afirmou não existir, citando exemplos, que segundo este, seriam “crimes mais graves”.

Outro ponto relevante, que distancia os textos de Ustra (1987-2007) das produções do Brasil Paralelo (2018 e 2019), é que este não evita falar abertamente sobre sua admiração e proximidade com os militares (não que o Brasil Paralelo não nutra esses aspectos, mas, ao menos, eles não os exibem abertamente, tentando transparecer neutralidade). Na prática, o ex-coronel não se priva de falar e detalhar os seus ex-companheiros de farda, isso incluindo o próprio como membro do exército, que por sua vez na visão de Ustra é formado por sujeitos valorosos, corajosos e eficientes. Seguindo um caminho diferente do tomado pelo Brasil Paralelo, ao se inserir na narrativa e descrever à sua maneira suas experiências e como seriam os militares participantes naquele regime, Ustra tenta despertar no leitor outros sentimentos além dos habituais temor e repulsa pelo “comunismo”. O ex-militar tenta trazer ao seu público sentimentos como compaixão, admiração e proximidade para com os militares, como demonstraremos adiante.

Fugindo também da simplificação textual adotada pelo Brasil Paralelo (2018 e 2019) e das narrativas guiadas pelo olavismo, Ustra (1987-2007) produz seus registros textuais como tentativas, ainda que frustradas, de emular produções acadêmicas sérias, utilizando referências bibliográficas e citações diversas. Pode-se estipular que isso ocorre devido a finalidade expressa por cada autor em suas obras, pois o Brasil Paralelo deixa evidente que tem por objetivo atender ao seu público alvo, leigo e compactuante, trilhando para isso um caminho que renega e orienta aos seguidores a ignorar ideias que contrariem os ideais que estão sendo ali expressos. Já Ustra pretende ser mais combativo, refutando e atingindo frontalmente outros sujeitos – aqueles que, supostamente, irão enfrentá-lo apontando suas inconsistências. Podemos especular que o Brasil Paralelo escreve para atingir aos seus, enquanto Ustra escreve em resposta e prevendo o confronto com outros.

Em ambas os documentos de Ustra (1987-2007) podemos evidenciar o uso do inimigo comum, o comunismo, aqui diretamente associado ao terrorismo e as guerrilhas, o seu superdimensionamento como uma estratégia para criar uma atmosfera de perigo iminente e incontrolável. Essa construção nas obras de Ustra segue um padrão etnocêntrico, também comum nas obras do Brasil Paralelo (2018 e 2019), que detalharemos na seção posterior. Além disso, ainda trilhando o mesmo caminho percorrido pelo Brasil Paralelo (2018 e 2019), Ustra (1987-2007), em boa parte do seus registros, dedica-se a descrever exaustivamente os atos que este atribui a “grupos terroristas”, ou seja, aos opositores da ditadura civil-militar, que por sua vez, na maioria das vezes são descritos pelo autor de maneira superficial, genérica e desumanizada.

O primeiro livro de Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio* (1987), pode ser visto como uma resposta deste coronel reformado do exército brasileiro às denúncias levantadas pela então deputada federal e atriz, Bete Mendes. No Uruguai, no ano de 1985, ocorreram alguns encontros da deputada com Ustra, e foi em uma dessas ocasiões, quando Ustra ocupava o cargo de Adido, um embaixador, representante do governo brasileiro naquele país, que a deputada, então de viagem em missão oficial pelo Estado brasileiro, reconheceu o ex-coronel como sendo um dos seus torturadores no período em que esteve presa no Doi-Codi. Bete Mendes reportou o fato ao então presidente da República, José Sarney, solicitando que ele estabelecesse o afastamento de Ustra do cargo que ocupava, somado a isso, leu uma carta de repúdio na Câmara dos Deputados Federais, endereçada ao

comandante do exército. A atitude de Bete Mendes resultou no afastamento de Ustra, que conseqüente retornou ao Brasil. Com isso, podemos apontar este livro como resposta a estes fatos, pois Ustra, neste contexto, pretende “num resumo, mostrar parte dessa guerrilha e desmentir categoricamente a Deputada BETE MENDES, mostrando, através de documentos e de depoimentos [sic], que fui por ela acusado de crimes que não cometi” (1987, não paginado).

Seguindo o que já foi expresso no início desta subseção, Ustra não demonstra arrependimento ou reconhece a autoria das denúncias feitas por Bete Mendes contra ele. Em um trecho específico o autor enumera o que segundo ele seriam mentiras proferidas pela atriz/deputada, entre estas, vale destacar, nas palavras de Ustra, que a deputada em questão “mentiu quando disse que foi torturada por mim”, mentiu quando “disse ter visto ‘corpos de pessoas inocentes e que estão na lista dos desaparecidos’”, e mentiu quando disse que “durante a prisão sofreu torturas físicas e psicológicas de todos os tipos” (1987, não paginado).

Ao longo do seu texto o ex-coronel se diz injustiçado e caluniado, assim como aos militares, que como Ustra, seriam as verdadeiras vítimas naquele momento. Os militares que participaram e conduziram o regime ditatorial militar brasileiro são expostos por Ustra, como sendo alvo da ingratidão da sociedade brasileira, pois estes teriam se esforçado para libertar o Brasil do comunismo, mas passaram a ser vistos como criminosos depois da redemocratização¹⁰⁵. Em certo trecho Ustra afirma “Contando parte de minha vida, pretendo, neste livro, mostrar que a Deputada, além de me caluniar, cometeu uma ingratidão”, o tipo de afirmação que evidencia a sua pretensão, que seria fazer com que a deputada, e a população brasileira como um todo, desenvolvam uma espécie de *síndrome de Estocolmo* por seus algozes torturadores¹⁰⁶.

Em certo trecho Ustra (1987) demonstra descontentamento para com os Direitos Humanos, como se estes se dedicassem apenas a proteger “terroristas”, postura essa semelhante a argumentos de sujeitos guiados pelo negacionismo olavista atual, que costumam relacionar os atos em defesa dos Direitos Humanos

¹⁰⁵ Essa acusação feita por parte dos militares, de que haveria uma “suposta ingratidão” da sociedade brasileira para com estes, e o seu papel desempenhado na “contenção do perigo comunista”, foi evidenciada por Santos (2016), por Bauer (2017) e por Meneses e Melo (2019).

¹⁰⁶ “A ‘Síndrome de Estocolmo’ foi cunhada pelo criminologista Nils Bejerot, que colaborou com a polícia durante o sequestro. Ela se desenvolve a partir de tentativas da vítima de se identificar com seu raptor ou de conquistar a simpatia do sequestrador, considerada uma doença psicológica aleatória.” Definição extraída de < <https://tinyurl.com/mujf3t4j> >. Acesso em: 13/11/2021.

com atos que visam proteger exclusivamente a bandidos. Em tom de desabafo o militar reformado afirma:

Por que o “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, pela palavra do seu conselheiro Jair Kríschke, nunca veio a público para condenar os atos terroristas? Seria isso revanchismo? Entretanto, quando a esquerda nos ataca ou calunia [sic], não é isso, também revanchismo? E os Direitos Humanos? Eles são válidos somente para os terroristas, subversivos e agitadores? E aqueles que os combateram, que ficaram inválidos ou que foram por eles assassinados, não têm, também, os seus Direitos Humanos? (1987, não paginado)

O mesmo tipo de crítica é dirigida a setores progressistas da Igreja¹⁰⁷, que tiveram atuações ao longo da ditadura civil-militar:

Nunca tomei conhecimento de que os setores progressistas da Igreja, os mesmos que defendem com tanto ardor os subversivos e os terroristas, tenham, como Pastores da Igreja, subido aos púlpitos para condenar, veementemente, as organizações terroristas que fizeram muitas vítimas, na sua quase totalidade católicos praticantes. Querem edificar um monumento aos terroristas que assaltaram, que roubaram, que assassinaram e que queriam implantar uma ditadura de esquerda no Brasil. Vão oferecer esse monumento às “Vítimas da Tortura”. (1987, não paginado)

Neste primeiro trabalho há críticas aos direitos humanos, a mídia, aos setores progressistas das igrejas que se posicionaram como opositores ao longo da ditadura, e a intelectuais críticos do regime ditatorial. Existem ainda críticas direcionadas aos livros, dispostas em trechos como “É absolutamente falsa a versão que os livros de esquerda dão, dizendo que datilografávamos [sic] esta Declaração para que o preso a copiasse” (1987, não paginado). Estas críticas são pontuais, e de fato não são o foco desta obra. Brilhante Ustra (1987) concentra seus maiores ataques à “guerrilha armada” e as acusações feitas por Bete Mendes. Sendo assim, embora neste primeiro livro, o general reformado do exército brasileiro, percorra ligeiramente alguns caminhos corriqueiros do negacionismo da ditadura civil-militar, alguns que inclusive são comuns ao olavismo (ataque a esquerda, ataque a intelectualidade, ataque a defesa dos direitos humanos, como exemplos), devido aos diferentes contextos envolvidos, não seria acertada a iniciativa de buscar estabelecer aspectos como continuidades, rupturas, ou ainda influências do olavismo neste texto desenvolvido por Ustra, ou vice-versa.

¹⁰⁷ O livro *Brasil Nunca Mais*, com sua primeira edição em 1985, já havia sido publicado, e como veremos adiante, influenciará na mudança de postura do coronel reformado para com a Igreja, mas por alguma razão, nesta obra este não é citado por Ustra.

O trabalho de Ustra (1987), quanto a sua dinâmica, possui uma estrutura narrativa que se afasta do negacionismo olavista e das obras do Brasil Paralelo, pois não apresenta uma visão unilateral da ditadura civil-militar, pois, ainda que de maneira seletiva, ele cita algumas vozes destoantes a sua. Este aspecto, é inclusive ampliado pelo próprio autor em sua obra posterior (2007), que se apresenta ainda mais repleta de citações e como inovação, tenta validar seus argumentos utilizando uma bibliografia, como veremos adiante. No livro de 1987 a negação dos eventos que envolvem a ditadura civil-militar remontam à origem do golpe de 1964, atos aos quais Ustra vivenciou à sua maneira. A participação ativa de Ustra à frente do Doi-Codi faz com que a visão negacionista expressa em seu livro primeiro (1987), provavelmente, seja formada em sua maior parte por seus interesses particulares, somados à experiência vivenciada e compartilhada com seus pares naqueles episódios. É plausível supor que naquele momento Ustra dispunha de pouca bibliografia negacionista para embasar sua obra (1987), afinal a ditadura militar havia se encerrado recentemente e, portanto, compreende-se porque nesta o militar reformado faz mais uso dos documentos que dispunha devido o seu tempo de trabalho, do que de fontes bibliográficas advindas de terceiros.

Em alguns poucos casos desse livro, Ustra despende espaços para descrever algumas “terroristas”, como no caso da Própria Bete Mendes, tratada por este como “Rosa”, seu codinome quando fazia parte da VAR-PALMARES, “Bia”, uma encarcerada que esteve grávida no DOI-CODI em 1971, e “JOANA”, atingida de raspão por um disparo, socorrida e tratada no hospital da repartição (USTRA, 1987, não paginados). Tentando proximidade e bondade para com seus prisioneiros, Ustra se prende por longos momentos, descrevendo a sua forma, como ele, os militares, e em um destes casos, a sua própria esposa, eram compreensivos, fornecendo tratamento digno aos terroristas enclausurados, e buscavam reconduzir estes transformados, sobretudo os jovens ludibriados pelo comunismo, aos braços da sociedade. Tal descrição contrasta frontalmente com as descrições generalizantes, sucintas e desumanizadas, feitas por Ustra sobre diversos outros opositores do regime ao longo de todo o livro, ou condizem com as evidências e denúncias que atestam diversos tipos de violência sofridos por prisioneiros do regime ditatorial militar, como evidenciaram a CNV (2014) e suas homônimas em âmbito local. Mas o que nos interessa nessa abordagem, é a evidente estratégia de Ustra, que tenta desconstruir nos seus leitores a percepção de que os militares seriam radicais e

intolerantes com quaisquer opositores, ou seja, o ex-militar evita a desumanização de si e dos seus pares, ao mostrar piedade para com “terroristas dignos de redenção”, e compaixão por estes, ao devolvê-los reabilitados ao convívio social. É um trabalho de humanização da imagem dos militares, utilizando para isso a figura dos jovens, que são nervosos, influenciáveis e contestadores por natureza, e por isso são facilmente cooptados pelos comunistas, isso de acordo com as descrições de Ustra e de outros militares (SANTOS, 2016).

Pode-se dizer que *a Verdade Sufocada* (2007), segunda registro textual de Ustra, é uma versão amadurecida e aprofundada do negacionismo referente à ditadura civil-militar presente em seu primeiro livro (1987), não fugindo ou trazendo inovações significativas ao seu produto final. De fato, o que o autor faz em seu segundo projeto é condensar a sua primeira obra (que pode ser vista como o “esqueleto” do segundo livro), adicionando a essa novas informações vindas de fontes diversas. Citações bibliográficas negacionistas (Olavo de Carvalho, o Orvil, e TERNUMA¹⁰⁸, são exemplos) e outras não (manual do Guerrilheiro, de Marighella, Carlos Fico, Brasil Nunca Mais, e TORNUMA¹⁰⁹, por exemplo), trechos de manchetes de jornais, e conteúdo online são utilizados exhaustivamente, visando dar musculatura a redação do seu texto, e levar a objetivos equivalentes aos de sua primeira obra. De fato, podemos identificar que as diferenças mais significativas entre estas obras (1987-2007), situam-se justamente na diferença do comedimento adotado por Ustra ao redigi-las.

Para tentar validar seu discurso, e expor os “seus inimigos”, Ustra (2007) faz uso de citações longas, repetitivas, com um rigor metodológico bastante questionável. Na prática o que temos é uma obra densa e extensa, que supera em muito a concisão vista no seu primeiro trabalho, que por sinal é “reaproveitado de maneira diluída” ao longo deste livro. Acreditamos que essa mudança se dê fundamentalmente pelo contexto em que foi produzida essa segunda obra, pois, conforme mencionado, naquele momento (início e meados da década de 2000),

¹⁰⁸ O grupo *Terrorismo Nunca Mais* (TERNUMA), foi criado no ano de 1998, por um grupo de civis e militares da reserva, em resposta às ações da entidade *Tortura Nunca Mais* e as atitudes desfavoráveis de algumas autoridades públicas em relação à história da “revolução de 1964” (Rocha, 2015, p.58). O site deste grupo foi criado no ano 2000, apresentando-se como apartidário, mas trazendo em suas postagens mensagens de cunho político e a favor da ordem capitalista e autoritária (Rocha, 2015).

¹⁰⁹ Grupo Tortura Nunca Mais. Maiores informações em: < <https://tinyurl.com/52txdm3h> >. Acesso em: 20/02/2022.

algumas medidas demonstravam que o pacto de silêncio acordado no período de transição democrática, entre civis e militares, passava por alguns questionamentos, e com isso Ustra e o regime ditatorial militar (1964-1985) vinham sofrendo críticas de várias frentes. Além disso, o também já citado advento da internet, e por consequência das redes sociais, podem ter possibilitado a Ustra um maior contato com outras fontes e influências, fato evidenciado pela variedade de citações e referências de canais virtuais apontadas pelo autor. De fato, o que observamos é que o uso indiscriminado e irregular de citações torna mais extenuante a tarefa de acompanhar integralmente as ideias transmitidas por Ustra, ou ainda a refutação desta, pois além dos problemas metodológicos identificados na sua aplicação, a verificação da veracidade de todas essas é um trabalho extenso, que dificulta e muito a sua contestação.

Tratando dos problemas metodológicos nas citações e referências utilizadas por Ustra (2007), estas representam uma fragilidade substancial devido à maneira irregular que são apresentados ao longo do livro, possivelmente demonstrando uma ausência de rigor, intencional ou não, por parte do próprio autor. Em alguns momentos as citações são demasiadamente longas, como, por exemplo, na subseção *a Imprensa e a Contra-revolução* (p.78 - p.83), em que o autor faz uso de diversas citações longas, uma delas de aproximadamente uma lauda, de maneira irregular e pouco objetiva. Já em outros trechos, Ustra faz cortes bruscos nessas, descaracterizando o contexto em que estas estavam inseridas, e possibilitando inclusive inferir suposições que não condizem com a ideia inicial de quem as proferiu. Isso ocorre, por exemplo em:

Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, autor do aclamado *Como eles agiam*, sobre o funcionamento do regime, Carlos Fico chama de ficção a idéia [sic] de resistência democrática. Ele também ataca a crença de que a luta armada foi uma escolha motivada pela ação do AI-5. "Ao pegar em armas é anterior ao ato institucional. Alguns grupos de esquerda defenderam a radicalização antes de 1968 - garante ele." (USTRA, 2007, p.114)

Ainda sobre a citação acima, além da descaracterização e da inferência de ideias que se distanciam do que foi estabelecido pelo autor original¹¹⁰, observa-se a

¹¹⁰ Carlos Fico (2014) reconhece a existência de resistência armada contra a ditadura antes de 1968, ainda que pouca significativa para o contexto mais amplo. Entretanto, este afirma que o golpe de 1964 não foi sem vítimas e "cirúrgico", como defende Ustra (2007), e assim como os posteriores, os anos que antecedem a implantação do AI5 foram de perseguição, violência e censura por parte dos

insuficiência de referências bibliográficas, o que é outro problema de irregularidade recorrente nesta obra de Ustra. Em algumas citações o ex-coronel traz as referências bibliográficas seguindo minimamente os padrões acadêmicos preestabelecidos, como em “MALINA, Salomão – secretário-geral do PCB – O Globo – 01.09.2002, pág.12B” (2007, p.112), ou em “TORRES, Raymundo Negrão. O Fascínio dos tempos de chumbo, p.1 (2007, p.70). Já com relação a outras citações, Ustra dá informações insuficientes, impossibilitando a verificação das mesmas, como no trecho de Carlos Fico, utilizado acima. A citação abaixo, apresenta o mesmo problema, a insuficiência de dados que possibilitem a sua verificação, e, assim como a anterior, é feita de forma sequencial, junto de diversas outras citações, o que dificulta estabelecer onde seria o começo e o fim destas, ou ainda se são citações integralmente, ou se estão mescladas com inferências de Ustra:

Aarão Reis discorda:

As esquerdas radicais se lançaram na luta contra a ditadura, não porque a gente queria uma democracia, mas para instaurar o socialismo no país por meio de uma ditadura revolucionária, como existia na China e em Cuba. Mas, evidentemente, elas falavam em resistência, palavra muito mais simpática, mobilizadora, aglutinadora. Isso é um ensinamento que vem dos clássicos sobre a guerra... (2007, p.113)

Sobre as duas citações acima, por insuficiência de dados, não foi possível localizar e conseqüentemente atestar a veracidade da primeira, já a segunda foi encontrada em dois sites de procedência questionável. O primeiro destes seria o site que se dedica a fazer propaganda do livro de Ustra (2007)¹¹¹, carregando assim o mesmo problema deste. Já o segundo site, chamado *Esquerda*¹¹², não demonstrou um rigor maior ao de Ustra, pois ao apresentar este trecho, acrescentou-lhe um novo parágrafo, não trazendo nenhuma indicação de que conheceria a sua real procedência. Sua data de publicação é 29/03/2014, e portanto, pode ser uma replicação, talvez do site dedicado ou do próprio livro de Ustra.

Nesse segundo registro textual o militar dedica-se mais a construir uma narrativa superdimensionada do perigo comunista, um inimigo comum retratado como sendo atuante em amplo recorte temporal, com influências internacionais incisivas e potencializadoras, que se reinventou passando a proliferar e controlar a

militares aos seus opositores. Com isso, a lógica defendida por Ustra nessa seção, de que o “terrorismo de Estado” seria uma resposta a resistência armada é contrária ao que defende Fico.

¹¹¹ Disponível em: < <https://tinyurl.com/4jpvxvru> >. Acesso em: 04/02/2022.

¹¹² Disponível em < <https://tinyurl.com/hwe3ewb2> >. Acesso em: 04/02/2022.

sociedade brasileira silenciosamente por setores estratégicos. Com frases como “Falava-se abertamente, que, a partir de 1º de maio, o Brasil estaria completamente comunizado” (2007, p.67), Ustra busca justificar e explicar “a contrarrevolução” de 1964 e o “regime militar” que o sucedeu, ao mesmo tempo em que tenta alimentar a ojeriza ao comunismo de forma geral. Se na primeira obra (1987) Ustra busca responder às acusações realizadas por Bete Mendes, em seu segundo trabalho o militar reformado visa contrapor as ações de grupos que vinham tentando reconhecer, expor e reparar os males perpetrados pelos militares durante o período ditatorial (1964-1985).

Creio ser imperioso desmistificar versões veiculadas, maciçamente, por alguns órgãos da imprensa escrita, falada e televisada, por partidos políticos, por professores e outros outros [sic] formadores de opinião, que têm recursos, platéias e oportunidades de difundir, com uma visão ideológica e ressentida, o que ocorreu no Brasil em passado recente. (USTRA, 2007, p.28)

O autor segue ainda com a mesma postura apresentada em seu primeiro livro (1987), demonstrar descontentamento devido a ingratidão exposta por parte da sociedade, pois esta não saberia reconhecer os “belos serviços prestados pelos militares” ao Brasil:

Não esperava que um dia eu seria injuriado e caluniado por ter cumprido o meu dever, lutando em uma guerra perigosa e suja, contra inimigos desconhecidos, militarmente treinados no exterior e dispostos a tudo, para implantar no Brasil uma ditadura de inspiração marxista-lenista. (2007, p.169)

Como afirma Ustra, “A razão pela qual resolvi escrever o que sei, vendo e vivendo as situações descritas, é, exatamente, a parcialidade em todos os movimentos de ‘resgate da história’, sempre contada por participantes de um só lado” (2007, p.186). Parcialidade, uma acusação comumente proferida pelos meios negacionistas na atualidade, é apontada como um dos motivadores do ex-coronel, naquele momento. Além disso, podemos observar nessa mesma afirmação que a ambição de Ustra neste segundo texto não se limita mais a contestar as versões dos fatos proferidas por uma pessoa (no caso do livro de 1987, a atriz e deputada federal, Bete Mendes), mas sim a versão da ditadura civil-militar mais aceita pelos meios especializados.

Com relação à Igreja, comparado à sua primeira obra (1987), dentro deste contexto (2007), há um aumento significativo das críticas feitas por Ustra. Em seu livro (2007), o ex-militar pretende se contrapor a Dom Paulo Evaristo Arns e outras figuras que naquele momento se mobilizaram para ter acesso a documentos oficiais, antes sigilosos, das forças armadas, e começaram a produzir obras como o livro *Brasil Nunca Mais* (1985), tornando-se assim um dos principais opositores do Regime ditatorial militar (MENESES e MELO, 2019). O ataque de Ustra a Dom Paulo Evaristo Arns estende-se às forças da Igreja Católica que se opuseram à ditadura civil-militar, sendo inclusive, bem mais evidentes nesse livro. O ex-coronel, ao longo de sua obra, tenta deixar evidente como no seio da Igreja, sempre houve elementos alinhados ao “Comunismo”.

A violência era pregada abertamente. Grupos armados, em vários pontos do País, invadiram propriedade, com a conivência de autoridades e de membros da Igreja Católica. (2007, p.64)

Um grupo de esquerda na Igreja Católica, composta entre outros, por Dom Hélder Câmara, Dom Antônio Fragoso, os padres Francisco Lago, Alípio de Freitas e pelos jovens de esquerda Católica - Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) - divergia na forma de ação. Os integrantes mais radicais desses grupos de jovens, impedidos de exercer atividades políticas no seu meio, se agruparam e se estruturaram dentro de novas concepções. Despertados pelo ideal da “revolução brasileira”, organizaram um novo grupo, que contava, em sua grande maioria, com universitários, intelectuais e artistas. (Ustra sobre a formação da Ação Popular. 2007, p.74)

Assim como ocorre com a Igreja, existe o aumento do número e no nível das críticas tecidas à Imprensa, entre o primeiro (1987) e o segundo livro (2007), publicados por Ustra. Sob a alcunha de “traidora”, a Imprensa ganha uma subseção, dedicada a “comprovar” como esta passou de uma apoiadora incontestada do regime ditatorial militar, a um daqueles que criticavam as iniciativas dos agentes militares após um determinado momento. A mudança de posicionamento de parte da imprensa (de apoiadora antes do golpe de 1964, para crítica do regime a partir do momento que se costurava o processo de redemocratização) é um fato que corrobora com algumas pesquisas historiográficas, como as de Meneses (2013) e Lohn (2013), que se dedicaram ao caso do jornal Folha de São Paulo, ou ainda Juremir Machado da Silva (2014. Apud. ROCHA, 2015, p.63), que se debruçou sobre o caso do jornal Correio da Manhã. Essas análises fazem com que a postura descontente de Ustra nos pareça mais compreensível, afinal ele se deparava

naquele momento com críticas de um setor que fora tão leal às ações adotadas pelos militares em determinados momentos.

Essa mesma imprensa que, em 1964, pedia a renúncia de Jango ou a ação imediata da sociedade brasileira, para pôr fim à desordem, hoje, é tomada por uma estranha amnésia, fruto, certamente, dos profissionais da esquerda que povoam e dominam suas redações. (USTRA, 2007, p.82)

Seguindo padrões próximos ao negacionismo, e aos grupos conservadores de extrema direita atuais, o autor apresenta ataques maiores contra os “direitos humanos”, e a outros lugares comuns, em construções como “vivemos em uma ditadura do politicamente correto...” (2007, p.172), citação que poderia ser facilmente atribuída a afirmações de Olavo de Carvalho, Brasil Paralelo ou outros canais negacionistas do presente. Termos relacionados à doutrinação ideológica comunista (2007, p.42), Foro de São Paulo (2007, p.72) e a influência do gramscismo na esquerda, dando a esta as bases para uma guerra cultural (2007, p.113) também são utilizados pelo autor, com diferentes abordagens, adequando-se à redação do texto. Como mencionado anteriormente, neste trabalho Ustra também vale-se do uso de termos ofensivos, a hipérbole desqualificadora (ROCHA, 2021), para se referir a seus desafetos. Além disso, a origem do “perigo comunista” no Brasil, nesta obra (2007), é relacionada a fundação do PCB em 1922 (Em seu primeiro trabalho Ustra associa o início ao golpe de 1964). Essas mudanças na abordagem indicam possíveis intercâmbios, ou ainda o alinhamento de Ustra com alguma (s) rede (s) negacionista (s) da época.

Com relação ao “inimigo comum”, o ex-chefe do DOI-CODI do II Exército enumera diversas figuras retratadas como terroristas e pouco detalhadas ao longo da obra, assim como em seu trabalho anterior (1987), mas diferentemente deste, Ustra seleciona alguns como sujeitos centrais, os quais trata como verdadeiros “vilões”, arquitetos na condução da revolução comunista no país. Entre essas figuras estão Luís Carlos Prestes (1889-1990), Carlos Marighella (1911-1969) e Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Estes são retratados como as mentes pensantes do comunismo brasileiro, têm uma descrição um pouco mais detalhada, embora seus atos sejam sempre, “como os demais inimigos do regime militar”, relacionados a “atividades subversivas cruciais”, em momentos onde o Brasil esteve mais próximo de “sofrer um golpe comunista”.

Finalizando, conforme foi apresentado, as quatro obras negacionistas analisadas (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019) apresentam proximidades, quanto a uma série de pontos chaves e referentes a algumas opções argumentativas adotadas por seus respectivos autores ao tratarem da ditadura civil-militar brasileira. Conforme previsto, embora existam distanciamentos entre os trabalhos, existem zonas de aproximação recorrentes, e portanto, há a possibilidade de estabelecer paralelos que nos capacitem a lidar, de maneira mais embasada, com outros sujeitos que se valham dos mesmos recursos em sua retórica.

3 NEGACIONISMO E PERSPECTIVA DOCENTE

Retomando o diálogo estabelecido no primeiro capítulo, podemos observar que no Brasil atual discursos negacionistas relacionados à ditadura civil-militar são recorrentes, e isto se deve em boa parte ao chefe do Executivo nacional, que frequentemente busca advogar sobre esta questão. A forte ligação do governo Bolsonaro com os meios militares, tendo inclusive diversas indicações de membros das forças armadas a cargos de comando do governo, fazem com que o negacionismo quanto a eventos arrolados nesse período sejam temas recorrentes nos meios de comunicação formais e nas mídias sociais.

A disputa de espaço com conteúdos de vertente negacionista em esfera pública é muito difícil, pois, como descrito, alguns grupos a frente destas iniciativas possuem redes super estruturadas além de aportes econômicos (Brasil Paralelo, por exemplo), podendo assim impulsionar e dar maior visibilidade a suas publicações em espaços significativos de redes sociais como *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. Embora existam grupos dedicados a produzir conteúdo científico fundamentado e de qualidade em diferentes mídias sociais, disputando espaço e confrontando grupos negacionistas, no atual cenário, essa é uma disputa desigual, devido ao alcance que os canais dedicados a essas empreitadas atingem. Muitas das vezes essas iniciativas partem de pessoas independentes, em certos casos docentes, sem financiamento, movidos apenas pela determinação de disponibilizar conteúdo aos seus pares e alunos do ensino básico, havendo assim uma desproporção abismal dos recursos e do alcance destes se comparado a outras fontes disseminadoras de informação que possuem financiamento.

Conforme já frisado, devido a divergências de abordagens, podemos destacar dois alvos que sofrem constantes ataques de canais negacionistas: o conhecimento científico, materializado no espaço acadêmico e suas produções, e o espaço escolar, marcado pela ação docente. Sobre esse primeiro, apesar da ocorrência de ataques frequentes, estes não representam ameaça significativa para a autonomia do meio acadêmico, sua produção e a liberdade de docentes do ensino superior. Sem poder adentrar e interferir mais incisivamente na produção acadêmica e na autonomia

daqueles docentes, resta aos disseminadores do negacionismo, tentar minar tudo relacionado ao meio científico com ataques depreciativos no ciberespaço¹¹³.

Com relação ao segundo foco de ataque, o espaço escolar, este sofre iniciativas mais incisivas, pois, provavelmente os grupos negacionistas enxergam na escola um alvo mais vulnerável. Podemos deduzir algumas razões para tal, como: os alunos, sujeitos ainda em formação, podem parecer mais suscetíveis a aceitar o discurso negacionista; ou ainda, os propagadores de discursos negacionistas podem conceber a escola como um local onde possam ser formadas visões resistentes ao seu discurso. Nas redes sociais a desconstrução de um discurso negacionista é bastante difícil, mas, se o professor cessa ou reduz, a aceitação destas narrativas no espaço escolar, formando sujeitos questionadores das informações que são apresentadas, capacitados a pensar historicamente (CERRI, 2011), a tendência é que se reduza a propagação do negacionismo em outras instâncias.

Independente das razões que os movem, conforme evidenciado, observa-se que a educação básica é frequentemente atacada e disputada por grupos negacionistas. Grupos como o Escola Sem Partido e o Brasil Paralelo atacam frequentemente a figura dos docentes, tentando desacreditar a sua imagem, ou ainda tentando interferir diretamente na possibilidade desses lecionarem livremente, um problema real para estes profissionais.

Ao tratar do negacionismo o docente deve se atentar que narrativas desta natureza tendem a explorar alguns lugares comuns, entre estes, a exploração de um suposto inimigo comum. Vinculado a esse, essas narrativas exploram outros dois personagens idealizados: os militares e seus apoiadores, o antagonista do inimigo comum; e a população brasileira, uma figura homogênea e ingênua, perdida nos meandros da Guerra Fria. Tendo em vista essa estrutura, as primeiras subseções que seguem buscarão delimitar a figura do inimigo comum, e de forma adjacente, os outros dois referidos personagens explorados em narrativas negacionistas. Esta explanação servirá como base para quatro planos de aulas, desenvolvidos a partir

¹¹³ Em episódio de podcast o Professor Marcos Napolitano descreve a dificuldade do discurso negacionista brasileiro em adentrar na produção científica. Devido a sua dificuldade de inserir-se no meio acadêmico estes sujeitos partem para a desqualificação do meio acadêmico como sendo um “antro de comunistas”, assim, estes atribuem o seu fracasso ao tentar adentrar nesses espaços a um suposto alinhamento ideológico, e não a evidente incapacidade de estruturar as suas narrativas de maneira metodológica, obedecendo a lógica e o empirismo científico. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9ymfndz>>. Questão levantada aos, 0:21:50 minutos do áudio. Acesso em: 08/04/2022.

de pontos recorrentes observados na bibliografia negacionista consultada, que serão apresentados ainda nesta seção.

Tendo em vista o que foi estabelecido, as próximas subseções trarão respectivamente: a descrição de como é construído o imaginário do inimigo comum pelas narrativas negacionistas; apresentação e problematização das quatro propostas didáticas desenvolvidas. Por fim, teceremos as considerações finais. De maneira adjacente apresentaremos o produto resultante desta dissertação, entendendo que neste formato seja possível adotar uma apresentação mais maleável ao público-alvo deste texto.

3.1 O inimigo comum

Um dos recursos argumentativos mais exaustivamente utilizados nas obras negacionistas relacionadas à ditadura civil-militar é o reforço sistemático da figura do inimigo comum. O inimigo comum seria uma força utilizada para canalizar todos os males de uma nação, monopolizando assim a imagem daquilo que deve ser combatido, afastado e expurgado daquela sociedade. As quatro abordagens pedagógicas aqui propostas perpassam a figura do inimigo comum, direta ou indiretamente, e sendo assim, a presente abordagem serve para destacar esta linha argumentativa negacionista, auxiliando na aplicação destas em sala de aula.

A figura do inimigo comum expressa pelo negacionismo da ditadura militar brasileira (1964-1985), tal qual pelo olavismo, converge sistematicamente para o mesmo sujeito, aquele que eles denominam de maneira simplista como “comunista”. A construção do inimigo comum percorre caminhos que se assemelham aos da desqualificação nulificadora, termo descrito na subseção onde tratamos do olavismo e da retórica do ódio.

Nas obras analisadas (USTRA, 1986 e 2007; Brasil Paralelo, 2016 e 2018) observa-se os seguintes traços recorrentes: evita-se atribuir qualquer traço civilizatório mínimo ao outro, qualquer atitude que seja guiada por sentimentos que possam ser moralmente admiráveis, constrói-se a imagem deste ser um ser exterior a aquela realidade, e ainda, evita-se denominar ou classificar esses sujeitos com substantivos ou adjetivos que lhes concedam qualquer traço de dignidade. Assim

sendo o inimigo comum sempre é denominado como comunista, terrorista, guerrilheiro, esquerdista ou subversivo. Estes têm seus atos descritos como pragmáticos e frios, guiando-se por um único objetivo, a implantação do comunismo, valendo-se de meios cruéis e extremos para atingir essa meta. Em suma, o inimigo comum seria uma figura unilinear desumanizada, perigosa, que vive apenas para um propósito exterior à sociedade em que atua, e que, portanto, deve ser erradicado. Este inimigo comum é culpabilizado, ou seja, é tratado como único responsável por toda ação violenta que possa ser direcionada contra ele, e sendo assim, o seu descarte não deve despertar remorsos nos demais sujeitos.

Sobre este tema os registros textuais de Ustra (1986 e 2007) servem melhor como exemplos, não que o Brasil Paralelo (2016 e 2018) não o faça, mas sim pelo fato de Ustra ser mais explícito em sua abordagem, enquanto aquele outro se apresenta de maneira mais contida nesse aspecto. O ex-coronel, em seus dois livros, evita ao máximo atribuir aos “terroristas” qualquer traço de humanidade. Este evita estabelecer laços afetivos entre seus opositores e outras pessoas, classificá-los com termos que sejam “positivos”, e busca, por outro lado, condicioná-los a comportamentos orientados por um pragmatismo extremo. Pode-se dizer que a desqualificação nulificadora do inimigo comum evidenciada em Ustra não se priva ao cometer excessos, deixando exposta as suas pretensões.

Nessa busca por desumanizar o inimigo comum, Ustra vale-se de um tratamento desigual, que é observado ao longo de seus textos em diversos aspectos. Destacamos a questão das mortes como exemplificação, pois a descrição das pessoas que vieram a óbito ao longo da ditadura civil-militar é descrita de forma completamente desigual por Ustra (não que outras descrições também não sejam). Em casos de falecimento de pessoas ligadas às forças militares o coronel reformado do exército não se priva de expor os mínimos detalhes, em trechos como “A bala atingiu-o no ombro esquerdo e atravessou o tórax, saindo pelo lado direito, logo abaixo da axila”¹¹⁴, trazendo uma descrição precisa do ato cruel e desumano praticado pelos guerrilheiros. Essas descrições de pessoas “vitimadas pelos comunistas”¹¹⁵, muitas das vezes vêm acompanhados por fotos, longos parágrafos e páginas emotivas, que descrevem um pouco da trajetória de vida do falecido, a dor e

¹¹⁴ Caso do Major de Infantaria José Júlio Toja Martinez Filho. Ustra, 1986, não paginado.

¹¹⁵ Termo usado por Ustra, e que evidencia a parcialidade deste. Sujeitos feridos pela resistência armada da ditadura são descritos como vítimas, já aqueles que são alvo de violência desencadeada pelas forças opressoras do regime, são terroristas.

sofrimento de familiares e amigos, a comoção das forças armadas e a falta que representará a ausência daquele sujeito para a sociedade. Por outro lado, os óbitos de sujeitos associados a guerrilha, são expressos por Ustra concisamente, descritos em sentenças simples como “— e dois terroristas — um morto e outro ferido”¹¹⁶. Estes não têm amigos, vínculos familiares, ou sua perda causará dor ou sofrimento a alguém, não farão falta a sociedade e por isso não merecem honras. Ustra trata os óbitos destes “terroristas” como uma espécie de eutanásia, um ato de misericórdia indolor para criaturas anômalas a sociedade brasileira.

Segundo o ex-coronel, aqueles que resistiam às forças ditatoriais estavam alheios à sociedade brasileira, toda interação com essa ocorrência quase que automaticamente, servindo a interesses externos, guiando-se por um pragmatismo evidenciado em trechos como “Educados e com modos gentis, conquistaram a simpatia dos moradores do lugar. Esse procedimento fazia parte da técnica de aliciamento dos guerrilheiros” (2007, p.174), “Treinada para obedecer aos chefes, disciplinada, jamaiz saindo da linha proposta pelo partido, foi, antes de tudo, um fantoche à disposição do Exército Vermelho” (2007, p.46, grifos meus), ou ainda “a lavagem cerebral e o comprometimento com as organizações subversivas os tornavam reféns do terror e verdadeiros autômatos” (2007, p.177, grifo meu).

Esse objetivo único mostra-se claro também em trecho onde Ustra descreve as ações realizadas pelos “guerrilheiros” para libertarem os seus companheiros aprisionados pelos militares. Como motivação para tal, o ex-coronel é taxativo ao afirmar que “o objetivo do seqüestro foi o de libertar os militantes que, por saberem demais, poderiam comprometer a segurança das organizações terroristas”¹¹⁷. Não há valores morais, companheirismo ou compaixão, apenas um objetivo gélido, e todas as ações desencadeadas visam atingir este.

A figura do inimigo comum é explorada por essas narrativas valendo-se, sobretudo, de caminhos narrativos que corroboram para a construção de uma imagem que pretende instigar no leitor/espectador dois sentimentos centrais acerca dessa figura desumanizada, o terror e o medo. A via narrativa utilizada para instigar esses sentimentos explora três problemas estruturais recorrentes, que acabam sendo ignorados, por atingirem os seus fins. Estes sentimentos de medo e terror são alimentados, sobretudo, por narrativas problemáticas que exploram a imagem de um

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ustra, 1987, não paginado.

inimigo comum indefinido, superdimensionado e exterior à sociedade em que se encontra.

3.1.1 Indefinição do sujeito

O comunismo é o único movimento político de alcance mundial, com existência contínua há mais de um século e meio e recursos financeiros superiores aos de qualquer organização concorrente. E é quase mais hábil do que o diabo em fazer-se de inexistente.¹¹⁸

Embora exista a priori uma presumível identificação do comunismo como sendo a figura central do inimigo comum, isso não é o suficiente para delimitar efetivamente o que seria este inimigo, pois, os critérios apresentados nas narrativas negacionistas para classificar algo ou alguém como sendo comunista, são vagos, irregulares e flexíveis (assim como a própria definição do que seria efetivamente comunismo para eles). Sendo assim, é relevante uma problematização maior deste conceito no viés negacionista.

Vemos sujeitos e temas das mais diversas naturezas possíveis sendo categoricamente classificados ou associados a “atos de comunista” por seguidores do negacionismo, explorando as diversas possibilidades abertas com a premissa da existência de uma guerra cultural (ROCHA, 2021). Muitos dos sujeitos classificados como comunistas, por aqueles que se guiam pelo viés negacionista, apresentam comportamento notoriamente distante do que se entende como comunismo dentro dos preceitos básicos do marxismo¹¹⁹, o que torna bastante difícil delimitar o que exatamente viria a ser “um comunista” dentro desta perspectiva de maneira geral. Alguns dos aspectos que são apontados como sendo intrinsecamente de sujeitos comunistas de acordo com esse tipo de retórica referem-se a: posicionamentos políticos ligados a camadas menos favorecidas da população; a defesa de pautas ambientais, atos que apoiem pautas identitárias, inclusivas e de combate aos diversos tipos de preconceitos; e atitudes que critiquem a desigualdade social e a

¹¹⁸ CARVALHO, Olavo de. Publicado no Twitter, em 21 de dezembro de 2021. Twitter: @OdeCarvalho. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3m5zuba6> >. Acesso em: 30/03/2022.

¹¹⁹ Luta de classes, coletivização dos meios de produção, estatização da economia, por exemplo, ou seja, afastam-se dos preceitos básicos mais frequentemente encontrados em obras marxistas.

exclusão econômico-social. No entanto, esses não são aspectos bem consolidados e tampouco restritivos quanto a quem viria a ser um comunista, podendo ser adaptados para que outros sujeitos com atitudes dissonantes ao discurso negacionista passem a integrar a figura do inimigo comum. Como exemplo podemos observar casos de figuras públicas (caso da neoliberal, Miriam Leitão¹²⁰) ou de partidos políticos que historicamente se posicionam à direita (caso do PSDB, partido de centro-direita¹²¹) que passaram a ser sistematicamente apontados como comunistas (esquerdistas) a partir de determinado posicionamento que desagradaram a cúpula do negacionismo olavista.

Se no discurso negacionista da ditadura civil-militar não há uma definição clara da figura do inimigo comum, a partir de algumas análises podemos constatar alguns aspectos importantes a respeito deste tema. O mais relevante destes é que a indefinição do que seria o inimigo comum é um recurso estratégico pragmático. Tal pragmatismo existe porque a indefinição possibilita a inclusão indiscriminada de sujeitos no espectro do outro que deve ser combatido. Também o é por possibilitar infinitas atualizações deste mesmo conceito, de acordo com o interesse daquele que o emprega, tornando cada vez maior o escopo daqueles que devem ser considerados como comunistas, sem que os sujeitos guiados por aquela cosmologia identifiquem as suas inconsistências e contradições¹²². E por último, é pragmático porque atende aos fins almejados e não a uma necessidade didático elucidativa dos critérios discriminatórios ali adotados. As obras negacionistas analisadas não descrevem o que é o comunismo, ou definem quem seriam os comunistas, pois assentam o seu discurso na retórica do ódio, onde o outro não deve ser compreendido e/ou assimilado, mas sim destacado para que venha a ser combatido.

Ainda sobre os aspectos que podemos constatar, mesmo diante da indefinição do que viria a ser o inimigo comum dentro da óptica das narrativas negacionistas, diante de algumas constatações recorrentes e óbvias, podemos

¹²⁰ Jovem Pan, uma rede de informações virtuais, radiofônicas e televisivas, que apoia indiscriminadamente o presidente Jair Bolsonaro e pautas negacionistas, falando sobre Miriam Leitão e o seu suposto “enviesamento a esquerda”: < <https://tinyurl.com/3385z4n4> >. Acesso em: 21/01/2022.

¹²¹ Jovem Pan, sobre o PSDB ser um partido de esquerda. < <https://tinyurl.com/3c26xrw7> >. Acesso em: 21/01/2022.

¹²² Podemos observar como essa volatilidade do inimigo comum é fecunda para alguns grupos, na mudança de orientação das narrativas negacionistas/olavistas, por exemplo, quando o combate ao comunismo por vias armadas perdeu viabilidade no discurso negacionista, e este passou a defender a tese de um “perigo comunista” configurado em uma guerra cultural. O inimigo comum segue o mesmo princípio, mas a definição daqueles que seriam perseguidos foi atualizada. Ao invés de guerrilheiros, professores universitários, jornalistas e artistas seriam os novos alvos (ROCHA, 2021).

atribuir uma definição própria, uma não corroborada pelos sujeitos negacionistas, mas que atende as pretensões do presente exercício de compreensão e delimitação de quem seria o “inimigo comum” nas perspectivas negacionistas. No caso do negacionismo, de uma maneira geral, observamos que as pessoas que personificam a figura do inimigo comum são sempre aquelas que contrariam, criticam ou questionam os preceitos daquela perspectiva cosmológica. Assim como ocorria durante a ditadura civil-militar, a delimitação de quem é uma pessoa “comunista” ou não para os negacionistas, baseia-se mais em critérios práticos do que em discriminatórios. Independente de posicionamento político, do quanto se posicione contra pautas inclusivas, ou que ao longo dos anos tenha apoiado a direita conservadora, se alguém toma uma atitude contrária aos preceitos defendidos pelo negacionismo em um determinado momento, passará a fazer parte do inimigo comum e será taxado como comunista.

Com relação a negação da ditadura civil-militar, nas obras verificadas, e nas análises da produção historiográfica sobre essa temática (Motta, 2021; Fico, 2014; Napolitano, 2014), observou-se postura semelhante, onde o inimigo comum, associado genérica e pejorativamente a termos como comunista/criminosos, eram na realidade aqueles que contrariavam os interesses dos militares em algum momento, que se mostravam como opositores e desagradaram ao regime, em diversos casos não cometendo atos contrários a lei (atual ou em vigor na época), ou apelando a via armada para demonstrar seu descontentamento quanto ao regime ditatorial. Estes foram os casos do ex-governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e Adhemar de Barros, ex-governador do estado de São Paulo, que apoiaram os militares na implantação do golpe de 1964, mas passaram a ser tratados como *personas non grata* do regime ditatorial em curto intervalo de tempo, por entrar em desacordo com os anseios dos que estavam a frente do regime (Fico, 2014; Napolitano, 2014). Do mesmo modo foram tratados alguns militares, que assim como constataram Fico (2014) e Vasconcelos (2010), nos momentos que sucederam ao golpe de 1964, foram perseguidos por serem identificados pelos sensores como “fiéis a ordem constitucional”, e por isso, suscetíveis a colocarem-se como questionadores do novo regime, por este ser autoritário e ilegal. Seguindo a natureza hierárquica dos meios militares (as patentes), esses militares propícios à “subversão” foram sendo compulsoriamente punidos de maneiras distintas (reforma, suspensão, cassação dos direitos políticos, etc). Em levantamento feito no período

entre 1964 e 1970, Vasconcelos (2010; p.91-94) pode contabilizar um total de 1487 militares punidos, sendo, dentre estes, 551 oficiais das diversas patentes, punidos por seu envolvimento em movimentos legalistas anteriores (apoio ao general Lott em 1961, por exemplo), e 936 militares de patentes mais modestas (sargentos, cabos, suboficiais, etc), que foram punidos por “razões preventivas”, pois tiveram contato com superiores “subversivos”.

Tanto no passado da ditadura civil-militar, quanto no presente, o anticomunismo vem sendo utilizado de maneira oportunista pela direita conservadora, conforme frisou Motta (2021, p.23):

Outra forma de uso oportunista, igualmente atual, é aproveitar o medo do “vermelho” para combater todos tipo de movimento social que demanda direitos ou reformas. No decorrer da nossa história, a repressão anticomunista foi dirigida não apenas contra os comunistas propriamente, sempre minoritários, mas contra todos movimentos progressistas.

A concepção de inimigo comum indefinida, disseminada em discursos negacionistas do regime ditatorial militar brasileiro reduz todos aqueles que foram contrários a ditadura civil-militar a “guerrilheiros/terroristas/comunistas”, o que já foi comprovado como sendo uma visão maniqueísta do período (MENESES, 2021). Tal concepção deve ser desmistificada, pois serve exclusivamente aos fins negacionistas, ao tentar justificar atos violentos com generalizações infundadas.

3.1.2. Superdimensionamento do sujeito

O comunismo NÃO É um sistema econômico, não é uma "ideologia", não é um "regime". É um movimento político voltado à conquista do poder mundial e à total dominação das consciências — o movimento político MAIS VASTO E PODEROSO QUE JÁ EXISTIU.¹²³

Outra estratégia de abordagem utilizada para a construção do inimigo comum é o superdimensionamento de quem viria a ser este e qual seria o seu real poder de atuação, utilizando-se para isso os descritos caminhos da hipérbole desqualificadora, um dos artifícios da retórica do ódio. Nesse sentido existe um forte exagero a tudo

¹²³ CARVALHO, Olavo de. Publicado no Twitter, em 30 de dezembro de 2021. Twitter: @OdeCarvalho. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ynfj4xv5>>. Acesso em: 30/03/2022.

que é relacionado ao comunismo, desde o seu poderio bélico até a sua real influência na sociedade brasileira. É válido destacar que a indefinição da figura do inimigo comum, descrita anteriormente, corrobora com esse superdimensionamento, pois a inclusão indiscriminada de inúmeros sujeitos e suas ações dentro de um mesmo grupo logicamente aumenta as proporções deste.

Além disso, a ideia do comunismo como sendo um inimigo exterior, um mal que opera em esfera global, tema a ser aprofundado a seguir, também é utilizada para superdimensionar a real proporção deste dentro do caso brasileiro. Ustra (2007, p.130), por exemplo, utiliza esse superdimensionamento do comunismo, em estruturas como “A União Soviética, com o apoio incondicional de Fidel Castro, usando os partidos comunistas e organizações marxistas-lenistas dos países latino-americanos, iniciou uma campanha para dominar com a ideologia comunista a América Latina”.

A fronteira a ser defendida passaria a ser ideológica (e não mais geográfica) e o inimigo seria, primordialmente, um “inimigo interno”, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo (NAPOLITANO, 2014, p.10. Apud, ROCHA, 2015, p.54)

Se ao longo das décadas de 1960 e 1970 havia nações com evidente influência do comunismo, o contexto particular brasileiro não permite inferir ao mesmo um poder de influência tão grande da União Soviética nos rumos sociais, políticos ou econômicos¹²⁴. Ao propor uma narrativa que condiciona uma perspectiva local baseada a um panorama global, sem especificar as nuances que distanciam cada caso, as narrativas negacionistas induzem os leitores/espectadores a uma visão distorcida do contexto.

O inimigo comum é apresentado tendo o seu poder aumentado, sua real esfera de atuação aumentada, e o poder de persuasão/influência acentuados. Esse superdimensionamento é explorado de forma conveniente através do vídeo da produtora Brasil Paralelo (2016), quando por exemplo, juntamente com trecho transcrito abaixo, são apresentadas imagens que supostamente estariam ligadas ao período ditatorial militar. Vale destacar que entre as imagens apresentadas como

¹²⁴ Vale destacar que a rede de espionagem e propaganda norte-americana era mais ampla e mais bem equipada do que a soviética, contando com influência acentuada no Brasil, o que é minimizado pela direita. (MOTTA, 2021, p.40). Além disso, Motta (2021) traz alguns episódios, como o caso Kvita, que demonstram como os militares davam pouca importância para a espionagem internacional (no caso Chinesa), poucos dias após o golpe de 1964.

sendo ligadas à guerrilha brasileira, são intercaladas outras de movimentos revolucionários do mundo (notadamente asiáticos), passando a ideia errônea de que ambos teriam proporção e potencial bélico semelhantes, podendo realizar os mesmos feitos.

Após o 31 de março, esses grupos (guerrilhas rurais e movimentos armados) passam a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a anos tenebrosos. O terrorismo revolucionário se torna cotidiano: o crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros. Assaltos a bancos e estabelecimentos comerciais, explosão de bombas em lugares públicos, fuzilamento e tortura de inocentes. Os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que quisessem desistir da luta armada. Os comunistas brasileiros seguiram o exemplo de seus companheiros ideológicos, que em outros países já somavam mais de *50 milhões de assassinatos* em nome da revolução.

No vídeo há o superdimensionamento mais efetivo, pois este se vale da gama variada de recursos audiovisuais para potencializar a mensagem transmitida àqueles que assistirem ao vídeo, mas, em síntese, as quatro obras aqui detalhadas (USTRA, 1986 e 2007; Brasil Paralelo, 2016 e 2018) percorrem o mesmo caminho para atingir esse fim. Estas detalham exaustivamente as movimentações que estariam ligadas à figura do inimigo comum, e tentam expor aspectos que distorcem a real proporção destas movimentações.

Esta distorção e superdimensionamento do inimigo comum pode ser observado de maneira curiosa ao comparar os registros de Ustra (1987 e 2007). O primeiro livro do ex-coronel (1987) traz uma abordagem que identifica a figura do inimigo comum, o comunismo, nos anos que antecederam ao golpe de 1964. Interessante compreender que no ano de elaboração deste livro a internet ainda não estava tão disseminada no Brasil¹²⁵, sendo assim, como mencionado, podemos pressupor que Ustra não tenha tido muito contato com outras fontes negacionistas por este canal, o que pode explicar o caráter mais contido da sua descrição do que teria sido a atuação terrorista/comunista. Embora cite a “intentona comunista” (1935) neste trabalho, Ustra (1987, não paginado) não estabelece uma ligação direta entre esse evento e os ocorridos ao longo da ditadura civil-militar, ou seja, ao menos essa forma de superdimensionamento não é ainda explorada por este. Em seu segundo trabalho é possível identificar o contato de Ustra (2007) com outras figuras negacionistas, Olavo de Carvalho (p.121), entre essas, e isso é sentido ao longo das

¹²⁵ A internet passou a ser de acesso público no Brasil a partir de 1994.
< <https://tinyurl.com/bdfmarhp> >. Acesso em 22/01/2022

páginas, em vários aspectos, nos interessando o superdimensionamento do perigo comunista que segue algumas linhas comuns do negacionismo mais recente.

A figura do inimigo comum passará a ser descrita por Ustra (2007) a partir de 1922, data de fundação do PCB – Partido Comunista Brasileiro – quando este supostamente começou a corromper as mentes dos jovens brasileiros (2007, p.38). Ustra (2007) estabelece também que os comunistas teriam tido duas tentativas de tomada de poder e implantação de uma ditadura no Brasil, sufocadas pelos militares antes do golpe de 1964. Seriam essas a intentona comunista de 1935 (2007, p.46) e a “manobra constitucional” de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, quando foi imposto que Jango assumisse a presidência com poderes limitados, em uma espécie de parlamentarismo (2007, p.70).

Antes de tratarmos do assunto aqui em questão é importante destacar alguns pontos relevantes quanto às “tentativas de golpes comunistas” levantadas por Ustra. Primeiro que a “intentona comunista” é um episódio reconhecido, e sim, houve uma tentativa de golpe liderado pela ANL – Aliança Nacional Libertadora – que foi rapidamente extinguido, devido a sua baixa adesão popular e por estruturalmente contar com poucos recursos. Conforme descreveram Fico (2014) e Motta (2021), esta não representou um risco substancial para o regime que a sufocou, e na realidade, a tentativa de golpe em questão serviu mais como um artifício político utilizado pelas forças estatais de Getúlio Vargas (1930-1945), do que como uma real ameaça ao seu regime naquele momento.

O anticomunismo se consolidou no país na década de 1930, na sequência da insurreição revolucionária de novembro de 1935, que a memória oficial nomeou “Intentona Comunista”. Essa tentativa fracassada da esquerda (liderada por comunistas, mas com participação de pessoas sem militância também) provocou resposta violenta do estado e dos setores sociais dominantes, que capricharam na repressão e na propaganda. (MOTTA, 2021, p.22)

Sabe-se que a “Intentona Comunista” é um fato comprovado, contudo maior do que a real ameaça representada por esta foi a sua utilização como justificativa para realizar ações anticomunistas com fins políticos a posteriori. Este foi o caso do forjado plano Cohen de 1937 (FICO, 2014, p.71), e como a “intentona comunista” é usada por Ustra (2007), pelo Brasil Paralelo (2018 e 2019) e por outros autores negacionistas para defenderem a ditadura militar na atualidade. De toda forma, a relação estabelecida por Ustra (2007) entre a intentona comunista (1935) e os

eventos que antecedem a ditadura civil-militar (1964) em si é grosseira, por sugerir um continuísmo comunista, sem trazer para isso qualquer evidência que estabeleça o mínimo de proximidade entre o contexto e as motivações presentes nestes dois momentos. Tratando especificamente da década de 1960, como último ponto, vale destacar, que, assim como em 1964, não existem indícios que atestem a iminência de uma tentativa de golpe comunista em 1961, ou um golpe materializado, como Ustra (2007) tenta sustentar. No trecho abaixo, Motta descreve bem o contexto da década de 1960, e expõe certa fragilidade na afirmação de “que o Brasil se aproximava do comunismo”:

Os comunistas não estavam em vias de controlar o país e nem tinham recursos para tanto. Segundo uma fonte ‘insuspeita’ - os órgão de inteligência norte-americanos-, em 1963 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) reunia entre 25 mil e 40 mil militantes, em um país com 75 milhões de habitantes. As mesmas fontes calculavam que o partido tinha então entre oito e onze deputados federais (eleitos por outras legendas, já que o PCB era ilegal à época), sendo que a Câmara tinha pouco mais de quatrocentos deputados. (MOTTA, 2021, p. 36).

Pelo contrário, em 1961, as forças que são acusadas pelos negacionistas de tentarem assumir o poder por meios ilegítimos atuavam dentro da legalidade, e buscavam assumir o governo brasileiro naquele momento através dos dispositivos constitucionais, e em 1964, embora João Goulart tivesse orientações voltadas para o trabalhismo e dialogasse com sujeitos ligados ao comunismo, não apresentava pretensões comunistas ou de que tentaria se manter além do estabelecido constitucionalmente na presidência, nem mesmo se valendo dos dispositivos legais que dispunha naquele momento (FICO, 2017, P.8-11; MOTTA, 2021, p.38;59).

Retomando a questão do superdimensionamento, embora as afirmações de Ustra não se sustentem empiricamente, a ampliação da atuação do comunismo no Brasil é eficiente dentro dos anseios do negacionismo da ditadura militar. Dentro da óptica construída, desde 1922 a presença do inimigo comum se faz presente em solo nacional, alastrando-se, planejando a qualquer momento dar início a uma revolução que visa converter o Brasil em um país socialista. A “intentona comunista” é a exceção que justifica a regra, a imposição do parlamentarismo como requisito para que Jango assumisse a presidência é usado para reforçar a ideia de que existem indícios de uma revolução comunista constante, e através destas citações é construída a atmosfera que superdimensiona o poder de atuação do inimigo comum, levando os leitores a percepção de um risco permanente e longínquo.

Essa construção narrativa que tenta amparar a necessidade do golpe de 1964 como solução para um perigo comunista com origens em 1922, representando este então um risco iminente para os valores tradicionais da direita conservadora brasileira, também é utilizada nas obras do Brasil Paralelo (2018 e 2019). Na questão do superdimensionamento esta abordagem é efetiva em sua proposta, pois um mal que persiste por décadas mantendo suas pretensões, e sempre pronto a atacar, provavelmente causa pânico maior do que um perigo pontual, um perigo de atuação curta e que possa ser eliminado com ações precisas.

Não por acaso, os discursos negacionistas buscam ampliar as suas projeções do inimigo comum também no futuro. Se as narrativas negacionistas buscam a origem do perigo comunista no Brasil em 1922, por sua vez anacronicamente estabelecessem que a sua atuação é intensa e cada vez mais determinante no presente (POPOLIN, 2019). Este prisma é novamente amplificado utilizando-se a crença na existência de uma guerra cultural (ROCHA, 2021), pois esta faz com que o comunismo hoje em dia se faça presente em praticamente todas as esferas da sociedade atual. As obras negacionistas analisadas (USTRA, 1986 e 2007; Brasil Paralelo 2018 e 2019), assim como o olavismo canalizaram a ação do comunismo brasileiro, relacionando esse a alguns partidos de esquerda. Embora existam outros partidos de esquerda com vinculações diretas ao comunismo (o caso do PSOL, PSTU e PCdoB, por exemplo), no Brasil a direita conservadora tem por hábito associar de forma mais recorrente o comunismo a um partido em específico, o PT – Partido dos Trabalhadores – atualizando a figura do inimigo comum, superdimensionando anacronicamente a esfera de atuação do comunismo até os dias atuais.

Em algumas obras negacionistas analisadas, embora não se mostrem de maneira explícita, ocorrem ataques a figuras ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Esse é o caso do vídeo do Brasil Paralelo (2019), por exemplo, quando por volta dos 122 minutos ouve-se “um desses foi José Genoíno”, de maneira totalmente aleatória para aquele momento do vídeo. De maneira visivelmente desconexa com o contexto do vídeo, enquanto fala sobre guerrilheiros que teriam ido à “China de Mao Tsé Tung” aprender técnicas que foram utilizadas posteriormente no Araguaia, o narrador cita o nome de Genoíno, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, de maneira rápida e deslocada, como uma espécie de sinalização. No final do mesmo vídeo, por volta dos 157 minutos aparecem imagens de figuras do PT no contexto da ditadura civil-

militar ou na atualidade, como é o caso de Dilma Rousseff e Lula, ex-presidentes da república. Essas pontuações na obra servem ao propósito de superdimensionar o inimigo comum, o Comunismo, alimentando desta forma o medo e ojeriza nos conservadores da direita no passado e no presente, um perigo contínuo ao longo das décadas.

O trabalho de Ustra (1987) e o livro do Brasil Paralelo (2018) são exceções nesse quesito. No caso de Ustra, provavelmente pelo contexto em que se insere, onde o PT ainda não havia comandado o Executivo nacional e se estabelecido como um partido de forte representatividade no cenário brasileiro, ou ainda não estava diretamente ligado a iniciativas que retomavam pautas que segundo os grupos negacionistas da ditadura civil-militar deveriam ficar “enterradas”, faz com que logicamente possamos estabelecer que o primeiro trabalho de Ustra ainda não carregava em si um “antipetismo”. Já o motivo desta escolha feita pelo Brasil Paralelo em seu livro (2018), não nos parece evidente.

De toda a forma, em sua segunda obra (2007) Ustra cita algumas figuras do período pós redemocratização¹²⁶ e não se priva de apontar o PT ou figuras associadas a este¹²⁷ como sendo “revanchistas”, pois a “abertura dos arquivos” em 2006, segundo este, seria um artifício utilizado para acobertar escândalos de corrupção aos quais aqueles estavam envolvidos.¹²⁸

Em 2005, diante das denúncias de que Fidel Castro “investiu” com três milhões de dólares na campanha eleitoral de Lula em 2002, o ditador cubano, com o descaramento e a teatralidade dos grandes donos da verdade, enfaticamente afirma que Cuba jamais interveio nos assuntos internos do Brasil. (2007, p.143)

Um outro método que induz o espectador/leitor ao superdimensionamento é evitar comparações ou ainda buscar distorcê-las em alguns casos. O material analisado do Brasil Paralelo é notável neste primeiro aspecto. Ao longo do vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* (2019) ou do livro *entre mitos e verdades* (2018) a produtora é determinada na tarefa de descrever “o perigo comunista no Brasil”, a influência socialista na América Latina, e as ações dos grupos de guerrilha no nosso

¹²⁶ Vale destacar que Fernando Henrique Cardoso e algumas pessoas ligadas a esse são citados também algumas vezes, e associados algumas vezes a uma espécie de revanchismo. (2007, p.160)

¹²⁷ Lula, p.143; José Dirceu, p.185, e Frei Beto, p.219.

¹²⁸ O autor relaciona MST - Movimento Sem Terra – Ligas camponesas, como se o primeiro fosse continuidade do segundo, e ambos fossem guerrilhas rurais, prontas para implantarem o comunismo, este primeiro sob o comando do Partido dos Trabalhadores. (USTRA, 2007, p.72).

país. É importante frisar que em momento algum os idealizadores destas obras expõem o que representaria efetivamente “o perigo comunista”, frente a outros elementos pertinentes, como por exemplo as forças oficiais do estado brasileiro que as combatiam naquele momento, para que os espectadores/leitores de suas obras possam fazer uma análise comparativa e constatem que realmente era um perigo de grandes proporções.

Não há um trabalho comparativo entre os números do que representava a resistência armada brasileira com os mesmos números relacionados às forças repressivas do regime, impossibilitando uma visão plena do que representaria na prática um embate de um grupo contra o outro. Ainda sobre este ponto, fala-se sobre a influência da URSS e do comunismo na América Latina naquele momento, mas não se realiza um trabalho comparativo destes com o real poder de atuação dos EUA e do capitalismo na América Latina, ou até mesmo no mundo, pois essa análise comparativa demonstraria uma superioridade evidente deste último sobre o primeiro¹²⁹. Em seu livro (2018), os autores do Brasil Paralelo¹³⁰ evidenciam que dispõem e têm conhecimento de dados que trazem a real dimensão dos grupos guerrilheiros no Brasil ao longo do regime (entre outros, o livro menciona que haviam 70 militantes no Araguaia, por exemplo), e o que poderia ser usado em comparações com os contingentes das forças armadas é apresentado de maneira unilateral, como se fosse uma força de oposição armada equivalente. O que é evidente é que a produtora Brasil Paralelo opta por omitir dados relevantes para uma análise comparativa, pois esses não corroboram com a sua tese de que “não havia nada maior que o comunismo naquele momento”.

Se o Brasil Paralelo evita apresentar dados que possibilitem ao seu público comparar a resistência armada brasileira com as forças oficiais que a combatiam, Ustra segue em sua primeira obra (1987) um caminho distinto. Este tenta utilizar os arquivos e dados que coletou para construir o seu “perigo superdimensionado”. Talvez Ustra tenha tido problemas devido a fragilidade desta abordagem, pois em sua segunda obra (2007) o ex-coronel passa a seguir a tendência mais comum nas demais obras negacionistas analisadas, omitindo dados que possibilitem ao leitor

¹²⁹ Tratando-se da América Latina, enquanto podemos apontar Cuba e alguns movimentos guerrilheiros que não conseguiram tomar o poder em seus países de origem como sendo da área de influência da URSS, por seu turno, os EUA influenciavam diretamente diversos governos locais em todo continente, estabelecendo o seu poder por meio de ditaduras como a brasileira, a paraguaia, a argentina e a chilena, entre outras.

¹³⁰ O conteúdo do livro é creditado a Henrique Zingano e Mariana Goelzer.

comparar o inimigo comum com outros sujeitos. Contudo, vale-nos aqui, que talvez, por ainda desconhecer a potencialidade da omissão como um recurso negacionista, em sua obra de 1987, o militar reformado do exército brasileiro, vale-se de um “contorcionismo argumentativo”, para tentar distorcer a superioridade evidente das forças repressoras do regime frente à resistência armada.

Esse “contorcionismo argumentativo” é evidenciado, por exemplo, no episódio onde Ustra (1987, não paginado) tenta descrever o cerco realizado pelas forças oficiais contra Lamarca e os revolucionários da VPR, Vanguarda Revolucionária Popular, em 1970 no Vale da Ribeira. Neste caso, o autor esforça-se para enumerar supostos fatores que favoreciam a resistência naquele contexto, mesmo que na prática fosse um combate envolvendo 19 guerrilheiros contra cerca de 3000 homens atuando pelas forças oficiais. Ainda sobre esse episódio, é relevante destacar como Ustra busca inferiorizar materialmente e, tecnicamente, os recursos que dispunham os militares. Segundo a construção argumentativa do autor as forças repressivas do regime ditatorial teriam sido exitosas apenas pela determinação e honra dos homens do exército brasileiro (traços que Ustra afasta sistematicamente do inimigo comum), e não pela evidente superioridade em número de homens e recursos aos quais as forças do regime ditatorial, ao qual este era aliado, tinham ao seu dispor:

A título de ensinamento convém ressaltar que o emprego das Forças Armadas para combatê-los não foi o adequado. Convém frisar que estávamos enfrentando, pela primeira vez, uma Guerrilha Rural e as nossas fontes de consulta eram os manuais do Exército Americano. Friso bem a palavra MANUAIS. Jamais nos valem, em nosso país, de instrutores de outros Exércitos, para nos ensinar a combater. (USTRA, 1986, não paginado)

Por outro lado, outros elementos como o armamento “melhor”, o conhecimento da região, ou menor contingente, são apresentados por Ustra como sendo fatores que dariam vantagens aos guerrilheiros, pois possibilitaria a estes “se esconder facilmente e armar emboscadas”. Ustra (1987) visa acentuar o despreparo dos homens que compunham as forças governamentais naquele momento, enquanto supervaloriza o preparo dos guerrilheiros, como tentativa de justificar o evidente fracasso retratado em sua descrição, sem que com isso contradiga o superdimensionamento do perigo construído por este. Também podemos pressupor que essa abordagem se dê por “orgulho pessoal”, pois é compreensível que Ustra não queira admitir que os “valorosos militares do exército brasileiro” não foram

exitosos nesse episódio de “combate ao comunismo”, mesmo estando em situação evidentemente superiores aos guerrilheiros que combatiam.

Ustra vale-se de uma estratégia argumentativa recorrente em obras negacionistas, a que tenta construir uma narrativa que conduza o leitor à ideia errônea de que as forças da resistência armada e as forças as quais dispunham os militares do regime ditatorial eram equivalentes, ou ainda que essas primeiras eram superiores. Existem dados relevantes para sustentar que diametralmente o aparato e o contingente das forças que dispunham os militares à frente da ditadura no Brasil (1964-1985) era superior e muito ao das forças que se opunham ao regime, e Ustra tinha conhecimento disso. Embora (1987) tente minimizar o aparato de que dispunham as forças opressoras em certas ocasiões do livro (400 homens nos DOI e 50 no Centro de Informações do Exército, em Brasília), ele entra em contradição em outras ao citar que as forças armadas, as polícias civis e militares, nas diversas situações somarem-se ao contingente do DOI/CODI, engrossando o aparato das forças desses órgãos, e elevando sobremaneira o seu poder de atuação.

Toda a construção das obras (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019), embora com abordagens diferentes, segue uma mesma estratégia, aquilo que na Argentina se convencionou a chamar de “teoria dos dois demônios”¹³¹. Tenta-se a ideia de que havia uma disputa diametralmente oposta, onde ambos os lados se equivaleriam e, portanto, o que se desenrolava seria uma disputa justa onde um dos lados sagrou-se vencedor por detalhes. Essa teoria não se sustenta, pois tanto a violência desencadeada pelo aparato ditatorial quanto a força que esse tinha disponível estava em nível extremamente superior ao dos grupos ligados à esquerda no Brasil, e sendo assim, a equiparação dos dois lados é uma justificativa infundada¹³².

Outro meio utilizado por Ustra (1987 e 2007), pelo Brasil Paralelo (2018 e 2019) e por outros sujeitos negacionistas, na tentativa de superlativar o real poder da resistência armada brasileira, é reforçar o preparo destes para o combate. Estes citam o treinamento e as técnicas de guerrilhas que estes, sem exceção, supostamente recebiam de forças comunistas internacionais, o que os tornavam

¹³¹ Descrito por Alberti (2021, p.8) e Bauer (2021, p.45). Corroborado por Bauer (2017), Napolitano (2014), Fico (2017) e Nicolazzi (2019).

¹³² Live disponível em < <https://tinyurl.com/59ms9dvp> >. Acesso em 22/09/2021.

taticamente superiores nesse quesito às forças armadas. Esse aspecto pode ser melhor detalhado na subseção seguinte.

3.1.3 Perspectiva etnocêntrica

Nas obras de Ustra (1987 e 2007) e do Brasil Paralelo (2018 e 2019) existe um esforço evidente para desvencilhar a imagem do golpe de 1964 e da ditadura subsequente de qualquer relação com forças internacionais. Por outro lado, estes constroem a imagem de que seus opositores são vinculados diretamente a influências externas, notadamente da URSS, de Cuba e da China. Essa visão, pode ser tratada como uma “lógica binarista [sic] que foi inventada e é utilizada na Modernidade como forma de denominar ‘o componente negativo da relação cultural’” (NICHOLS e MENDONÇA, 2017, p.11). Além disso, essas obras buscam defender que o regime ditatorial militar seria de interesse da “população brasileira”, sem descrever o que seria propriamente esta, como trataremos adiante.

Em esfera global, Olavo de Carvalho identifica três supostos grupos que estariam à frente do grande plano de dominação mundial, ameaçando entre outros, “o direito natural e inalienável da civilização judaico-cristã ocidental”. Tais grupos seriam: o globalismo composto por bilionários detentores de gigantescas instituições financeiras, que, dos bastidores, controlariam os governos mundiais¹³³; o Islamismo, que é genericamente descrito por Carvalho como sendo uma religião ligada intrinsecamente ao terror; e o comunismo, que no Brasil se materializa na figura do Foro de São Paulo, e que mobilizaria suas forças de acordo com os preceitos de uma guerra cultural (ROSA, RESENDE E MARTINS, 2018; GUIMARÃES, 2021). Este último grupo é o mais significativo para o nosso presente objeto, o negacionismo da ditadura civil-militar, pois as obras analisadas parecem balizar-se por uma estrutura semelhante.

Nas obras de Ustra há um esforço evidente em correlacionar aqueles que resistiram à ditadura a forças externas, e isso é notável na descrição de todos aqueles que são classificados pelo coronel reformado como sendo “terroristas”, pois

¹³³ Contraditoriamente o autointitulado filósofo busca afastar essa dominação do capitalismo e da influência “anglo-americana” (ROSA, RESENDE E MARTINS, 2018; GUIMARÃES, 2021).

impreterivelmente, após a citação do nome ou codinome destes surgem descrições complementares como “que fez treinamento em Cuba”, ou “que esteve em Cuba”, ou ainda “que esteve sob influência de Fidel Castro”. Por outro lado, há uma tentativa de desvincular a ação dos militares e dos grupos civis que os apoiavam, a grupos internacionais.

Podemos compreender esse esforço como uma espécie de etnocentrismo que visa estruturar suas formulações a partir de uma hierarquia dual, que busca distanciar um grupo caracterizando-o como sendo superior, civilizado e natural, ao tempo em que discrimina o outro tratando-o como sendo inferior, bárbaro e exterior aos valores intrínsecos a sociedade evidenciada. De acordo com Rosa, Resende e Martins (2018, p. 169):

Diante disso, constatamos um aumento e até proliferação de informações distorcidas ou mesmo equivocadas operadas a partir de uma perspectiva utilitária, anti-esquerdista, anti-gênero [sic], etc., que estabelece arbitrariamente [sic] os valores ocidentais como os únicos pressupostos da existência de certa humanidade supostamente “civilizada”, definindo como inimigos todos aqueles que questionam quaisquer dimensões de mudanças acerca daquilo que entendem como o comportamento mais adequado para os indivíduos e sociedades, amparadas, sobretudo, em certa idealização saudosista baseada na perpetuação do entendimento filosófico e democrático encontrado na construção caricatural da democracia grega, do direito romano e, em especial, dos valores abalizados pela tradição judaico-cristã.

Podemos observar nas obras negacionistas analisadas ¹³⁴, um conservadorismo de direita que tende a atacar todo movimento progressista que proponha mudanças ao que estes identificam como sendo valores naturais da civilização judaico-cristã ocidental. É evidente que estes valores, tão utilizados nas narrativas negacionistas da ditadura civil-militar, não são características intrínsecas a totalidade da cultura brasileira, ou são valores com origens genuinamente nacionais, porém estes são apropriados dentro desta perspectiva cosmológica como se fossem, passando a ser tratados como fatores determinantes que justificam a exclusão/eliminação de todos que não compartilham destes. Essa perspectiva é seletiva e maniqueísta, pois ignora explicitamente algumas inferências estrangeiras enquanto evidencia e condena outras, visando atender seus próprios interesses, e portanto, como trataremos em momento oportuno, deve ser desmontada.

¹³⁴ Ustra (1987 e 2007); Brasil Paralelo (2018 e 2019).

Existem estudos que comprovam o envolvimento de grupos estrangeiros em atos que antecederam o golpe de 1964, e ao longo do regime ditatorial posterior, o que faz com que a tese de uma atitude pura e autenticamente brasileira não possua sustentação empírica (MOTTA, 2021; FICO, 2008) ¹³⁵. A direita conservadora brasileira e os grupos negacionistas ligados a esta omitem fatos como: os 5 milhões de dólares de financiamento distribuídos entre candidatos opositores a João Goulart nas eleições para os governos estaduais em 1962, feito pelo IBAD – Instituto Brasileiro de ação democrática – ligado à Cia, que pretendia desestabilizar o governo de Jango (MOTTA, 2021, p.26; FICO, 2014, p.75); a existência de documentos que evidenciam um acordo secreto entre os EUA e o Brasil, autorizando este primeiro a utilizar livremente dez bases aéreas estratégicas no território brasileiro (FICO, 2008. p.256) ¹³⁶; a existência da “operação Brother Sam”, de conhecimento dos militares brasileiros na época, que previa apoio estadunidense aos golpistas, caso o aparato destes não fosse suficiente para concretizar a remoção de Goulart do poder em 1964 (FICO, 2014, p.77); ou ainda as inferências e recomendações feitas pela embaixada estadunidense no Brasil durante o mandato de Castelo Branco, indicando medidas que criavam a imagem de um governo moderado, mantenedor da legalidade, enquanto era fomentado por meio da imprensa, notícias insinuando que os militares haviam descoberto planos golpistas/continuístas orquestrados por Jango junto a oposição (Fico, 2014 e 2017; Napolitano, 2014).

Os trechos que seguem evidenciam essa busca de Ustra por formar uma visão etnocêntrica, defendendo a visão de um regime feito exclusivamente por brasileiros para resistir às forças comunistas, segmentos exteriores que buscavam “invadir” a pátria:

As organizações terroristas brasileiras lutavam dentro de um contexto de guerra revolucionária. Uma guerra não convencional onde os terroristas,

¹³⁵ De fato, a época, também não era interessante para a imagem estadunidense, deixar explícito seu apoio a golpes de Estado ou governos ditatoriais. Isso contrastaria com a imagem de “defensores da democracia e da liberdade”, veiculada pelo sistema de propaganda estadunidense ao longo da Guerra Fria. (Fico, 2008)

¹³⁶ Em 1968, em uma base aérea militar no nordeste brasileiro, “um sistema de detecção de energia atômica capaz de monitorar testes ou explosões nucleares no mundo”, equipamento estadunidense, escondido sem conhecimento do governo brasileiro, encontrado e removido em plena ditadura (Fico, 2008, p.258). Tal fato poderia ser interpretado como uma interferência externa e um desrespeito com a soberania nacional brasileira, contudo não é objeto de debate ou revolta, ou é citado no material negacionista analisado.

infiltrados no seio da população, tinham todas as vantagens. Uma guerra onde os militantes eram terroristas mesmo, e não jovens universitários idealistas que “apanhavam da polícia porque discordavam da ditadura”. Uma guerra onde os militantes eram enquadrados por organizações terroristas muito bem estruturadas que recebiam do exterior armas, dinheiro e munições. Uma guerra onde os militantes eram enviados para cursos de guerrilha no exterior e de onde voltavam aperfeiçoados na técnica de implantação do terror. (Ustra, 1987, não paginado, grifos meus)

Em 1961, o Partido Comunista do Brasil passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla “PCB”. Substituiu o do “Brasil” por “Brasileiro”, para mascarar a sua vinculação como seção brasileira de um partido comunista estrangeiro, o Partido comunista da União Soviética. (Ustra, 2007,p.40, grifos meus)

Vale lembrar que as forças oponentes se comportaram de forma cavalheiresca e visceralmente contrária ao que preconizavam os manuais dos revolucionários de esquerda. Enquanto esses preconizavam saques, incêndios e violência, os militares do Exército Brasileiro honraram o legado de Caxias, seu inclito patrono: fidalguidade e respeito com os vencidos e pacificação do país. (USTRA, 2007, p.91, grifos meus)

A abordagem do Brasil Paralelo segue a mesma perspectiva etnocêntrica de Ustra. No documentário há um superdimensionamento do comunismo no Brasil, com articulações ligadas e controladas diretamente pela União Soviética (URSS), que em diferentes momentos da história nacional, através de seus espiões e interventores, influenciava os rumos do Brasil, sobretudo através do controle direto do PCB. Por outro lado, é estabelecida uma construção maniqueísta e binária, que reduz o papel estadunidense no contexto da Guerra Fria, e atribui a este uma imagem utópica, como mantenedor da ordem e dos valores positivos da civilização ocidental.

1917 - Assaltos a bancos e agitações nos quartéis do exército imperial russo. A revolução assassina brutalmente a família imperial Romanov para implementar uma ditadura que tinha Lenin como Deus e Stalin e Trotsky como papas vermelhos. Os soviéticos desenvolvem um plano para conquistar o mundo e implantar o comunismo em todos os países. O reino do terror vermelho se espalha nas décadas seguintes. O Holodomor e os Gulags são alguns dos genocídios que resultam das ditaduras totalitárias. A doutrina iniciada por Lenin é levada adiante por Stalin. (Brasil Paralelo, 2019. Narrador, aos 06:17 minutos de vídeo)

Do outro lado do mundo, o ocidente. Os Estados Unidos da América construíram uma democracia liberal baseada na sociedade de mercado e dos valores cristãos. A maior indústria, a maior economia do mundo é também o único país a ter armas nucleares. Sendo a força imprescindível que derrotou os nazistas. Os Estados Unidos surgem no pós-guerra na liderança do ocidente. Para reativar a economia dos países europeus devastados, os americanos propõem o Plano Marshall, oferecendo empréstimos a juros baixos. (Brasil Paralelo, 2019. Narrador, aos 07:06 minutos de vídeo)

Nas abordagens desta produtora (2018 e 2019), é negada a participação da Cia e dos EUA no golpe de 1964 e na manutenção da ditadura civil-militar. O golpe e a própria ditadura são apontados como momentos que refletem apenas os

interesses legítimos dos grupos nacionais, enquanto por outro lado o comunismo¹³⁷, em todos os casos e contextos abordados, seria um anseio de grupos alheios aos brasileiros, que tentavam se infiltrar na nação e impor os seus interesses.

A sociedade estava toda pronta para o pior e os militares tinham a percepção disso, que o país estava a um passo de entrar numa guerra civil. Então, é nesse momento que os militares entram. (Brasil Paralelo, 2019. Silvio Grimaldo, Cientista político, em 1:02:08 de vídeo)

Na abordagem negacionista do Brasil Paralelo, a sociedade brasileira é apresentada como um bloco homogêneo, de convívio harmonioso e livre de problemas, senão a ameaça comunista, um “mal” externo, que é constantemente atualizado em nossa nação através do intercâmbio com nações como Cuba, China e União Soviética. Fatos como greves ou manifestações (a Passeata dos Cem Mil, por exemplo) ocorridas ao longo da ditadura militar são omitidas, para manter a imagem de uma sociedade coesa (NAPOLITANO, 2014). Seguindo esse prisma de homogeneidade e harmonia, por exemplo, de acordo com a perspectiva da produtora, o golpe de 1964 representaria a vontade da população brasileira naquele momento, uma afirmação que contraria o que evidenciam pesquisas realizadas naquele período, o resultado do plebiscito de 1963, onde a maioria da população foi favorável a restabelecer os poderes de João Goulart por meio do presidencialismo, ou ainda o fato de Jango ter sido eleito como vice-presidente por duas vezes consecutivas, em candidaturas desligadas a do presidente, o que evidencia um apoio popular significativo a este por si só (FICO, 2014).

Em suas obras (2018 e 2019), O Brasil Paralelo rotula todo ato que seja discordante da sua narrativa, ou seja, que contrarie as ordens estabelecidas pelo regime ditatorial, a pecha de ser uma ação exterior à sociedade brasileira, uma ação influenciada pelas forças comunistas internacionais, uma ação que não pertence ao povo brasileiro, como exemplifica o trecho:

Além dos embates físicos, os anos finais da década de 1960 assistiram à infiltração [sic] nas artes, na cultura, nas universidades e no jornalismo [sic] de militantes de esquerda brasileira que, inspirados no marxismo cultural, utilizavam esses meios para influenciar a opinião pública. Essa estratégia conseguiu cumprir seu objetivo de mobilizar a população e, em 1968, também influenciadas por movimentos internacionais pós-maio de 68 na

¹³⁷ Aqui expresso de acordo com a visão generalizante dos sujeitos negacionistas.

França, diversas manifestações estudantis exigiam o restabelecimento das liberdades democráticas. (Brasil Paralelo, 2018, não paginado, grifos meus)

Esse mesmo aspecto de exterioridade é também apropriado pela narrativa do Brasil Paralelo, e utilizado em momentos diversos, para corroborar com a visão de que tudo o que há de negativo no Brasil está ligado ao comunismo e não pertence aos valores intrínsecos à nossa nação.

Você tem esse ambiente ideológico muito polarizado, no mundo e no Brasil, e em 1955, a eleição do Juscelino Kubitschek que agrega muitos dos filhos do varguismo e da esquerda. Vai levar, inclusive, à construção de Brasília entregue ao Oscar Niemayer em um projeto muito esquerdista de poder, de tirar a política, por exemplo, do Rio de Janeiro, de tirar de perto da população e você encomenda um projeto urbanístico de esquerdistas, de stalinistas, para fazer uma capital totalmente de concreto, sem esquinas, com grandes avenidas, com palácios, onde os políticos podem viver numa redoma, numa ilha, distanciados da população, porque eles são esses iluminados que tem uma visão inacessível à população, população não vai entender. (Brasil Paralelo, 2019. Alexandre Borges, Diretor do Instituto Liberal e escritor, aos 36:08 minutos de vídeo)

Segundo ambas as produções do Brasil Paralelo (2018 e 2019), desde 1922, o perigo comunista se faz presente no Brasil colocando em risco os valores, modo de vida e costumes tradicionais intrínsecos e balizadores do que é “bom” e deve ser preservado na sociedade, embora em nenhum momento as produções dediquem-se minimamente a explicar ao seu público o que viria a ser o comunismo. Termos como infiltração são utilizados recorrentemente para destacar o elemento estrangeiro que se aproxima, o “perigo comunista” que se alastra pela nação.

Esse binarismo, conforme descreveu Maia (2013, p.187), traz em si a defesa de um civismo subserviente, presente no Brasil em momentos anteriores, mas que foi também notável ao longo da ditadura civil-militar, pois naquele momento “uma cultura, a nacional, foi considerada fundamental para a formação de cidadãos conscientes tanto de seu papel de devoção à pátria quanto da necessidade de solidariedade social”. De acordo com a autora este era um conceito de civismo desvirtuado, que sobrepunha todos os direitos do cidadão aos deveres que esse deveria cumprir para com a nação. Era esperado do cidadão, entre outras coisas, um nacionalismo otimista e esperançoso, que deveria abrir mãos dos próprios interesses pelo bem do seu país, e sendo assim, estes deveriam ser permissivos com todo o tipo de arbitrariedade que viesse por parte dos militares. É através dessa subversão da definição da cidadania que se reforçou a imagem do eu contra o outro,

a defesa de um suposto comportamento que “um verdadeiro cidadão” deveria adotar para cumprir o seu papel na defesa da ordem e dos interesses nacionais.

As narrativas negacionistas da ditadura civil-militar atuais mantêm uma estrutura dual semelhante, onde o cidadão patriota é descrito como sendo alguém disposto a cumprir o seu dever cívico para com a sociedade, contrapondo-se ao sujeito que é tratado como inimigo da nação, aquele que renegaria o seu dever cívico, um sujeito que não tem patriotismo.

Importante destacar que nestes casos o que é descrito como “interesse da nação”, na realidade são interesses particulares de indivíduos ou grupos, que se beneficiam desta distorção, para defender aquilo que atende somente os seus próprios interesses, como se esses fossem o bem coletivo. No caso da ditadura militar (1964-1985) podemos citar, por exemplo, os grupos empresariais, que apoiavam o regime ditatorial sob o rótulo de “estarem cumprindo o seu papel com a nação”, mas que na realidade beneficiaram-se da estrutura coercitiva do regime. Enquanto perseguiam sindicatos e organizações trabalhistas, fazendo com que direitos básicos como salários dignos, a liberdade de associação, a qualidade de vida e os direitos trabalhistas destes fossem reduzidos, o regime ditatorial militar era permissivo com associações empresariais, aumentando o seu lucro e poder no período em questão, o que explicaria a disposição destas em atender os seus “deveres patrióticos” (CAMPOS, 2019,2020 e 2021; NAPOLITANO, 2014).

Nos discursos negacionistas da atualidade podemos observar situações semelhantes, onde certos grupos evocam um nacionalismo excludente, que ignora as diversas classes e interesses discrepantes existentes em um país imenso, com uma sociedade complexa, que é o caso do Brasil. É importante que o docente possibilite ao seu alunado identificar, através da compreensão historiográfica, que ao defender a implantação de uma ditadura militar no Brasil atual, por exemplo, tais grupos estariam priorizando seus interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo (CERRI, 2011). Dentro de uma estrutura democrática que obedece a preceitos constitucionais, que é o caso brasileiro no presente, por mais que um determinado candidato eleito possa desagradar a uma parcela da população, é inegável que este assumiu o poder por ter sido escolhido por um número expressivo de eleitores (não necessariamente a maioria absoluta da população, mas ao menos a maior parcela que se dispôs a participar do pleito eleitoral e a escolher um candidato), ou seja, representa a vontade “popular” naquele momento. Em caso de

um novo golpe militar, assim como foi em 1964, esse representaria o interesse particular de grupos que não foram capazes de atingir os seus objetivos por meios legais, e que por isso voltam-se contra “a vontade da maioria”, para impor o que “para eles seria melhor”, ou seja, seria uma subversão do que realmente representaria o interesse da população naquele momento¹³⁸.

3.2 Propostas para aulas

Como exposto, o negacionismo tem uma grande aceitação em uma parcela da nossa sociedade atual, e como parte desse todo social, o espaço escolar acaba sofrendo influência de fatores estruturais mais abrangentes. Esta influência externa faz com que em determinados momentos os docentes se vejam diante de afirmações negacionistas em sala de aula, sendo necessário a este expor um posicionamento sobre narrativas dessa natureza frente ao seu alunado. Tendo em vista o contexto social brasileiro, e vendo a sala de aula como um espaço onde as questões mais relevantes da atualidade devem ser trabalhadas, retomamos a questão do negacionismo no espaço escolar e como o professor pode lidar com o negacionismo da ditadura civil-militar brasileira em sala de aula.

De antemão é importante destacar que se trata de uma questão problemática, pois, conforme evidenciado, lidar com negacionistas muitas das vezes pode gerar situações desagradáveis (ROCHA, 2021). Contudo, existe uma gama expressiva de abordagens plausíveis, que poderiam ser indicadas nesse momento e que poderiam ser classificadas como meios de se lidar com o negacionismo em sala de aula. Devido às limitações habituais das produções acadêmicas, e, também, ao fato desta dissertação inserir-se no ProfHistoria, e por isso, ser produzida e voltada principalmente para o público docente, a proposta aqui apresentada seguirá um caminho que preza por aspectos que tendem a atender a demandas particulares destes.

¹³⁸ No contexto brasileiro mais recente (2019 em diante), defende-se a “intervenção militar” como meio de manter e ampliar os poderes do atual presidente em exercício, que mesmo por “caminhos tortos”, foi eleito democraticamente em 2018. Contudo isto não afasta desta atitude o seu caráter autoritário e inconstitucional, pois tal ação visa romper com o rito das eleições e retirar da maior parcela popular o seu direito de escolher os representantes e decidir o rumo político da nação, ou seja, configura-se como um golpe dentro de suas particularidades.

Seguindo tal perspectiva, nos dedicaremos, a partir de então, a desenvolver meios que possibilitem aos docentes trabalhar determinados pontos do negacionismo do período ditatorial (1964-1985) em sala de aula. Essa iniciativa resultará em quatro planos de aula, que terão como base trechos das obras analisadas na seção anterior (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019), que por sua vez, servirão como base para “desmistificar” alguns constructos negacionistas que foram identificados ao longo destes trabalhos. Esses trechos serão contrapostos com fontes de origem distinta, trazendo assim diferentes abordagens que podem ser exploradas pelos docentes em seu ambiente de trabalho, a fim de tratar a temática evidenciada com reflexões e contestações acerca da sustentação empírica das afirmações negacionistas¹³⁹.

A maneira mais assertiva para se lidar com os sujeitos negacionistas no espaço escolar, assim como nos demais espaços, é através de evidências, ou seja, o trabalho com documentos que demonstrem como as afirmativas negacionistas carecem por um lado de base empírica para sua sustentação, e por outro negligenciam as evidências que contradizem as suas postulações¹⁴⁰. Por isso, é importante o trabalho com fontes primárias e/ou documentos oficiais (caso da CNV e de suas equivalentes em outras instâncias) neste espaço, para a desconstrução desses discursos (ALBERTI, 2021)¹⁴¹.

Tal iniciativa terá como objetivo principal desmontar argumentos e construções argumentativas levantadas por narrativas negacionistas sobre a temática em voga, além de contribuir com o trabalho docente sobre estas questões em sala de aula. Portanto, nas subseções que seguem serão descritas quatro propostas de atividades voltadas para a sala de aula, com temáticas voltadas para ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), que terão como norte a desmistificação de argumentos e estruturas argumentativas recorrentemente evocados em narrativas negacionistas. Os argumentos e estruturas argumentativas a serem tratados são: a desvinculação do inimigo comum da imagem de indivíduos

¹³⁹ A primeira proposta aqui apresentada foge deste aspecto, a falta de sustentação empírica dos discursos negacionistas, mas foi mantida por ser vista como uma válida iniciativa didática.

¹⁴⁰ É importante destacar que ao lidar com sujeitos negacionistas, conforme já mencionado, a visão cosmológica de alguns destes os tornam menos receptivos a concepções de realidade divergentes das que estes “enxergam”. Todo método é passível de falhas, e este não foge à regra, mas no caso desta temática em específico, negacionismo da ditadura militar, podemos estipular que o docente possa ter problemas adicionais, se comparada a aplicação desta mesma metodologia a outros temas.

¹⁴¹ A autora destaca a importância de se trabalhar com documentos oficiais em sala de aula.

demonizados/desumanizados; a demonstração de que as narrativas que defendem que a ditadura (1964-1985) só atingiu a bandidos ou terroristas não se sustentam; a desmistificação de construções maniqueístas, que negam a existência de agentes internacionais envolvidos na pavimentação do golpe de 1964 e na condução da ditadura subsequente; e a desconstrução de narrativas que defendem que o golpe de 1964 e a ditadura militar representavam os interesses da população brasileira como um todo.

As quatro propostas aqui apresentadas são voltadas para alunos do terceiro ano do ensino médio, ancorando-se no que é previsto pelo Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, elaborado em 2012, e que permanece em vigência, ainda que de maneira extraoficial¹⁴². Neste documento é previsto o trabalho com esse tema durante o terceiro bimestre, no conteúdo descrito como “BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA: DITADURA MILITAR NO BRASIL”, tendo como pressuposto desenvolver as seguintes competências e habilidades “- Analisar as relações de dominação e convivência, resistência entre sujeitos históricos; - Compreender a formação de alianças e conflitos no contexto de disputa por hegemonia.”¹⁴³

Quanto à Base Nacional Comum Curricular, o ambiente é um pouco mais nebuloso, já que, aprovada no ano de 2018, vem sendo implementada ao longo do presente ano (2022). Existem dúvidas em aberto quanto aos novos rumos do ensino médio, deixando um tanto vaga a interpretação de como seria tratado este conteúdo, já que:

De acordo com o documento, estudantes do Ensino Médio poderão optar por itinerários formativos, sendo um deles as “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, sem que haja distinção das disciplinas que fazem parte desse conjunto. (ALBERTI, 2021, p.7)

Com isso, a habilidade contemplada nesse documento, que nos é pertinente por se aproximar da temática da ditadura civil-militar brasileira seria:

¹⁴² Embora docentes e profissionais da educação estadual questionem sobre a atualização deste documento, ou se o mesmo ainda estaria em vigência devido a reforma do novo ensino médio, o mesmo é utilizado como base por ampla parcela da rede.

¹⁴³ SEEDUC, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Currículo Mínimo, História; Área: Ciências Humanas e suas Tecnologias. 2012. p.20. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yc64fmzc> >. Acesso em: 09/04/2022.

Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. (BRASIL, 2018, p. 579. Apud ALBERTI, 2021, p.7)

Antes da apresentação dos planos de aula, apresentaremos abordagens possíveis e recursos variados, muitos dos quais não estarão presentes no produto final. Devido às especificidades de um contexto de sala de aula, certos recursos tecnológicos ou fontes podem se adequar mais à prática de um docente do que a de outro, e sendo assim, a escolha por essa apresentação diversificada e ampla tende a atender uma gama maior de sujeitos, ainda que seja uma abordagem menos concisa.

3.2.1 Desconstruindo a imagem do inimigo desumanizado

Esse tipo de gente, você não pode tratá-lo como se fosse um ser humano normal, tá? Que deve ser respeitado, que é uma vítima da sociedade. Não podemos deixar os policiais continuarem morrendo nas mãos desses caras. O Exército Brasileiro acabou de perder três jovens garotos para o crime, agora. Temos que fazer o quê? Em local que você possa deixar livre da linha de tiro as pessoas de bem da comunidade, ir com tudo para cima deles. E dar para o policial, dar para o agente de segurança pública, o excludente de ilicitude. Ele entra, resolve o problema. Se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado [o policial] e não processado.”¹⁴⁴

Uma possibilidade que a ficção oferece aos docentes e que pode ser explorada em sala de aula, é a exposição de aspectos da realidade em escalas fora do comum, realçando assim certos traços e potencializando a troca de ideias. A ficção possibilita a construção de episódios que provavelmente não ocorreriam de maneira tão explícita na realidade, e desta forma, ainda que sejam baseados em situações hipotéticas, estes podem nos possibilitar estabelecer laços verossimilhantes com o mundo onde vivemos. Esse é o caso do quinto episódio, *Man against fire* (engenharia reversa, em tradução livre), da série antológica

¹⁴⁴ Jair Bolsonaro, ainda como presidenciável, em entrevista ao Jornal Nacional, da Rede Globo, em 28 de agosto de 2018. Entrevista completa disponível em: < <https://tinyurl.com/2p93dv4t> >. Acesso em: 18/04/2022.

britânica, *Black Mirror* (espelho quebrado, em tradução livre) em sua terceira temporada¹⁴⁵.

Nesse episódio, nos é apresentado um mundo pós-apocalíptico distópico, onde a humanidade lida com criaturas antropomórficas, denominadas pelos personagens como *baratas*, espécimes com aparências que mesclam traços de seres humanos com os de insetos. Dentro deste contexto, soldados são enviados para combater e eliminar constantemente essas *baratas*, afirmando que estas representam uma ameaça para a espécie humana, sendo responsáveis por roubos, causar pânico, entre outras coisas. O soldado Stripe, um dos designados a eliminar as baratas, protagonista do episódio e ao qual seguiremos ao longo do episódio, começa a notar comportamentos estranhos em algumas destas criaturas, passando a questionar as suas reais motivações e a investigar o que realmente se passa naquele mundo distópico.

O episódio em questão, possibilita a nós, docentes, de maneira ficcional, mostrar aos alunos a instrumentalização da figura do inimigo comum, visando gerar o desprezo extremo a um tipo de ser, neste caso as baratas, e relacionar este a desumanização que é feita por alguns sujeitos em diversos episódios da história que tem por objetivo formar a percepção de que estes são “seres descartáveis”. Como exemplos podemos citar a desumanização dos judeus pelo regime nazista, o trecho da fala de Jair Messias Bolsonaro destacado no início desta subseção¹⁴⁶, a demonização dos povos africanos e seus descendentes pelos agentes das potências imperialistas¹⁴⁷, ou ainda, a que nos é aqui pertinente, a desumanização realizada pelos sujeitos negacionistas da ditadura militar brasileira aos opositores do regime.

¹⁴⁵ Para os interessados em assistir ao episódio em questão, é importante destacar que o presente trabalho contém *spoilers* de seu desfecho. Recomendo assistir o mesmo antes de ler a presente subseção, para que a experiência não seja comprometida. O episódio pode ser assistido por aqueles que possuem assinatura, pelo canal de streaming Netflix, através do link: < <https://tinyurl.com/5yu8swu8> >. Acesso em: 30/03/2022.

¹⁴⁶ Esse trecho e outros podem ser usados para evidenciar a exploração da desumanização do inimigo comum no presente.

¹⁴⁷ Mbembe (2016) fala sobre a desumanização, e como esse recurso retira dos algozes a sensação de que cometeriam um assassinato. Para tal, a desumanização tenta emular situações que levam os algozes a crerem que suas ações violentas não estão sendo desencadeadas contra seres humanos, busca tornar essas práticas impessoais e “aceleradas”, como uma linha de produção no mundo moderno. O autor cita o emprego deste recurso em episódios como os campos de concentração nazistas ou no processo de dominação realizado pelas potências europeias em países periféricos.

Retomando a descrição do episódio, ao longo da trama nos é revelado que de fato, as baratas seriam humanos indesejáveis para aquela sociedade, devido à escassez de suprimentos tornou-se necessário uma seleção dos que deveriam ou não ser contemplados com a possibilidade de viver. Os soldados antes de serem encarregados de eliminá-las, passavam por um procedimento que apagava as suas memórias e, além disso, recebiam uma inserção tecnológica por via ocular, fazendo-os enxergar as baratas daquela forma, criaturas não humanas e repugnantes. A motivação por trás desses atos também nos é revelada, essa desumanização das baratas facilitava a eliminação das mesmas pelos soldados, pois ao verem criaturas de aparência desagradável, os soldados não apresentavam resistência ou desconforto ao abatê-las, enquanto, ao lidar com sujeitos de aparência humana, questões como ética, empatia e remorso pesavam no momento de apertar o gatilho, os sentimentos influenciavam na tomada de decisões.

Seguindo um desfecho que pode ser comparado em certos pontos com a alegoria da caverna platônica, Spike, quase no encerramento do episódio, tem de escolher entre a luz da realidade, passando a ser um pária, perseguido como uma barata pelos demais militares, ou abraçar as trevas da ignorância, tendo suas memórias novamente apagadas, para que possa seguir eliminando as baratas, relegando o mundo das ideias e abraçando o conforto do interior da caverna.

O primeiro plano de aula aqui desenvolvido se assenta sobre a seguinte possibilidade: apresentar o episódio em questão em sala de aula, intercalando-o com trechos das obras negacionistas analisadas na seção anterior. Esses trechos selecionados em narrativas negacionistas, devem conter descrições dos opositores da ditadura civil-militar brasileira, que em essência transformam esses em criaturas unidimensionais vazias, desprovidas de traços básicos humanos, que poderiam despertar nos leitores/espectadores quaisquer auto identificação, evitando qualquer sinal de empatia ou compaixão.

Como objetivo central desta abordagem, podemos destacar que esta visa levar os discentes a perceberem os meandros usados pelos sujeitos negacionistas em suas abordagens, além de trazer uma questão ético-moral relevante: seres humanos não podem ou devem ser vistos e tratados como sujeitos descartáveis. Essa parte pode ser acompanhada por trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e/ou da constituição brasileira de 1988, com trechos que evidenciam a defesa da vida e da integridade dos indivíduos. Esta é uma proposta de atividade

introspectiva, que preza por suscitar no alunado a reflexão de como é construído o arquétipo de um inimigo comum.

Destacamos em seguida alguns trechos das obras negacionistas analisadas que podem ser utilizados nesta abordagem. Com o objetivo de evitar repetições, apresentaremos apenas quatro trechos que podem ser utilizados nessa empreitada, mas decerto existem outros que cumpririam a mesma função, alguns, inclusive, que já foram expostos ao longo deste trabalho:

Enfim, uma guerra suja, pois como escreveu Marighella, era uma guerra onde eles viviam camuflados numa sociedade que pretendiam destruir, para implantar, com a força das armas, o comunismo no Brasil. (USTRA, 1987, não paginado)

Treinada para obedecer aos chefes, disciplinada, jamais saindo da linha proposta pelo partido, foi, antes de tudo, um fantoche à disposição do exército vermelho. Cumprindo sempre, cegamente, as determinações, deixou seu marido russo B.P. Nikitin, e em dezembro de 1934, para acompanhar prestes que voltava ao Brasil. (USTRA descrevendo Olga Prestes, 2007, p.46)

Segundo a esquerda radical, revolucionário comunista não é assassino. Os assassinatos de pessoas- inclusive de seus companheiros de partido- são chamados de “justiçamentos”, feitos em nome da “liberdade e da democracia”. Em nome desses valores distorcidos, um “Tribunal Vermelho”, composto às vezes por duas ou três pessoas, julgava, sumariamente, todos os que desejavam abandonar as fileiras da organização, desiludidos com a ideologia, ou aqueles que se tornavam suspeitos de uma possível delação. Os ‘juizes’ desse tribunal variavam de acordo com o contato com as vítimas. A partir de 1934, os comunistas perpetraram crimes com requinte de perversidade, em nome de sua ideologia, para eliminar não só os representantes da lei que os combatiam, mas, também, para justificar alguns de seus próprios companheiros. (USTRA, 2007, p. 54)

1917 – Assaltos a bancos e agitações nos quartéis do exército imperial russo. A revolução assassina brutalmente a família imperial Romanov para implementar uma ditadura que tinha Lenin como Deus e Stalin e Trotsky como papas vermelhos. Os soviéticos desenvolvem um plano para conquistar o mundo e implantar o comunismo em todos os países. O reino do terror vermelho se espalha nas décadas seguintes. O Holodomor e os Gulags são alguns dos genocídios que resultam das ditaduras totalitárias. A doutrina iniciada por Lenin é levada adiante por Stalin. (transcrição da fala do narrador do vídeo Brasil Paralelo (2019), aos 06 minutos e 17 segundos)

Algumas falas advindas de sujeitos influenciados pelo olavismo também podem ser exploradas na realização desta abordagem. Algumas destas, já aqui citadas, expressam essa desumanização e o desprezo pela figura do outro. Não entraremos aqui nessa abordagem, visando manter a concisão textual, mas decerto é uma possibilidade válida para intercalar a prática docente com fatos cotidianos, mais próximos à realidade dos estudantes.

3.2.2 O mito de que a ditadura só atingia bandidos

Ditadura só matou guerrilheiro, os cidadãos de bem eram livres, e tinham segurança, já a ditadura da esquerda matou inocentes, defendendo bandidos, roubando dinheiro público, doutrinando jovens deixando eles rebeldes e viciados em drogas....!¹⁴⁸

Uma das estratégias frequentemente utilizadas por aqueles que defendem o regime ditatorial militar brasileiro como um período benéfico, é utilizar-se de narrativas negacionistas que desqualificam e culpabilizam aqueles que foram vítimas deste regime. De uma maneira simplista e generalista, podemos dizer que os grupos saudosistas do regime ditatorial militar brasileiro na atualidade costumam afirmar que a ditadura só praticou atos violentos contra quem mereceu¹⁴⁹. Essa estratégia de culpabilização das vítimas geralmente é evidenciada em frases como “só quem sofreu com a ditadura foram criminosos/bandidos/terroristas”, e tenta, portanto, retratar toda medida governamental truculenta deste período como uma autodefesa, praticada contra indivíduos que representavam perigo à sociedade e as instituições. Embora os sujeitos negacionistas das obras aqui verificadas (Brasil Paralelo, 2018 e 2019; USTRA, 1987 e 2007) não tenham se expressado de maneira explícita quanto a essa perspectiva, de maneira indireta esses deixam transparecer que comungam com esse tipo de pensamento, e sendo assim se trata de uma desmistificação dentro da presente proposta.

A segunda proposta de plano de aula apresentada pretende se aprofundar sobre essa questão, e sugerir a utilização de evidências plausíveis que atestem que nem todo sujeito atingido pela violência desencadeada pelo regime ditatorial militar praticava atos ilícitos, ou estava ligado ao comunismo, representava uma ameaça social ou fazia oposição ao governo ditatorial, como as narrativas negacionistas buscam afirmar. Fugindo um pouco da metodologia adotada, essa proposta não se assentará na contraposição direta a afirmativas das obras negacionistas analisadas, pois estas, como mencionado, não se mostraram oportunas nesse sentido.

¹⁴⁸ CRUIZ. Texto publicado no Twitter, em 18 de agosto de 2021. Twitter: @Cruz36935179 Disponível em: < <https://tinyurl.com/2jvubzxd> >. Acesso em: 31/03/2022.

¹⁴⁹ Em sessão da Assembleia Legislativa do Paraná, em 26 de abril de 2022, o deputado estadual Ricardo Arruda afirmou, entre outras coisas, que “nunca houve ditadura” no Brasil e quem foi torturado no Brasil mereceu, pois eram “guerrilheiros, terroristas, que explodiam banco, saqueavam, roubavam. Esses mereciam sim e acho que foi pouco ainda”. Vídeo disponível em: < <https://tinyurl.com/58p94kbc> > Acesso em: 21/07/2022.

Antes de iniciarmos a apresentação das propostas é mister destacar que além de se tratar de uma estratégia ancorada na desumanização da figura do inimigo comum, essa abordagem é reducionista e foge da real natureza do que representou a ditadura (1964-1985) em si. Como já foi mencionado, a estratégia de generalizar aqueles que resistiram à ditadura civil-militar a “bandidos” deve ser rechaçada, pois não possui sustentação empírica para tais afirmações, e por não representar a maior parte dos sujeitos que foram atingidos pelas ações truculentas da ditadura¹⁵⁰.

Há várias abordagens possíveis para tratarmos a problemática em questão, Alberti (2020), por exemplo, apresenta algumas possibilidades de ações pedagógicas nesse sentido, como a utilização do livro *Infância roubada* (SÃO PAULO, 2014), ou ainda, exemplificar casos de violência ao qual foram submetidos os povos indígenas, através de documentos como a “reportagem de Norman Lewis publicada em 1969 na *Sunday Times Magazine* (LEWIS, 1969) e o capítulo ‘Violações de direitos humanos dos povos indígenas’, que consta no volume II do relatório da CNV (BRASIL, 2014, v. II, p. 203-262)”¹⁵¹. O caminho percorrido aqui segue a mesma premissa apresentada pela autora, ou seja, evidenciar casos em que seja possível expor a inconsistência latente em afirmações como “a ditadura só foi ruim para bandidos”. Tendo esse objetivo como norte, apresentarei algumas fontes que podem ser trabalhadas em sala de aula, de forma isolada ou combinada, auxiliando docentes em ações didáticas com a finalidade de demonstrar que a ditadura civil-militar brasileira atingiu diferentes sujeitos, e que muitos desses, de maneira evidente, não poderiam ser rotulados como “bandidos”.¹⁵²

Como primeira possibilidade de fonte a ser utilizada nessa atividade pedagógica podemos citar as relacionadas aos indígenas, e que atestam uma situação de abandono, consequência direta da negligência dos governos ditatoriais militares, que ignoraram os gritantes casos de violações aos direitos humanos contra esses grupos ocorridos durante seu período no poder. No relatório final da CNV

¹⁵⁰ Além do que foi evidenciado nas fontes já citadas, em podcast o Historiador Carlos Fico reitera que a resistência armada brasileira ao longo da ditadura não representou a maior parte das ações que se opuseram às forças ditatoriais, sendo exceções na realidade. Disponível em: < <https://tinyurl.com/bdfbsye2> > acesso em: 31/03/2022.

¹⁵¹ ALBERTI, 2021. p.10.

¹⁵² Vale destacar, ainda, que, embora não tenha me debruçado no presente trabalho sobre a questão dos camponeses vítimas durante a ditadura civil-militar, estes recebem a devida atenção no relatório da CNV (2014, volume II, texto III), e assim poderiam ser inseridos na presente proposta didática, por tratarem-se de vítimas do referido regime que não se encaixam no rótulo de bandidos/terroristas.

(2014) foi confirmado o número de 8350¹⁵³ indígenas mortos, sendo que esse mesmo documento reconhece que exponencialmente os números devem ser muito superiores, “uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas” (Relatório CNV, 2014, Volume 2, Texto 5, p.205). Essas mortes estariam diretamente ligadas a ação ou a omissão de agentes governamentais, o que os coloca como responsáveis pelo genocídio indígena. No ano de 1967 a SPI (Serviço de Proteção aos Índios, órgão que veio a ser substituído pela Funai) já era apontado como um órgão governamental corrompido, se prestando a fazer o oposto de sua função institucional:

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana. É espantoso que existe [sic] na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade, Venderam-se crianças indefesa para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra Crianças e Adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça. (Relatório Figueiredo, 1967, p.2)¹⁵⁴

A respeito dos crimes e atos desumanos a que foram sujeitos os indígenas, o Relatório Figueiredo (1967) cita, entre outros, o ato de tortura com requintes de crueldade, o estupro, a expulsão de suas terras, a escravização e a dilapidação dos bens daqueles. O docente pode trazer exemplos pontuais desse tipo de violência, como o testemunho de Lourenço Figueiredo, um ancião que expressa seu desolamento ao ser, junto a seus pares, expulso do território guarani Dois Irmãos, em Santa Helena:

Aqui mesmo, em Dois Irmãos, tinha 70 famílias indígenas [...]. Eu era cacique também. Depois veio Itaipu e mandou tudo embora [...]. Falou que ia vir a água e que pode se mandar. E o que que nós ia fazer?! Naquele tempo o exército manda. Fazer o que né?! [...] Choremo [sic] tudo, vai pra Paraguai, vai pra não sei aonde.... [...] Foi em 1983. (Relatório CNV, 2014, Volume 2, texto 5, p. 220)

¹⁵³ O relatório da CNV (2014) é baseado em um recorte que transcende temporalmente a ditadura civil-militar, sendo este de 1964 a 1985 e aquele de 1946 a 1988. No entanto, o mesmo relatório evidencia o aumento de mortes durante o referido período ditatorial.

¹⁵⁴ A descrição bem como a consulta direta para ao relatório feito pelo então procurador da República, Jader de Figueiredo Correia, pode ser vista em: < <https://tinyurl.com/5n7myntf> >. Acesso em: 12/12/2020.

Ou então o testemunho de Silvania Benitez, indígena Guarani, que reflete a dor de não poder viver mais como antes:

Eu lembro pouco né, naquela época eu era pequena ainda né. Mas eu lembro que na época que deram as enchentes a gente saiu de lá, meu pai ficou desesperado, minha mãe também, porque a gente perdeu tudo que tinha né? E fomos pro porto de Guaíra daí, ficamos lá, embaixo de lona, e meu pai levou a gente de bote. E deu pra levar pouca coisa, era muito e não deu pra levar tudo né. As coisas foram deixadas, e a gente perdeu bastante. A única coisa que deu pra levar foi nós mesmos e umas peças de roupa que a gente tinha! E eu me lembro que foi bem triste, porque na verdade a gente não sabia pra onde ir né, e toda aquela água entrando e a gente sem ter pra onde ir! E nós éramos todos pequenos né... (BENITEZ, Silvania. Audiência CEV-PR. Apud SCHLACHTA, 2017, p.288)

A questão do genocídio indígena demonstra uma clara política de extermínio aqueles que não haviam cometido qualquer ato que contrariava as leis daquele período, tratando-se apenas de uma evidente predileção dos militares junto aos grupos no poder aos seus interesses políticos, desenvolvimentistas e econômicos em detrimento de grupos subalternizados.

Como segunda possibilidade de material didático desta natureza, podemos utilizar relatos de pessoas identificadas como vítimas do regime ditatorial militar, por sua ligação direta ou por uma suposta ligação a pessoas tidas como “perigosas” pelo regime. Dentro desse primeiro podemos destacar a figura de parentes de pessoas “envolvidas com o comunismo”, como foi o caso da filha de Eleonora Menicucci de Oliveira, que com menos de dois anos de idade foi ameaçada com o uso de choques elétricos, por Lourival Gaeta. Segundo relato de Eleonora:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, 014 no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber [sic] que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. (Relatório CNV, 2014, Capítulo 10, p.404)

Ou o caso de Damaris Lucena, que após o assassinato de seu marido e sua prisão, viu seus filhos Adilson, Denise e Ângela Telma ficarem sob a guarda do Estado. Segundo Relato de Damaris:

Deixar meus filhos na mão daqueles animais, daqueles bichos. Ah, nem bicho faz aquilo. Aquilo são uns monstros. Jogaram meus filhos naquele Juizado de Menor. [...] As próprias empregadas, que cuidavam lá do,

daquele Juizado de Menor, falavam que meus filhos eram filhos de terrorista [sic]. E eles, coitados, humilhavam, molhavam o colchão para os meninos não deitarem. Não, era uma coisa. Esse daqui [Adilson] foi levado não sei quantas vezes pela polícia, surravam ele, socavam [sic] meu filho, com nove anos. A polícia! A polícia de Atibaia surrava meu filho. O menino não tem nada a ver com isso. Olha, gente, foi... foi um momento muito difícil pra mim, ver meus filhos serem massacrados. Eu sabia, eu sabia que eles iam massacrar meus filhos para eles falarem. Mas eles, coitados, eles não. (Relatório CNV, 2014, Capítulo 10, p.410)

Ainda nesta abordagem, o docente pode usar relatos semelhantes com diferentes formatos, como por exemplo, os depoimentos em vídeo de Maria Amélia Teles e Criméia Almeida¹⁵⁵. Esta se trata de uma criança que foi torturada e aquela foi gestante e deu à luz a uma criança sob cárcere e tortura, durante o regime ditatorial aqui abordado.

Estes casos podem ser apresentados e confrontados com afirmações como a de Ustra (1987, não paginado):

Não é verdadeira a afirmação, tão difundida pela esquerda, de que prendíamos [sic] pais, esposas e filhos dos terroristas para que nos dessem informações sobre [sic] eles, ou então para interrogá-los na sua frente. Os familiares não eram repensáveis [sic] por suas militâncias. A única exceção era quando os parentes do preso também eram militantes da Organização. (USTRÁ, 1987, não paginado, grifos meus)

Ou:

A propósito, convém citar o caso de um casal de uma Organização que foi preso porque ambos eram militantes. Neutralizado o “aparelho” onde eles residiam, que aliás era um “aparelho de imprensa”, seus filhos, bem pequenos, não tinham para onde ir. Para não mandar as *crianças* para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar conta dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus pais. Hoje, revoltado, vejo este casal, no livro “Brasil: Nunca Mais” nos acusar de levar os filhos até eles para que “vissem seus pais marcados pelas sevícias sofridas e pressioná-los, dizendo que as crianças seriam torturadas, se não confessassem o que queríamos saber”. (USTRÁ, 1987, não paginado, grifo meu)

¹⁵⁵ Produzidos pela emissora de televisão SBT, cada um desses vídeos foi transmitido no final dos episódios da minissérie Amor e Revolução (2011). Até poucos anos atrás, somavam-se a esses diversos outros testemunhos de natureza semelhante. Os mesmos eram disponibilizados através do Canal do *Youtube* identificado como Nando Arara. Curiosamente nos dias atuais a maioria dos testemunhos encontram-se com uma descrição de que estão bloqueados para exibição no Brasil. Disponíveis em: < <https://tinyurl.com/58be2x96> >. Acesso em: 12/12/2020.

Como terceira possibilidade de material didático, podem ser usados os relatos dos militares apresentados no documentário *Soldados do Araguaia* (2018)¹⁵⁶. O documentário conta com os testemunhos de cinco homens que fizeram parte de um grupo de sessenta jovens forçados a se juntar às forças do exército brasileiro, para combater os guerrilheiros alocados no rio Araguaia, localizado na região amazônica brasileira (1966 a 1974). Entre os diversos relatos, os depoentes contam como foram os procedimentos cruéis e desumanos adotados pelos militares, que segundo eles eram intensamente incômodos de se assistirem. Segundo os “soldados do Araguaia” os militares não respeitavam os moradores da região, agiam de maneira autoritária realizando torturas espancamentos e mortes aleatórias entre os conterrâneos dos depoentes, sem que houvesse nenhuma evidência de que estes ao menos tinham qualquer sobre conhecimento sobre a guerrilha, alvo dos militares naquele momento.

Ainda sobre o documentário, ele apresenta informações relevantes a respeito da vida do jovem grupo de soldados, que foram torturados e submetidos a situações desumanas pelos demais militares, podendo assim ser enquadrado como vítimas dos militares, logo uma violência cometida por aqueles contra seus pares. Segundo os relatos, os guerrilheiros foram forçados a ingressar nas forças armadas a revelia, e em decorrência disso passar por torturas físicas e psicológicas durante um “treinamento”, como ser cobertos de açúcar para que insetos os picasse, ser obrigados a ingerir coisas desagradáveis (lama e sangue de animais, por exemplo), ser pendurados no pau de arara e ser acordados durante a madrugada com bombas de efeito moral estourando próximas a suas cabeças, causando sangramento em seus olhos e narinas. Após esse suposto treinamento os “soldados do Araguaia” foram lançados à selva, para combater os guerrilheiros, sem capacitação, consciência do que fariam e do real motivo de estarem colocando suas vidas em risco iminente. Ainda segundo relatos destes, sendo militares de baixa patente e identificados com a localidade, eles eram desprezados pelos outros militares, como sendo seres humanos de segunda categoria, dispensáveis, o que se mostrou plausível após a extinção da guerrilha, pois a partir de tal, estes foram descartados sem nenhum tipo de amparo institucional. Como resultado desse abandono e de

¹⁵⁶ Documentário disponível na plataforma de *streaming Prime Video* em: < <https://tinyurl.com/r92adj85> >. Acesso em 12/12/2020.

suas experiências, todos os “soldados do Araguaia” posteriormente apresentaram problemas psicológicos oriundos desse processo traumático em suas vidas.

Outra possibilidade de materiais que podem ser utilizados de forma pedagógica, caso o docente prefira uma abordagem mais voltada para liberdades individuais, seriam aqueles que expõem os condicionamentos impostos pelos militares e seus agentes aos indivíduos quanto à sua orientação sexual. Quanto aos grupos LGBTQI+, embora não houvesse uma política oficial do Estado brasileiro de combate e eliminação a gays, lésbicas, ou demais grupos, conforme evidenciado pela CNV (2014), houve uma série de atitudes balizadas pelo autoritarismo, ligadas a uma moral conservadora, e que atingiram de maneira explícita os direitos desses se afirmarem e posicionarem livremente. Em relatório a CNV informa que:

Não houve uma política de Estado formalizada e tão coerente no sentido de exterminar os homossexuais, a exemplo de como existia uma campanha anunciada e dirigida para a eliminação da luta armada com repressão de outros setores da oposição ao longo dos anos da ditadura. Porém, também é muito evidente que houve uma ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. (Relatório CNV, 2014, Volume 2, texto 7, p. 301)

Além dessa prática velada de perseguição que impedia aos grupos LGBTQI+ de manifestarem-se quanto a sua sexualidade publicamente, havia medidas diretas que prejudicavam a esses em sua vida material, tirando-lhes os provimentos. Como exemplos destes podemos citar o emblemático episódio do Itamaraty, onde quinze diplomatas foram demitidos por sua orientação sexual:

Em 1969, 15 foram os diplomatas cassados, sendo que sete deles o foram sob a justificativa explícita de “prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa”. Conforme matéria publicada pelo jornal O Globo [28/06/2009], “em vez de perseguir esquerdistas, como fizeram outros ministérios na época, o Itamaraty mirou nos funcionários cujo comportamento na vida privada afrontaria os ‘valores do regime’”. (Relatório CNV, 2014, Volume 2, texto 7, p. 304)

Ou ainda o caso de Cassandra Rios, assim descrito na CNV:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária

prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro Eudemônia. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. (Relatório CNV, 2014, Volume 2, texto 7, p. 304)

Somam-se ainda políticas deliberadas que visavam impedir a circulação de homossexuais. Estas se concretizaram mediante ações dos governos locais/estaduais, que colocavam em prática os preceitos federais quanto à orientação de “manter a moral e os bons costumes”.

Além disso, o delegado Guido Fonseca elaborou estudos criminológicos de centenas de travestis, recomendando a contravenção penal de vadiagem como instrumento para o combate à homossexualidade. Ainda, durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), rondas de policiamento ostensivo intensificaram-se na área central da cidade, região sob o comando do delegado José Wilson Richetti, perseguindo claramente grupos vulneráveis e estigmatizados. (Relatório CNV, 2014, Volume 2, texto 7, p. 304)

Como último material que pode ser utilizado para trabalhar essa questão em sala de aula, trazemos os vídeos do jornalista Luiz Carlos Azenha. Nestes aparecem pessoas que foram censuradas pela ditadura devido à "imperícia" dos censores ao interpretarem o que seriam atos de subversão, ou ainda, por retaliação por atos do passado. O material em questão, faz parte de uma série de três reportagens, transmitidas pela emissora de televisão, rede Record, falando sobre o golpe militar de 1964¹⁵⁷. No primeiro vídeo são apresentados, entre outros, artistas e jornalistas dando depoimentos de como foram censurados por equívocos interpretativos daqueles que se autoproclamavam os responsáveis por manter a ordem no país, durante o regime ditatorial militar naquele momento¹⁵⁸. O terceiro vídeo traz uma reportagem sobre Mário Wallace Simonsen, um empresário que teve seus empreendimentos extremamente prejudicado pelos militares, devido ao seu posicionamento legalista quanto à posse da presidência por João Goulart em 1961¹⁵⁹. Descrito na vídeo-reportagem como um “verdadeiro capitalista”, Simonsen tornou-se figura *non grata* por defender a constitucionalidade, e teve seus

¹⁵⁷ O segundo vídeo em questão trata-se de uma reportagem com o depoimento do ex-coronel Erimá, de quem falaremos adiante.

¹⁵⁸ Vídeo disponível em: < <https://tinyurl.com/mr2v6853> >. Acesso em: 06/04/2022.

¹⁵⁹ Vídeo disponível em: < <https://tinyurl.com/y59z3ntn> > Acesso em: 06/04/2022.

empreendimentos talhados pelos militares, quando estes tomaram o poder, em um gesto de explícita vingança.

3.2.3 EUA e ditadura militar brasileira

Mesmo diante de diversas evidências e produções historiográficas que apontam interferências estadunidenses na sociedade brasileira antes do golpe de 1964, e durante o governo Castelo Branco (1964 – 1968), as narrativas negacionistas analisadas (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019) relegam essa participação evocando a defesa de um golpe e posterior ditadura puramente brasileiros. Decerto que os militares junto a alguns grupos civis estiveram a frente na implantação e manutenção do projeto ditatorial que se estabeleceu entre 1964 e 1985, mas negar toda e qualquer interferência estadunidense neste processo, em defesa de um nacionalismo que visa inflar as massas e atrair apoiadores não se sustenta diante de evidências, algumas já aqui expressas. Como evidenciado, algumas das ações tomadas pelo governo dos Estados Unidos, nesse sentido, foram, através do financiamento de movimentos empresariais (IPES e IBAD), incentivar movimentos culturais, ações educativas, matérias jornalísticas, produção e distribuição de livros, entre outras ações, que tinham por objetivo minar o governo do presidente João Goulart.¹⁶⁰

O objetivo central deste plano de aula é expor a influência norte-americana nos momentos que antecederam ao golpe, e desmistificar interpretações maniqueístas advindas das narrativas negacionistas, que defendem que o golpe de 1964 seriam atos livres de interferências externas. Para tal é necessário reforçar, que, embora os EUA não tenham agido diretamente na condução do golpe, a ciência de um possível apoio destes aos golpistas é significativo tanto para estes, que sabiam que teriam ajuda substancial da maior potência militar do planeta, quanto para as forças que poderiam vir a apoiar Jango, caso ocorresse uma guerra civil. João Goulart e os grupos que poderiam tentar resistir à investida das forças golpistas,

¹⁶⁰ O livro de Carlos Fico (2008) é elucidativo quanto a ação estadunidense nos momentos que antecederam ao golpe de 1964, e como essa poderia ter se tornado um apoio efetivo militar através da operação *brother sam*.

certamente tiveram de levar tal apoio em consideração e avaliar a validade de uma possível resistência, pois, diante de uma ameaça internacional de tamanha magnitude, fatalmente faria toda a resistência, que por si só era menor que as forças golpistas nacionais, ser liquidada na maioria das hipóteses¹⁶¹.

Para iniciarmos essa atividade prática, alguns trechos retirados de Ustra podem ser interessantes, e podem ser trabalhados em sala de aula:

Enfim, uma guerra suja, pois como escreveu Marighella, era uma guerra onde eles viviam camuflados numa sociedade que pretendiam destruir, para implantar, com a força das armas, o comunismo no Brasil. (USTRA, 1987, não paginado)

O que o Exército fez para combater a subversão e o terrorismo foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira e que serviu de ensinamento para vários outros países. [...] E lá nestes DOI, 40 militares do Exército orientavam os demais 210 homens das diversas polícias. Essa, foi a maneira inteligente que as autoridades adotaram para combater com eficiência o terrorismo. Uma solução totalmente brasileira que deu certo e que nos possibilitou neutralizar as Organizações Terroristas. (USTRA, 1987, não paginado, grifos meus)

[...] Friso bem a palavra MANUAIS. Jamais nos valem os, em nosso país, de instrutores de outros Exércitos, para nos ensinar a combater. (USTRA, 1987, não paginado, grifo meu)

Hoje, está provado que a versão da participação dos norte-americanos na contra-Revolução de 1964 se fundamentou em documentos forjados pela espionagem tcheca que em 1964, atuava pela KGB no Brasil. (USTRA, 2007,p.118, grifos meus)

Contra-pondo-se a esses trechos, alguns materiais podem ser utilizados, expondo a atuação norte-americana nos bastidores da ditadura. Como primeiro destes citamos o depoimento do coronel reformado Erimá Pinheiro, onde este declarou à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo (2013 e 2014), que o general Amaury Kruehl, comandante do II Exército em 1964, havia recebido uma quantia de dinheiro dos Estados Unidos, através da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para trair João Goulart, seu cunhado, no contexto do 1º de abril de 1964¹⁶². Há ainda outro depoimento de Erimá Pinheiro, disponível na já mencionada série de reportagens realizadas por Luiz Carlos Azenha, para a rede Record¹⁶³. O vídeo é um pouco mais extenso, mas não traz aspectos deste depoimento que já não tenham sido evidenciados no vídeo da CMV-SP (2013 e 2014). Por outro lado, neste há a exposição de outras informações relevantes

¹⁶¹ Fico, 2008, p.72.

¹⁶² Vídeo disponível em: < <https://tinyurl.com/mrxh4dy9> > Acesso em: 06/04/2022.

¹⁶³ Vídeo disponível em: < <https://tinyurl.com/24x2t7t7> > Acesso em: 06/04/2022.

sobre o envolvimento estadunidense anterior ao golpe, como a ligação do embaixador Lincoln Gordon, com o ex- presidente John F. Kennedy, prevendo ações diretas destes contra Goulart. A reportagem cita ainda os documentos liberados pela embaixada norte-americana, que revelam as relações norte-americanas com instituições brasileiras a respeito do golpe. Trataremos destes documentos adiante, mas devido a estes entrecruzamentos de fontes, e a própria natureza da reportagem em vídeo, que apresenta um aspecto mais dinâmico, talvez seja mais interessante para alguns docentes trabalharem com este material em sala de aula, do que o vídeo depoimento oficial da CMV de São Paulo (2013 e 2014).

Trechos do citado material envolvendo o embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, pode também ser utilizado em sala de aula, pois expõe uma série de correspondências enviadas por este ao governo norte-americano, orientando aquele a tomar medidas que visavam corroer internamente o governo Jango, ou ainda ofertar apoio aos golpistas com a “Operação *Brother Sam*”. Seguem abaixo, alguns trechos que podem ser utilizados nessa abordagem:

Apesar de sua força no oficialato, o grupo de resistência está preocupado com a suficiência de armas e a possível sabotagem das provisões de derivados de petróleo. Na semana vindoura, nós seremos notificados das estimativas sobre necessidade de armas através do contato entre o adido militar, Vernon Walters, e o general Cintra, braço direito de Castelo Branco. As necessidades de derivados de petróleo incluiriam o combustível para navios que é buscado agora por Byington* juntamente com motor e gasolina de aviação.¹⁶⁴

Para este propósito, e de acordo com nossas negociações de 21 de março em Washington, uma possibilidade parece ser a partida antecipada de uma força-tarefa naval para manobras no Atlântico Sul, mantendo-a no espaço de uns poucos dias de distância de navegação de Santos. Provisões logísticas deveriam satisfazer as exigências específicas no plano de contingência para uma força-tarefa conjunta combinada da Marinha dos Estados Unidos para o Brasil, do chefe do Estado-Maior para o Brasil Sul, revisado aqui em 9 de março. Aeronaves de transporte seriam muito importantes para efeito psicológico.¹⁶⁵

Estes trechos evidenciam o interesse direto do governo estadunidense nos rumos do Brasil nos momentos que antecedem ao golpe de 1964. Por ser voltado a atividades didáticas, tendo como público-alvo o ensino médio, consideramos como

¹⁶⁴ (Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 28 de março de 1964, USA, Department of State, foreign Relations of the United States, 1964-1968: South and Central America, Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004 vol. XXXI, p. 416, Ultra-secreto. Apud Fico, 2008, p.94. Tradução do autor)

¹⁶⁵ (Telegrama de Gordon para o Departamento de Estado, de 28 de março de 1964, USA, Department of State, foreign Relations of the United States, 1964-1968: South and Central America, Mexico, Washington, United States Government Printing Office, 2004 vol. XXXI, p. 416-417, Ultra-secreto. Apud Fico, 2008, p.96. Tradução do autor)

recomendável a utilização da tradução desses documentos, ao invés do uso destes em seu idioma original, o que poderia torná-lo incompreensível para uma parte significativa dos discentes. Além disso, vale destacar que alguns destes documentos podem ser apresentados na íntegra, pois não são demasiadamente longos.

Por fim, esses mesmos documentos podem ser utilizados ainda para evidenciar a preocupação dos embaixadores estadunidenses no Brasil pós-golpe de 1964. Estes podem ser usados para destacar o incremento financeiro realizado pelos norte-americanos no país¹⁶⁶, também para expor o esforço da embaixada norte-americana para orientar a construção da imagem do presidente ditador, Castelo Branco, como sendo um governante moderado, ou ainda a preocupação desta mesma embaixada ao tentar atribuir ao golpe “um ar de pouco violento”, e dentro do possível, legalista¹⁶⁷. A exposição de trechos com esse teor, evidenciam a presença estadunidense na condução do Brasil pós-golpe, visando, inclusive, evitar atritos desta com a opinião pública e o congresso de seu país (FICO, 2008).

3.2.4 O suposto apoio total à ditadura militar

Foram observadas nas obras negacionistas analisadas afirmações de que a população brasileira, antes do golpe de 1964 e durante a ditadura, apoiava os militares, e se via acuada devido uma pretensa escalada comunista. Nessa percepção, a “população brasileira” é descrita de forma pouco detalhada, em certos casos assemelhando-se a um bloco homogêneo, sendo conduzida involuntariamente para um dos lados, sendo esses o dos “comunistas”, ou o dos “militares representantes da nação”. Ainda, segundo a descrição negacionista, a população brasileira seria marcada pela cordialidade, nacionalismo, respeito, de costumes conservadores e com apreço pela ordem, características inexistentes no comunismo. Em síntese, é defendido em narrativas negacionistas, que a população

¹⁶⁶ Carlos Fico, em seu livro (2008, p.146), traz um trecho destes documentos que serve de maneira bem elucidativa a esta proposta.

¹⁶⁷ Trechos da entrevista de Lincoln Gordon a Eugênia Fernandes, em janeiro de 1977, a revista Manchete, também evidenciam esse alinhamento de Castelo Branco com a política externa estadunidense. Este se dava de maneira tão explícita, que chegava a causar desconforto à embaixada e ao governo daquele país. Disponível no site da Hemeroteca Digital Brasileira, em: <<https://tinyurl.com/3wyzhkjs>>. Acesso em: 17/04/2022.

brasileira era incontestável, ao apoiar ações encabeçadas pelos militares ditadores, e rechaçar as iniciativas dos opositores destes.

Antes de iniciarmos propriamente esta proposta de atividade didática, é interessante tecermos algumas considerações. Como já foi mencionado, é defendido pela maior parte da historiografia especializada, que não existem indícios que demonstrem que Jango efetivamente planejava um golpe em 1964, ou ainda que havia naquele momento, no Brasil, um golpe comunista sendo arquitetado por um grupo significativo de pessoas. Assim como outros, os autores negacionistas das quatro obras analisadas (USTRA, 1987 e 2007; Brasil Paralelo, 2018 e 2019) rechaçam essa afirmação, e sustentam a teoria que havia sim um golpe comunista em iminência de ocorrer naquele momento.

Partindo desse pressuposto negacionista, a perspectiva de um golpe comunista em andamento, podemos chegar a alguns problemas silogísticos presentes em outras alegações levantadas em discursos negacionistas. Atendo-se somente ao que é pertinente a nossa proposta atual, o suposto apoio popular brasileiro às ações militares, podemos inferir dois questionamentos: se o comunismo naquele momento era uma ameaça real, disseminada pelo Brasil, como afirmam as narrativas negacionistas, e “Falava-se, abertamente, que, a partir de 1º de maio, o Brasil estaria completamente comunizado”, como afirmava Ustra (2007, p.67), então esse não corresponderia aos anseios reais da população brasileira, ou ao menos a sua maior parte? Por outro lado, se o comunismo é um ser anômalo à sociedade brasileira, inclusive no contexto que antecede o golpe de 1964, e esta rechaçava os ideais professados por esse movimento, ainda que João Goulart tentasse aplicar um golpe e implantar uma “ditadura comunista”, essa não se sustentaria, por falta de apoio popular, e sendo assim, o “contragolpe”, tão defendido pelos meios negacionistas, teria sido um ato inútil e injustificado, pois frearia um movimento que já estava destinado ao fracasso por falta de adesão.

Assim como os dois questionamentos acima, outros podem ser feitos, e são práticos ao expor as contradições presentes nas narrativas negacionistas, que defendem esse suposto apoio popular ao golpe de 1964 e as ações dos presidentes ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Algumas dessas contradições já foram expostas, como, por exemplo, se a ditadura possuía apoio popular, por que era necessário um aparato repressivo tão robusto para a sua manutenção, que inclusive foi intensificado em 1969 através do AI-5? Ou ainda, se a grosso modo a população

brasileira via com bons olhos os presidentes ditadores, por que foi necessária a modificação da estrutura eleitoral em 1966, através do AI3¹⁶⁸, tornando indiretas as eleições para governadores e prefeitos, depois de resultados eleitorais que desagradaram aos militares no comando, ou ainda, por que as eleições presidenciais eram indiretas, desde a eleição de Castelo Branco, já que estas expressariam a vontade popular?

Essas e outras perguntas podem ser levantadas em sala de aula, para trazer a dúvida quanto ao suposto apoio incontestado da população brasileira às ações lideradas pelos militares no contexto ditatorial (1964-1985). Esses questionamentos podem alcançar resultados efetivos por dois motivos. Primeiro, como foi expresso, apresentam contradições lógicas grosseiras. E segundo, ao qual enfocaremos na atividade proposta, porque tentam construir a imagem de uma sociedade brasileira inexistente, uma sociedade homogênea, coesa, livre de conflitos e descontentamentos, que somente seria cabível em uma projeção idealizada. Essa idealização da sociedade deixa transparecer um outro traço pertinente, que é o silenciamento das vozes e a submissão dos interesses de alguns grupos sociais por outros, que detém o controle político, e projetam os seus interesses individuais como sendo os da sociedade como um todo.

Dando início ao último plano de aula, é recomendado expor trechos das obras negacionistas ilustrativos, que evidenciem o suposto apoio incontestável da população brasileira às ações militares ao longo do período da ditadura, como é o caso do trecho do vídeo do Brasil Paralelo (2018), que vai de 1 hora e 2 minutos, até 1 hora, seis minutos e 21 segundos de vídeo, aproximadamente.

Nesse momento é que os militares entram, mas com o apoio de toda sociedade. Com vários movimentos articulados. Movimentos civis que sustentaram, a igreja católica, a OAB, a imprensa inteira, a UDN, os vários sindicatos que se articularam em apoiar o movimento. (Silvio Grimaldo, in: Brasil Paralelo, 2019; grifo meu)

O livro do Brasil Paralelo também pode ser utilizado nesse sentido, com trechos como:

¹⁶⁸ O docente pode inclusive utilizar o AI3 como fonte, ao realizar este questionamento. Este documento pode ser utilizado ainda junto ao AI2, sendo útil para desmistificar outra máxima negacionista, a de que no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985 não houve uma ditadura, pois ocorriam eleições. Ato Institucional nº2 e nº3 disponíveis respectivamente em: < <https://tinyurl.com/2xycrhpX> > e < <https://tinyurl.com/25vrxs2t> >. Acesso em: 17/04/2022.

De acordo com o Presidente, essa ordem para expropriar os latifúndios improdutivos não configurava uma reforma agrária, pois o pagamento das propriedades seria feito à vista e em dinheiro, conforme estipulado na Constituição, de forma radicalmente oposta aos interesses do povo brasileiro. (2018, grifo meu, não paginado).

Ou ainda o livro de Ustra (2007, p.60):

A Nação, atônita, a tudo assistiu, inconsciente e, novamente, vítima indefesa da ação dos comunistas, que viram no momento político excelente oportunidade para incrementar seu trabalho de massas.

Seguindo com a proposta, a abordagem docente pode seguir por dois caminhos, sendo o primeiro focado na suposta desaprovação do governo João Goulart pela população brasileira nos momentos que antecederam ao golpe de 1964, demonstrando como esta é uma afirmação bastante contestável. Os índices de popularidade evidenciados por uma pesquisa já mencionada, realizada pelo IBOPE em um momento próximo ao golpe de 1964, atesta essa fragilidade. Essa pesquisa se encontra nos arquivos da UNICAMP, podendo então ser utilizada para problematização deste suposto apoio dos brasileiros a derrubada do governo Jango¹⁶⁹.

Ainda seguindo essa abordagem, pode-se explorar o apoio popular às reformas de base propostas por João Goulart, sobretudo a reforma agrária, que inclusive, não era vista com “maus olhos”, mesmo pelos Estados Unidos, que cogitou fornecer apoio financeiro para esse fim, objetivando estreitar laços com o Brasil. A leitura estadunidense a época identificava, erroneamente, a falta de recursos como fator primordial para a não concretização da reforma agrária no Brasil, quando de fato, eram os interesses de uma elite agrária, beneficiária daquele sistema excludente de acesso à terra, vigente até os dias atuais, que freavam todo avanço significativo quanto a essa proposta¹⁷⁰. O apoio popular à reforma agrária pode ser trabalhado utilizando-se o site Memorial da Democracia, e sua matéria que afirma, entre outras coisas, que “72% dos brasileiros consideravam necessária a realização da reforma agrária no país”.¹⁷¹

¹⁶⁹ A referida pesquisa pode ser acessada em PDF em: < <https://tinyurl.com/3uu9c77a> >. Acesso em: 21/04/2022.

¹⁷⁰ Fico, 2008, p.49.

¹⁷¹ Matéria disponível em: < <https://tinyurl.com/3z38sca2> >. Acesso em: 21/04/2022.

Como última possibilidade de prática docente que segue essa abordagem, pode-se utilizar a matéria do jornal da Unicamp, intitulada *O Golpe que deu Ibope*. A matéria em questão traz uma série de pesquisas realizadas pelo instituto IBOPE, pouco tempo antes do golpe de 1964, e nos momentos iniciais do governo Castelo Branco¹⁷². Além do apoio a Goulart, estas pesquisas trazem outros aspectos, enfatiza como em novembro de 1964 a aprovação aos militares começava a cair, ou ainda que neste mesmo ano, a opinião pública pedia eleições diretas para presidência, mas foi ignorada pelo ditador presidente, e como se sabe, tivemos eleições indiretas.

O segundo caminho que pode ser trilhado pelos docentes para contestar esse suposto apoio populacional a ditadura militar, aqui em momentos posteriores ao golpe de 1964, seria a apresentação de documentos e/ou dados que possibilitem identificar que alguns grupos se beneficiaram da estrutura repressiva construída ao longo da ditadura, e por isso a apoiaram, enquanto outros grupos tinham seus direitos retirados por essa mesma estrutura, mas acabavam sendo pouco expressivos, pois tinham suas vozes silenciadas através da repressão a que estavam sujeitos. Essa proposta pode ser interessante por desconstruir a imagem de uma sociedade brasileira homogênea, superficial, livre de problematizações ou questões conflitantes, e pode também abordar “o milagre econômico”, desmistificando a visão de que a ditadura civil-militar seria um período de grandes avanços econômicos e sociais.

Como atividade pragmática, o docente pode sugerir a interpretação de texto, a partir de reportagens baseadas em estudos que demonstram que o crescimento econômico do período ditatorial militar brasileiro não atingiu a todos os setores da sociedade de maneira equivalente, reforçando ainda que esse se ancorou em políticas de austeridade que trouxeram a pauperização ainda maior para as classes populares. A reportagem apresentada no *site* Rede Brasil Atual¹⁷³, intitulada *Política salarial da ditadura ajudou Volks a comprimir salários e aumentar lucros*, tem aspectos interessantes nesse sentido, pois contrapõe o crescimento do lucro da empresa alemã de automóveis no Brasil, Volkswagen, ao de suas outras sedes, além de demonstrar que esse mesmo crescimento não foi acompanhado por um

¹⁷² Matéria disponível em: < <https://tinyurl.com/d66tjaf9> > e < <https://tinyurl.com/2p93h667> >. Acesso em: 21/04/2022.

¹⁷³ Reportagem disponível em: < <https://tinyurl.com/266ks72x> >. Acesso em: 21/04/2022.

aumento, ao menos próximo da equivalência, no rendimento de seus funcionários. Uma segunda reportagem, da DW Brasil, acompanhada por um documentário, também pode ser utilizada nesse sentido¹⁷⁴.

Ainda seguindo essa abordagem, o docente pode utilizar partes do relatório da CNV, que trata da “Violência dos Direitos Humanos dos Trabalhadores”, para lidar com essa temática (2014, relatório II – textos temáticos, p.57). Nas subseções apresentadas, a primeira trata da política de silenciamento dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores nos momentos próximos ao golpe de 1964, já a segunda apresenta dados que evidenciam como militares e grupos civis (algumas empresas são citadas) se utilizaram do golpe como meio de ter seus projetos político-ideológicos, mas também econômicos, atendidos. Seguem trechos do referido documento que podem ser explorados:

Intervenções em direções sindicais, depredação de sedes de entidades, prisões, torturas, execuções foram acontecimentos reiterados e sistemáticos. A ditadura começou efetivamente no dia 1o de abril, no meio sindical. Suas ações visavam a um só tempo quebrar a espinha dorsal do pujante movimento organizacional dos trabalhadores, em ascensão desde os anos 1950, e impedir que nas organizações sindicais se estruturasse qualquer possibilidade de resistência contra o golpe. A intervenção da ditadura nos sindicatos, entre março e abril de 1964, contou com a nomeação de 235 interventores. (CNV, 2014, Volume II, p.60)

O golpe de 1964, a despeito de mascarar seu propósito ditatorial, mediante uma intensa agitação e propaganda em torno da manutenção do regime democrático, com o que obteve significativo apoio civil, foi um golpe das elites, das classes mais abastadas, das oligarquias rurais, senhoriais, das elites militares, da classe empresarial. Não se tratou de uma quartelada com apoio civil, mas de uma ação organicamente articulada por civis e militares, que resultou em enorme fortalecimento do poder econômico, social e político do empresariado, dentro e fora das fábricas e na transformação da questão operária em questão “de segurança nacional”. (CNV, 2014, Volume II, p.63)

Esses trechos podem vir acompanhados de propostas que possibilitem aos discentes relacionar a coerção da ditadura aos sindicatos com o achatamento das condições de vida dos trabalhadores. É importante evidenciar que estes não podiam expressar seu descontentamento devido a censura e repressão impostas por meio

¹⁷⁴ A matéria da DW Brasil, assim como o vídeo documentário, é interessante e pode ser trabalhados em sala de aula. O único cuidado recomendado ao docente é o de evidenciar aos discentes que as falas dos sujeitos ali, ao pronunciarem termos como “posicionamento comunista”, ou distribuição de “panfletos comunistas”, deve-se a visão reducionista destes que associam indiscriminadamente pautas sindicalistas e trabalhistas a esse movimento. Disponíveis em: < <https://tinyurl.com/mufft6tuw> >. Acesso em: 21/04/2022.

de mecanismos de silenciamentos violentos, eficientes até 1979, quando ocorre a Greve Geral dos Metalúrgicos do ABC paulista, que pode inclusive ser explorada nessa abordagem¹⁷⁵.

Também é mister proporcionar meios que possibilitem aos alunos identificar que certos grupos se beneficiaram da estrutura coercitiva, e que esta é uma das razões que os faziam apoiá-la. O trabalho de Campos (2020) pode ser bastante útil nesse sentido, pois apresenta um leque de fontes (acervo do IPES, arquivos empresariais, reportagens, entre outros) e trabalhos historiográficos que se debruçam sobre essa questão. Por meio deste chegamos a uma série de reportagens que foram publicadas no Jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 1982 e 1983, realizadas pelo jornalista José Carlos de Assis, expondo esquemas de fraudes e corrupção na ditadura civil-militar que favoreciam alguns grupos empresariais, em um momento em que a censura havia se tornado menos consistente¹⁷⁶. Essa proposta é interessante ainda por desmistificar outro postulado negacionista da ditadura civil-militar, o de que aquele período foi livre de corrupção.

¹⁷⁵ Matéria disponível em: < <https://tinyurl.com/2p995u4z> >. Acesso em: 21/04/2022.

¹⁷⁶ As entrevistas podem ser acessadas em: < <https://tinyurl.com/mr2mb4ws> >, < <https://tinyurl.com/y6zmdf75> > e < <https://tinyurl.com/22y5eby4> >. Acesso em: 21/04/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de se encerrar a disputa de narrativas quanto ao que representou a ditadura civil-militar brasileira segue ativa em nossa sociedade. Por isso, é sempre válido reafirmar alguns posicionamentos, que mesmo sendo consensuais entre os meios especializados, ainda sofrem tentativas de descaracterização através do negacionismo. Sendo assim, é importante reforçarmos que em 1964 ocorreu de fato um golpe de Estado¹⁷⁷, que implantou uma ditadura no Brasil que se estendeu até 1985. Ao longo deste período houve mortes, torturas e perseguições injustificáveis, praticadas por agentes do Estado brasileiro contra seus compatriotas, e dentro de todo deste contexto, o Brasil nunca esteve próximo de sofrer um golpe comunista. É necessário reafirmar esses consensos e, além disso, aprofundarmos o conhecimento sobre temática da ditadura militar brasileira, realizando estudos que colaborem com novas evidências e conhecimentos deste período, destacando o quanto este foi marcado por silenciamentos, autoritarismo e atos de desrespeito aos direitos humanos¹⁷⁸. Tais atos de resistência são essenciais, e devem ser permanentes, pois cada avanço dado em direção ao desemaranhamento deste período violento da história nacional recente, é contrabalanceado por negações semelhantes às apresentadas neste trabalho, entoadas por vozes advindas de sujeitos equivalentes aos que nos dedicamos a descrever, estes que insistem em defender que o passado deve ficar enterrado.¹⁷⁹

Mais uma vez, vale reiterar a necessidade de se combater o negacionismo em todas instâncias possíveis de nossa sociedade, incluindo-se nessa, obviamente, o ambiente escolar. Neste sentido, o presente trabalho buscou, dentro de suas

¹⁷⁷ Como descrito por Maria Ligia Prado (2021).

¹⁷⁸ Como exemplos temos a reportagem feita pela jornalista Miriam Leitão, ao jornal O Globo, revelando a pesquisa feita pelo Historiador Carlos Fico em mais de 10.000 horas de áudio de sessões do Superior Tribunal Militar (STM). Esse estudo expôs mais detalhes sobre atos de tortura perpetrado ao longo da ditadura militar. Em um dos casos é destacada a prática de tortura contra uma gestante de três meses, resultando no aborto do feto, em outro é evidenciado que um torturado foi coagido a confessar um crime que não cometeu para atender aos interesses dos torturadores. O vídeo testemunho do ex-soldado paraquedista da brigada militar, Valdemar de Oliveira, realizado no canal UOL, também é bem relevante nesse aspecto. Disponíveis respectivamente em: < <https://tinyurl.com/m4fmxxt8> > e < <https://tinyurl.com/593znmaa> >. Acesso em: 19/04/2022.

¹⁷⁹ Ao ser questionado sobre as novas evidências apresentadas por Miriam Leitão, que atestam casos de violência na ditadura civil-militar, Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil, defende que o que ocorreu no passado deve ser deixado no passado, e que existem mais de uma visão deste período. < <https://tinyurl.com/yy2nswpc> >. Acesso em: 20/04/2022.

limitações, caracterizar o negacionismo, sobretudo o da ditadura militar brasileira e estabelecer meios para a ação docente. Longe de esgotar toda potencialidade dessa iniciativa, é interessante destacar que ao longo do desenvolvimento desta empreitada, outras possibilidades de abordagem foram cogitadas, mas devido as limitações habituais, tiveram de ser deixadas de lado. Entre essas, considerou-se desenvolver atividades pedagógicas que abordassem o crescimento da violência e da criminalidade nas grandes cidades ou no campo, os escândalos de corrupção que foram sufocados, a degradação do meio ambiente, o aumento do desemprego e da miséria, entre outros diversos problemas que marcaram o período da ditadura civil-militar brasileira. Tal menção é válida, pois a temática em questão é ampla, podendo e devendo, portanto, ser explorada de diferentes formas e sob diferentes prismas em sala de aula.

Em vista das questões que buscamos apresentar ao longo dos capítulos, é válido destacar a defesa dos direitos humanos como valor inalienável na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A ditadura civil-militar não deve ser esquecida no presente, como também não pode ser “suavizada”, ser descrita sob uma óptica que desvincule o que efetivamente caracterizou esse período da história brasileira, que foram as torturas, as mortes, a censura e a perseguição indiscriminada àqueles que não se encaixavam nas pretensões dos grupos que estavam no poder naquele momento. Nenhuma questão moral, econômica ou política justifica os horrores que foram perpetrados pelos agentes do Estado brasileiro naquele regime, e toda ação que objetive lançar sobre os atos de violência deste período um viés de “fatos aceitáveis” deve ser rechaçada.

Por fim, é nosso papel, como historiadores, docentes ou cidadãos, trabalharmos em prol de uma sociedade apta a repudiar e rechaçar qualquer gesto de exaltação à ditadura militar, ou toda voz que clama pela implantação de um regime análogo a este na atualidade. Esse é um trabalho constante, desgastante e por muitas vezes ingrato, mas que se faz extremamente necessário, pois somente assim podemos almejar um futuro que nos distancie da atual conjuntura que nos encontramos, marcada pela defesa pública de negações deste passado ditatorial execrável em diversas ocasiões – inclusive por personagens que possuem espaço midiático e poder político significativos para influenciar multidões.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. Educação após Auschwitz. In: *Educação e Emancipação*. 4. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. *Estudos sobre a personalidade Autoritária*. Tradução Virginia Helena Ferreira, Francisco López Toledo Corrêa e Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp, 2019. 1. ed. Frankfurt, 1975.

ALBERTI, Verena. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021. do: < <https://tinyurl.com/3v8hj9nj> >.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O Tecelão dos Tempos: Novos Ensaios de Teoria da História*; 1ª ed. São Paulo: Intermeios, 2019.

ANPUH-Brasil. *Negacionismo e revisionismo: teoria, historiografia e tempo presente* | GT TEORIA DA HISTÓRIA. Disponível em: < <https://tinyurl.com/238xudzw> > Acesso em: 26/11/2020.

_____. Lenio Streck. *Negacionismo epistêmico e antiintelectualismo*. Debate nova chamada dossiê da RBH. Disponível em: < <https://tinyurl.com/dmpuv8sw> > Acesso em: 27/11/2020.

_____. #DitaduraNuncaMais Depoimento de Ângela de Castro Gomes. Acesso em: < <https://tinyurl.com/yckhrfrs> >. Disponível em: 26/11/2020.

_____. Marcia Tiburi-Negacionismo em tempo de turbotecnomachonazifascismo. Acesso em: < <https://tinyurl.com/4sy7649w> >. Disponível em: 29/11/2020.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Acesso em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09> >. Disponível em: 21/12/2022.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

_____. Quanto passado nos restará Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869

BAUER, Caroline Silveira. Quanto passado nos restará Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869

BENTIVOGLIO, Júlio e BRITO, Thiago Vieira. Bolsonaro e a crise da nova república: A política como conspiração. In: KIEM, Bruna Stutz, PEREIRA, Mateus e ARAUJO, Valdei. *Do fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Editora Milfontes, Vitória-ES, 2020. p.163 -182.

BEVERNAGE, Berber. *História, Memória e Violência de Estado*. Serra-ES: Editora Milfontes, 2018.

BICHARA, Marina. O dever de memória no Facebook. *Revista Mosaico*, v. 6, n. 9, p.72-89. 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANCO, Sérgio. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. *Revista Interesse Nacional*. São Paulo, ano 10, nº38, ago./out. 2017. p.51-61. Acesso em: < <https://tinyurl.com/2w4bmt63> > Acesso em: 10/11/2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ CNV – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, Volumes 1, 2 e 3. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p93nzhs> >. Acesso em: 21/11/2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – Recurso eletrônico. –Brasília, DF: Planalto Federal: 1988. disponível em < <https://tinyurl.com/yc3et3du> >. Acesso em: realizada em 11/10/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: < <https://tinyurl.com/42225duh> >. Acesso em: 26/03/2021.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos: História. Brasília: MECSEF, 1998. Disponível em: < <https://tinyurl.com/2nybvjxk> >. Acesso em: 26/03/2021.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64 - 82, maio/ago. 2021. DOI: < <https://tinyurl.com/3986an2m> >.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e Ditadura no Brasil: Fontes, Métodos e Historiografia. *Sillogés*, v.3, n.1. p.15-42, jan./jun., 2020.

_____. Ditadura e classes sociais no Brasil: as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988). *Outros Tempos*, vol. 16, n. 27, 2019, p. 67-91. DOI: < <https://tinyurl.com/4m7w6s2r> >.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais de um grande projeto da ditadura brasileira*. v. 34 n. 55 (2021): 50 anos da Transamazônica. p.67-82. DOI: < <https://tinyurl.com/kjmd458n> >.

CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar na educação básica: Entre políticas de memória, negacionismo e dilemas docentes. *In: ABEH, XI Encontro Nacional: Perspectivas para o Ensino de História*. 2020, Anais Eletrônicos. Disponível em: < <https://tinyurl.com/ycysdecs> >. Acesso em: 24/03/2021.

_____. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0103, maio/ago. 2021. Doi: < <https://tinyurl.com/ykk5z5p5> >.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência Histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers*. London New York: Routledge, 2002.

DA EMPOLLI, Giuliano. *Os Engenheiros do Caos*. Tradução Arnaldo Bloch. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: < <https://tinyurl.com/bdxeme25> >. Acesso em: 10/12/2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes; História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *Ética e pós-verdade*. DUNKER, Christian. Porto Alegre: Dublinense, p.7 - 37, 2017.

FERNANDES, Eurico da Silva. O estudo do revisionismo histórico brasileiro na sala de aula: os casos da “ditabranda” da Folha de S. Paulo e da “ditadura à brasileira” de Marco Antonio Villa. *In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. Curitiba, 2016.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo horizonte, vol. 28, nº 47, 2012, p.43-59.

_____. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos .Quem escreve História: a qualificação do historiador. In: *Novos combates pela história: desafios - ensino*. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 2021. p.25-50.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIXO, André de Lemos e ARAUJO, Valdeí Lopes de. Prefácio.In: BEVERNAGE, Berber. *História, Memórias e Violência de Estado: Tempo e Justiça*. Editora Milfontes/ Mariana, 2018. p.13-22.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP, 2017.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

IPPE - UERJ. Ditaduras, autoritarismos e negacionismos históricos. Acesso em: < <https://tinyurl.com/msczddsm> >. Disponível em: 22/11/2020.

KLEM, Bruna Stutz; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; e ARAUJO, Valdeí lopes de. *Do fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Editora Milfontes, Vitória-ES, 2020. p.17 - 28.

KNAUSS, Paulo. O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de história. *Cadernos do CEDES*, v. 25, p.279 - 295, 2005.(II).

LA VILLE, Cristhian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999. (II)

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964-1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 182-206.

MARTINELLI, Daniele Fernanda Torrente. *Outra narrativa para a ditadura militar: análise do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”*. 2020. 82f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Universidade de São Paulo: Escola de comunicações e artes, centro de estudos latino-americanos sobre cultura e comunicação. São Paulo, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios/revista do ppgav/ EBA*. Rio de Janeiro: UFRJ. N.32. p.123-151. Dezembro de 2016.

MENESES, Sônia. “Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade”. *Revista História Hoje*, v. 8, nº 15, 2019. p. 66-88.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. doi: < <https://tinyurl.com/yhtsh27b> >

MENESES, Sônia e MELO, Egberto. *História, memória e leituras do passado: os embates sobre Dom Paulo Evaristo Arns e o coronel Brilhante Ustra nas redes sociais podem nos ensinar*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A História no Olho do Furacão. In: KIEM, Bruna Stutz, PEREIRA, Mateus e ARAUJO, Valdei. *Do fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro*. Editora Milfontes, Vitória-ES, 2020. p. 35-36.

_____. *Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos combates pela história: desafios - ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p.85 -114.

NICHOLS, Bruno Washington; MENDONÇA, Eleonora Camargo de. Ditadura Militar e radicalização: uma análise dos comentários na fanpage de Jair Bolsonaro. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Caxias do Sul: UFP, 15 a 17/06/2017. p.1-14.

NICOLAZZI, Fernando. O Brasil Paralelo entre o passado histórico e a picanha de papelão. Acesso em: < <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/04/2019-o-brasil-paralelo-entre-o-passado-historico-e-a-picanha-de-papelao-por-fernando-nicolazzi> >. Disponível em: 21/12/2022.

_____. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. Acesso em: < <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/> >. Disponível em: 21/12/2022.

PARALELO, Brasil. *Entre mitos e verdades: a história do regime militar*. Brasil Paralelo, 2018, 1ª edição.

_____. *1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)*. Brasil Paralelo, 2019, Disponível em: < <https://tinyurl.com/2p8deae8> >. Acesso em: 23/04/2022.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo horizonte, vol. 31, nº 57, p.863-902, set/dez 2015.

PINHA, Daniel. “O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.99-129. jan./abr. 2017.

POPOLIN, Guilherme. Intervenção militar já: os memes da internet e o imaginário da nova direita brasileira sobre a ditadura civil-militar. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém: UEL, 2 a 7/09/2019, p.1-15.

PRADO, Maria Ligia. Defesa do ensino de História nas escolas. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *Novos combates pela história: desafios - ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p.51-84.

REIS, Daniel Araújo. *Democracia em Risco?: 32 ensaios sobre o Brasil hoje*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019. p.274-286.

RELATÓRIO Figueiredo. -- Recurso eletrônico. – Brasília: Disponível em: < <https://tinyurl.com/38bafchr> >. Acesso em: 05/12/2020.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. v. 1.

ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Rafael Alves; e MARTINS, Victória Mariani de Vargas. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. In: Dossiê Direitos Humanos, Violência e Criminalidade. *Revista NEP*, Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v.4, n.2, dez. 2018. p.164-203.

SACKS, Oliver. A falibilidade da memória. In: SACKS, Oliver. Trad. Laura Teixeira Motta. *O rio da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2017, p.78-92.

SANTANA, Diego Leonardo e MAYNARD, Dilton. O Portal metapedia: revisionismo histórico E negacionismo no tempo presente. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 11, dez. 2017. p.23-41.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. *Das armas às letras: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. Testemunhos em perspectiva: uma análise das narrativas de vítimas da ditadura e a atuação da Comissão Estadual da Verdade no Oeste do Paraná. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 267 – 307. jan./abr. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SEEDUC, Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. *Currículo Mínimo - História; Área: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. 2012. p.20. Disponível em: < <https://tinyurl.com/y7bz5ta2> >. Acesso em: 09/04/2022.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, 2018: v.7, nº13, p.14-33. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3x3u3n5z> >. Acesso em: 28/11/2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicol. clín.*, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, 2008. p. 65-82.

SILVA, Vinícius Ávila da. Lugares de memória da ditadura civil militar na cidade do Rio de Janeiro, ensino de História e educação para os Direitos Humanos. *Revista Encontros*, Rio de Janeiro, v. 16, n.31, p.4-19. Dez. 2018. Disponível em: < <https://tinyurl.com/3v4fv2d5> >. Acesso em: 20/11/2020.

TIBURI, Marcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, Christian. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense,, 2017. p.87 - 113.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Edição Supervirtual (2003), 1ª ed. impressa 1987.

_____. *A verdade sufocada*. Editora Ser, Brasília, 2007.

VALIM, Patrícia e AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Cult*, São Paulo, p. 1 – 5, 03 set. 2020.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A política repressiva aplicada a militares após o golpe de 1964*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. “Geleia, medula e ossos: reflexões sobre experiência histórica dolorosa e conhecimento histórico ético-político”. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (Org.). *Tempos de crise; ensaios de história política*. 1ªed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 23-62.

WAINBERG, Jacques Alkalai. Mensagens fakes, as emoções coletivas e as teorias conspiratórias. *Galaxia*. (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 39, set-dez., 2018, p. 150-164. doi: < <https://tinyurl.com/zdcz2ve4> >

APÊNDICE – Planos de aula: o negacionismo da ditadura militar em sala de aula

PLANOS DE AULA: O NEGACIONISMO DA DITADURA MILITAR EM SALA DE AULA.

–

1) DESCONSTRUINDO A IMAGEM DO INIMIGO DESUMANIZADO.

Público-alvo: 3º ano do ensino médio.

Duração: 2 tempos de aula de 50 minutos.

O objetivo central desta atividade é proporcionar aos alunos uma perspectiva diferenciada a respeito da ditadura civil-militar, desmistificando a construção da figura do inimigo comum, o opositor do regime ditatorial, “os comunistas”, como sendo um sujeito desumanizado e descartável.

OBJETIVOS:

- Identificar como ocorre a desumanização de um sujeito.
- Compreender que os sujeitos acometidos pelos atos de violência são pessoas, cujos direitos humanos devem ser garantidos pelo Estado;
- Desenvolver a empatia por sujeitos diversos, ainda que estes sejam diferentes em alguns aspectos;
- Refletir que as divergências políticas ou ideológicas não são justificativas para a eliminação de um adversário político;

REQUISITOS:

- Projetor multimídia, televisão ou qualquer outro meio que possibilite ao docente a transmissão de vídeos aos alunos.
- Cópias dos trechos das obras negacionistas onde evidenciam-se a figura do inimigo comum desumanizado;
- Acesso a Netflix.

EXECUÇÃO:

Primeira ação:

Nossa aula começará com o professor reproduzindo o episódio da série black mirror, engenharia reversa (59 minutos), disponível em: <https://tinyurl.com/5yu8swu8>.

Após a reprodução o professor deve questionar os alunos se estes conseguiram identificar alguma mensagem que os produtores do vídeo quiseram transmitir aos espectadores, e qual seria. É interessante o docente se atentar e tentar junto aos alunos realçar a ideia da desumanização e a utilização deste recurso por alguns sujeitos como meio de facilitar a rejeição de certos sujeitos.

Segunda ação:

O docente deve distribuir entre os discentes, documentos que evidenciam a desumanização dos desafetos da ditadura civil-militar em discursos negacionistas, disponível no link: <https://tinyurl.com/2s445d4j>.

Diante da exposição desses trechos o professor deve questionar os alunos e tentar levantar nestes os seguintes questionamentos:

- 1) A descrição feita nesses trechos condiz com a de um ser humano pleno (com sonhos, sentimentos, família..)?
- 1) Qual o objetivo que os alunos conseguem identificar como sendo o do autor destas frases após descrever esses sujeitos dessa maneira?

Terceira ação:

O docente deve distribuir entre os discentes, os seguintes trechos da declaração universal dos direitos humanos disponível no link: <https://tinyurl.com/2p8etvnm>.

Após a exposição desses trechos, o docente deve discutir com os alunos a importância da Declaração Universal dos direitos humanos, e o respeito a suas prerrogativas. Essa discussão deve buscar trazer ainda a reflexão, por parte dos alunos, que as discordâncias políticas não são justificativas para a eliminação de uma pessoa, relacionando este ponto com construção do inimigo comum feita pelos sujeitos negacionistas, para justificarem a eliminação do que eles tratam como “comunistas” no passado ou no presente.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e observará a participação, interesse e engajamento nos debates propostos em sala de aula. Além disso, será pedido uma redação com cerca de 10 linhas, onde o aluno deverá indicar os principais pontos observados ao longo da aula.

Bibliografia:

VIEIRA, Beatriz de Moraes. “Geleia, medula e ossos: reflexões sobre experiência histórica dolorosa e conhecimento histórico ético-político”. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (Org.). Tempos de crise; ensaios de história política. 1ªed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 23-62.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

—

2) O MITO DE QUE A DITADURA SÓ ATINGIU BANDIDOS

Público-alvo: 3º ano do ensino médio.

Duração: 2 tempos de aula de 50 minutos.

O objetivo central desta atividade é desmistificar a afirmativa, recorrente entre as narrativas negacionistas, de que as ações cometidas pelos agentes do regime ditatorial militar brasileiro só teriam acometido sujeitos que podem ser classificados como bandidos ou terroristas.

OBJETIVOS:

- Discutir a narrativa que afirma que a ditadura civil-militar atingiu apenas a um grupo específico de pessoas.
- Caracterizar ações que demonstrem que o regime ditatorial militar brasileiro atingiu indiscriminadamente diversas pessoas, por razões que fogem a possível rotulação destes como bandidos/terroristas;
- Destacar exemplos onde os sujeitos atingidos pela repressão desencadeada pela ditadura militar não encaixam na rotulação bandidos/terroristas;

REQUISITOS:

- Projetor multimídia, televisão ou qualquer outro meio que possibilite ao docente transmitir um vídeo aos alunos.
- Cópias contendo postagens do Twitter onde estejam evidenciadas afirmações semelhantes a “a ditadura só incomodou criminosos”, e trechos da obra de Ustra que negam atos de violência cometidos por esse e os agentes da ditadura militar contra menores.
- Dispositivos com acesso à internet, por parte dos alunos.

EXECUÇÃO:**Primeira ação:**

O professor deve distribuir aos alunos cópias contendo os trechos disponíveis no link: <https://tinyurl.com/57k567z6>. Essas cópias devem ser lidas pelos alunos, e o professor deve indagar aos alunos sobre a sua concordância ou discordância das afirmações ali contidas.

Segunda ação:

O docente deve distribuir cópias dos seguintes documentos contidos no seguinte link aos alunos: <https://tinyurl.com/yvaxczad>. Após a leitura desses trechos, o docente deve transmitir aos alunos os testemunhos em vídeo de Maria Amélia Teles e Criméia Almeida, disponíveis em: <https://tinyurl.com/2saarhew>.

Seguido a esse momento o professor deve questionar aos seus alunos, se as pessoas destacadas nos documentos podem ser descritas como “bandidos” ou “terroristas”.

Terceira ação:

O docente deve transmitir aos alunos os vídeos da série de reportagem do jornalista Luiz Carlos Azenha, disponíveis em: <https://tinyurl.com/mr2v6853> e <https://tinyurl.com/38mxsvtr>. Esses vídeos devem ser seguidos por questionamentos semelhantes aos que já foram propostos no vídeo anterior. Por fim, o docente deve questionar aos alunos se o argumento de que a ditadura civil-militar só questionou bandidos/terroristas se sustenta ou não.

AVALIAÇÃO:

Como avaliação o professor pode solicitar que os alunos, em grupo de 4 pessoas, consultem sites na internet e busquem outros sujeitos que tiveram suas vidas afetadas em decorrência da ditadura civil-militar, que não se encaixam no rótulo bandidos/terroristas. Os alunos podem evidenciar suas descobertas de maneira oral, expondo-as para o restante da turma, ou em folha de cartolina, descrevendo quem foi perseguido, o motivo alegado pelos

militares para a sua perseguição, e o porquê destes não estarem inclusos na descrição bandidos/terroristas. Estas ficariam afixadas em local adequado na sala de aula.

Bibliografia:

ALBERTI, Verena. Ditadura militar brasileira nas aulas de História. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021. do: <https://tinyurl.com/239tj6ts>

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ CNV – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, Volumes 1, 2 e 3. Disponível em: < <https://tinyurl.com/yx8b7t8f> >. Acesso em: 21/11/2020.

RELATÓRIO Figueiredo. -- Recurso eletrônico.– Brasília: Disponível em: <<https://tinyurl.com/4tbsyu6x> >. Acesso em: 05/12/2020.

3) EUA E DITADURA MILITAR BRASILEIRA.

Público-alvo: 3º ano do ensino médio.

Duração: 2 tempos de aula de 50 minutos.

O objetivo central desta atividade é expor a ação de grupos estrangeiros no Brasil, nos anos que antecederam ao golpe de 1964 e nos anos iniciais do regime ditatorial militar brasileiro, possibilitando a desmistificação de que a ditadura civil-militar brasileira foi fruto de uma iniciativa livre de qualquer influência estrangeira.

OBJETIVOS:

- Evidenciar ações estadunidenses no território brasileiro que atestem a interferência estrangeira no governo João Goulart.
- Desmistificar a concepção negacionista de que os golpistas brasileiros, agiram isolados e livres de qualquer influência externa;
- Destacar evidências que demonstram que, embora os Estados Unidos não tenham de fato conduzido diretamente o golpe de 1964, ou a ditadura militar subsequente, este país se mobilizou e disponibilizou recursos para auxiliar os golpistas brasileiros caso fosse necessário;

REQUISITOS:

- Projetor multimídia, televisão ou qualquer outro meio que possibilite ao docente transmitir vídeos aos alunos.
- Cópias dos trechos das obras negacionistas onde nega-se a existência de ações estrangeiras em consonância com as dos militares à frente do regime ditatorial;
- Cópias de trechos das correspondências da embaixada norte-americana com o governo estadunidense.
- Dispositivos com acesso à internet, por parte dos alunos.

EXECUÇÃO:

Primeiro passo:

O professor deve desenvolver oralmente, (ou com o auxílio de um resumo impresso, caso este considere necessário) com os alunos uma visão detalhada do contexto que antecede

ao golpe de 1964, estabelecendo o panorama internacional (guerra fria), e, também, o interno (crise e desestabilização de Jango). Após essa exposição (aproximadamente 30 minutos), o docente deve distribuir cópias contendo os trechos disponíveis no link a seguir entre os seus alunos: <https://tinyurl.com/3tnjz6nd>. O Docente deve questionar seus alunos sobre qual é a principal visão que estes trechos tentam realçar.

Segunda ação:

O professor deve transmitir aos alunos o trecho do vídeo do Brasil Paralelo que vai de 1:07:33 de vídeo até aproximadamente 1:12:08 do mesmo, disponível em <https://tinyurl.com/37nhcjxu>. Após a transmissão, o professor deve debater com os alunos se há semelhanças ou diferenças entre essas falas e os trechos anteriormente lidos, e quais seriam.

Terceira ação:

O professor deve reproduzir o seguinte vídeo, <https://tinyurl.com/24x2t7t7>, contendo o depoimento de Erimá Pinheiro, na reportagem realizada por Luiz Carlos Azenha, para a rede Record.

Seguindo a exposição desse vídeo o docente deve entregar aos seus alunos as cópias dos textos disponíveis no link abaixo, contendo trechos das correspondências entre a embaixada norte americana no Brasil e o governo estadunidense, atestando a sua visão dos eventos desencadeados no Brasil, bem como a existência da operação Brother Sam: <https://tinyurl.com/yc22bm8x>.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e observará a participação, interesse e engajamento nos debates propostos em sala de aula. Além disso, o docente pode realizar um debate entre a turma, tentando estabelecer com os alunos quais as possíveis razões que levariam os autores negacionistas a omitirem toda inferência estrangeira no golpe de 1964.

Bibliografia:

FICO, Carlos. O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

4) O SUPOSTO APOIO TOTAL À DITADURA MILITAR.

Público-alvo: 3º ano do ensino médio.

Duração: 2 tempos de aula de 50 minutos.

O objetivo desta atividade é evidenciar que o regime ditatorial militar brasileiro atendeu ao interesse de alguns grupos civis e militares em específico, e desmistificar a visão de que esse regime possuía apoio irrestrito da população brasileira antes, durante e após a sua implantação.

OBJETIVOS:

- Descaracterizar a visão idealizada que descreve a sociedade brasileira como sendo um todo coeso e homogêneo.
- Desmistificar o suposto apoio incondicional da população brasileira a todas as ações perpetradas pelos civis e militares à frente do golpe de 1964 e a da ditadura que a sucedeu;
- Caracterizar a ditadura civil-militar como um governo de classes, onde alguns grupos se beneficiaram e corroboraram com a estrutura repressiva, e outros, por sua vez, tiveram seus direitos tolhidos e foram silenciados por meios violentos;

REQUISITOS:

- Cópias dos trechos das obras negacionistas onde evidenciam-se o suposto apoio incondicional da população brasileira a ditadura (1964-1985) e onde exista a descrição de uma sociedade brasileira homogênea e ingênua;
- Acesso à internet.
- Dispositivos com acesso à internet, por parte dos alunos e do docente.

EXECUÇÃO:

Primeira ação:

O docente deve iniciar a abordagem possibilitando que os alunos leiam o trecho da Lei de segurança nacional de 1969, disponível em: <https://tinyurl.com/4kd5b3p7>. Em seguida, os alunos devem ser indagados sobre os seguintes pontos:

- 1) Se a ditadura possuía apoio popular, por que era necessário um aparato repressivo tão robusto e violento para a sua manutenção?
- 1) Se, grosso modo, a população brasileira via com bons olhos os presidentes ditadores, por que as eleições presidenciais, para governadores e prefeitos eram indiretas?

Seguindo esse momento inicial, o docente deve possibilitar que os alunos leiam a seguinte matéria: <https://tinyurl.com/ycxfvs7x>¹⁸⁰. Após esta leitura, o docente deve fazer uma sondagem entre os alunos, buscando descobrir se esses conseguem identificar através da leitura da pesquisa o seguinte:

- 2) Através da leitura dos dados disponibilizados pelo jornal da Unicamp é possível identificar indícios de que João Goulart sofria de baixa popularidade nos momentos que antecederam ao golpe?
- 3) Através da leitura dos dados disponibilizados pelo jornal da Unicamp é possível afirmar que o apoio popular ao governo Castelo Branco era inquestionável?

Segunda ação:

Seguindo a abordagem, através do link abaixo, os docentes devem reproduzir e distribuir aos discentes cópias contendo alguns trechos de obras negacionistas:

¹⁸⁰ Essa e outra podem também ser feitas através de cópias, caso seja oportuno por parte do docente.

<https://tinyurl.com/y6rrw3xk>. Após a exposição destes trechos o professor deve debater com os alunos os seguintes pontos:

- 4) Qual é a imagem da população brasileira construída nas afirmativas negacionistas analisadas?
- 5) Comparando com as pesquisas disponibilizadas pelo jornal Estadão, a visão expressa nas obras negacionistas condiz com a realidade, ou seja, pode-se dizer que havia um consenso da população brasileira quanto à derrubada de Jango?

Terceira ação:

O docente deve disponibilizar aos alunos meios de lerem a matéria do site Rede Brasil Atual, intitulada <https://tinyurl.com/266ks72x>.

Após a leitura desse documento o docente deve discutir com os alunos como alguns grupos civis, nesse caso os empresários, participaram ativamente do golpe de 1964 e ajudaram na manutenção do regime ditatorial, pois beneficiaram-se da estrutura repressiva, já que esta possibilitava a estes expandirem seus lucros, enquanto outros grupos, nesse caso as classes trabalhadoras, tiveram seu direito de greve silenciado, além de ter seus rendimentos e qualidade de vida pauperizados devido a políticas de austeridade empreendidas ao longo do período. Essa ação visa instrumentalizar os alunos com a capacidade de responder às seguintes indagações:

- 6) Através da leitura da matéria do site Rede Brasil atual é possível afirmar que toda a população brasileira se beneficiou da ditadura civil-militar?
- 7) Quais grupos sociais se beneficiaram da estrutura repressiva do regime ditatorial, quais foram prejudicados, e por quê?

AVALIAÇÃO:

A avaliação será contínua e observará a participação, interesse e engajamento nos debates propostos em sala de aula. Além disso, as oito indagações feitas ao longo da aula estão disponíveis no link abaixo, podendo ser impressas e entregues aos alunos em forma de questionário.

<https://tinyurl.com/24dw26yt>

Bibliografia:

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e Ditadura no Brasil: Fontes, Métodos e Historiografia. *Sillogés* – v.3. n.1. jan./jun. 2020. p.15-42.

_____. DITADURA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: as organizações empresariais e de trabalhadores da indústria da construção durante o regime civil-militar (1964-1988). *In: Outros Tempos*, vol. 16, n. 27, 2019, p. 67—91. DOI: <https://tinyurl.com/3exwhept>
BRASIL. Decreto lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. *Disponível em:* < <https://tinyurl.com/3nz4eyb9> >. Acesso em: 09/12/2022.

FICO, Carlos. O golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2014.